

**Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
Centro de Energia Nuclear na Agricultura**

**As experiências agroecológicas no Brasil e a construção de um novo
paradigma de desenvolvimento rural**

Iara Fonseca de Sousa

Tese apresentada para obtenção do título de Doutora em
Ciências. Área de concentração: Ecologia Aplicada

**Piracicaba
2018**

Iara Fonseca de Sousa
Bióloga

As experiências agroecológicas no Brasil e a construção de um novo paradigma de desenvolvimento rural

versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a **MARIA ELISA DE PAULA EDUARDO GARAVELLO**

Tese apresentada para obtenção do título de Doutora em Ciências. Área de concentração: Ecologia Aplicada

Piracicaba
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA – DIBD/ESALQ/USP

Sousa, Iara Fonseca de

As experiências agroecológicas no Brasil e a construção de um novo paradigma de desenvolvimento rural / Iara Fonseca de Sousa. - - versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011. - - Piracicaba, 2018.

127 p.

Tese (Doutorado) - - USP / Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”.
Centro de Energia Nuclear na Agricultura.

1. Agroecologia 2. Transição de paradigma 3. Ecologia de saberes 4. Extensão rural I. Título

A todos profissionais que atuam no meio rural na construção de relações igualitárias e ecológicas.

Aos agricultores e agricultoras por resistirem no campo com seus saberes e práticas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, principalmente, à minha orientadora, Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello, por apoiar e colaborar, desde o início, na construção e resolução de questões pertinentes a pesquisa. Agradeço também pela sua compreensão e apoio em momentos particulares que foram decisivos na conclusão deste trabalho.

Ao meu comitê de orientação: Ademir de Lucas, Marcos Sorrentino, Paulo Moruzzi e Sônia Bergamasco, pelas sábias contribuições e confiança em meu trabalho.

À minha banca de qualificação pelas ótimas e objetivas contribuições para o amadurecimento dessa pesquisa: Roberto Donato e Julien Blanc.

Agradeço a todos profissionais que dispuseram seu tempo e atenção para colaborar com a pesquisa: agricultores, pesquisadores, professores e técnicos de extensão rural. Em especial, à Rede Leste Paulista de Agroecologia e aos agricultores e agricultoras do Assentamento 17 de Abril, Restinga/SP, por aceitarem participar da pesquisa e me permitirem aprofundar a análise. Agradeço a todos e todas que concederam entrevistas e viabilizaram minha participação em reuniões e oficinas do projeto.

Às amigas construídas neste percurso e que tanto me encantaram: Fernanda Reichardt, Fernanda Moraes, Rachel Trovarelli, Luã Uakti, Valdemar Arl, Amanda Roque e em especial, à Marina Lima, pelas longas e frutíferas conversas sobre nossos temas de pesquisa, por compartilhar comigo alegrias e angústias e por me encorajar continuamente.

Agradeço imensamente aos meus filhos que compartilham a vida ao meu lado e me fortalecem a cada dia, Francisco e Natan. Obrigada pela paciência, apoio e alegrias diárias!

Aos meus pais, José Arnaldo e Maria Inês, pelo apoio incondicional e confiança nas minhas escolhas. Aos meus irmãos: Pedro, Maíra, Ana Clara, Paula e Júlia, por serem irmãos e estarem sempre do meu lado!

Agradeço meu companheiro Leandro, pelo carinho, cuidado e incentivo!

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) pela bolsa concedida no período entre 2013-2016.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| RESUMO..... | 7 |
| ABSTRACT | 9 |
| LISTA DE FIGURAS..... | 10 |
| LISTA DE TABELAS | 11 |
| LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS | 12 |
| 1. INTRODUÇÃO | 15 |
| 1.1. OBJETIVO CENTRAL..... | 17 |
| 1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS: | 17 |
| 2. O PARADIGMA MODERNO OCIDENTAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO RURAL BRASILEIRO | 19 |
| 2.1. INSERÇÃO DO PARADIGMA MODERNO OCIDENTAL NO MEIO RURAL BRASILEIRO: A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E O PAPEL DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL..... | 24 |
| 2.1.1. Processo de modernização agrícola no Brasil: uma opção política..... | 26 |
| 2.2. A CRISE DO PARADIGMA MODERNO OCIDENTAL NA AGRICULTURA BRASILEIRA E A BUSCA POR ALTERNATIVAS. | 30 |
| 3. PODER SIMBÓLICO SUBJACENTE AO PARADIGMA MODERNO OCIDENTAL E AS POSSIBILIDADES EMERGENTES DE TRANSIÇÃO PARADIGMÁTICA..... | 39 |
| 3.1. MOVIMENTOS EMERGENTES E AS POSSIBILIDADES DE TRANSIÇÃO PARADIGMÁTICA | 43 |
| 4. A AGROECOLOGIA ENQUANTO UMA PROPOSTA DE UM NOVO PARADIGMA NA AGRICULTURA..... | 47 |
| 4.1. A CONSTRUÇÃO DOS CONHECIMENTOS AGROECOLÓGICOS: O POTENCIAL DA DIVERSIDADE. | 53 |
| 5. METODOLOGIA..... | 59 |
| 5.1. COLETA DE DADOS..... | 60 |
| 5.1.1. Conhecimento de experiências agroecológicas | 60 |
| 5.1.2. Estudo de caso | 61 |
| 5.2. ANÁLISE DOS DADOS | 62 |
| 6. RESULTADOS E DISCUSSÃO | 65 |
| 6.1. DISTINTAS CONCEPÇÕES E ATUAÇÕES DA AGROECOLOGIA | 66 |
| 6.1.1. Agroecologia enquanto práticas alternativas de produção. | 67 |
| 6.1.2. Agroecologia enquanto um conceito e proposta em transição. | 71 |
| 6.1.3. Agroecologia enquanto um movimento da pluralidade epistemológica. | 76 |
| 6.1.4. Fontes de fomento e os entraves para o desenvolvimento da AE | 91 |
| 6.2. ESTUDO DE CASO: A EXPERIÊNCIA AGROECOLÓGICA DO PROJETO REDES ECOFORTE NA UNIDADE DE REFERÊNCIA ASSENTAMENTO 17 DE ABRIL-RESTINGA/SP..... | 97 |
| 6.2.1. Contextualização da Região do Leste Paulista e a Rede de Agroecologia do Leste Paulista | 98 |
| 6.2.2. Especificações do projeto Rede de Agroecologia Leste Paulista – Alta Mogiana. | 99 |

| | |
|---|------------|
| 6.2.3. Contexto histórico do Assentamento 17 de Abril (Fazenda Boa Sorte), Restinga/SP | 101 |
| Análise sobre a contextualização histórica e social do assentamento..... | 104 |
| 6.2.4. Desenvolvimento do Projeto Redes ECOFORTE no Assentamento 17 de Abril, Restinga/SP. | 105 |
| Implantação, monitoramento e avaliação das atividades | 106 |
| 6.2.5. Reflexões sobre o estudo de caso..... | 115 |
| 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 117 |
| REFERÊNCIAS | 121 |

RESUMO

As experiências agroecológicas no Brasil e a construção de um novo paradigma de desenvolvimento rural

O objetivo desta pesquisa é analisar a relação das atuais experiências agroecológicas desenvolvidas no Brasil com a orientação para uma transição paradigmática de desenvolvimento rural. Buscou-se avaliar a aproximação destas experiências com a abordagem da Ecologia de Saberes, apresentada por Boaventura de Sousa Santos, onde se propõe o diálogo e o encontro entre a pluralidade epistemológica existente. À esta abordagem se atribui o potencial de transição paradigmática visto as diferentes cosmovisões e respectivas relações estabelecidas entre as sociedades e o ambiente, portanto, possivelmente distintas da racionalidade moderna ocidental onde o homem se vê separado da natureza e capaz de submetê-la a seus valores e interesses. Os referenciais teóricos utilizados para ancorar esta análise baseiam-se nas ideias desenvolvidas por Thomas Kuhn sobre os processos de transição paradigmática e na abordagem teórica de Pierre Bourdieu através do conceito de praxiologia e a proposta de mediação entre o agente social e a sociedade. Como metodologia, utilizou-se da observação de campo e da aplicação de entrevistas semiestruturadas a atores sociais que atuam em distintas instituições e contextos. Aprofundou-se a análise com a realização de um estudo de caso na Unidade de Referência - Assentamento 17 de Abril, Restinga/SP, implantado pelo projeto Rede de Agroecologia Leste Paulista – Alta Mogiana do Edital Redes ECOFORTE. Na investigação, procurou-se analisar as concepções e modos de atuação sob a perspectiva agroecológica, identificando-se também os desafios e potencialidades atribuídos às experiências realizadas. A análise dos dados coletados permitiu constatar a relação dos fatores: histórico e perfil de atuação das instituições, formação e motivação dos profissionais, presença e participação dos movimentos sociais e tempo de convivência entre técnicos e comunidades, com o desenvolvimento de processos horizontais e dialógicos orientados para a construção coletiva da aprendizagem. Pôde-se concluir que nas instituições públicas de ATER, assim como nas de pesquisa e desenvolvimento, prevalecem atuações ancoradas sob o viés difusionista, com orientação para a transferência de conhecimentos e tecnologias consideradas mais sustentáveis, afastando-se, portanto, da proposta conferida à Ecologia de Saberes. Nas experiências desenvolvidas pelo terceiro setor e que atuam juntamente a movimentos e organizações sociais da agricultura familiar verificou-se uma orientação voltada para o encontro e diálogo entre a pluralidade epistemológica existente aproximando-se, portanto, dos elementos contidos na proposta da Ecologia de Saberes. Nestes casos, as experiências apresentam o potencial de transição paradigmática de desenvolvimento rural, uma vez que favorecem a emergência de distintas formas de compreensão da realidade e de organização socioprodutiva, notoriamente distintas das estratégias difundidas pelo paradigma moderno ocidental.

Palavras-chave: Agroecologia; Ecologia de saberes; Transição de paradigmas; Extensão rural

ABSTRACT

The agroecological experiences in Brazil and the erection of a new rural development paradigm

The goal of this research is to analyze the relationship of the current agroecological experiences developed in Brazil with the orientation towards a paradigmatic transition of rural development. This study aimed to evaluate the approximation of these experiences to the approach of Ecology of Knowledge, presented by Boaventura de Sousa Santos, where the dialogue and the encounter between existing epistemological plurality are proposed. This approach is based on the paradigmatic transition potential given the different cosmosvisions and its respective relationships established between societies and the environment, therefore, possibly distinct from modern Western rationality where man sees himself separated from nature and capable of subjecting it to his values and interests. The theoretical references used to anchor this analyses are based on ideas developed by Thomas Kuhn on the pragmatic transition processes and the theory approach of Pierre Bourdieu thru the concept of praxiology and the proposal of mediation between the social agent and society. As methodology, it was used field observation and the application of semi-structured interviews to social actors who work in different institutions and contexts. The analysis was deepened with the accomplishment of a case study in the Reference Unit – Settlement April 17th, Resting/SP, implemented by the East Paulista Agroecology Network project - Alta Mogiana from the public notice, ECOFORTE. In the research I sought to analyze the conceptions and modes of action from the agroecological perspective, also identifying the challenges and potentialities attributed to the experiences made. The analysis of the data collected allowed us to verify the relationship between the factors: history and performance profile of the institutions, training and motivation of the professionals, presence and participation of social movements and time of coexistence between technicians and communities, with the development of horizontal and dialogic oriented processes for the collective construction of learning. It could be concluded that ATER's public institutions, as well as those of research and development, are anchored under the diffusionist bias, with a view to the transfer of knowledge and technologies considered more sustainable, thus diverging from the proposal given to the Ecology of Knowledge. In the experiences developed by the third sector and which work together with the social movements and organizations of family agriculture, there has been an orientation directed towards the encounter and dialogue between the existing epistemological plurality, thus approaching the elements contained in the proposal of the Ecology of Knowledge. In these cases, the experiences present the potential of paradigmatic transition of rural development, since they favor the emergence of different forms of understanding of reality and socio-productive organization, notoriously different from the strategies spread by the western modern paradigm.

Keywords: Agroecology; Ecology of knowledge; Transition of paradigms; Rural extension

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| FIGURA 1. ATIVIDADE DE DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO (PE)..... | 81 |
| FIGURA 2. MAPA FALADO PRODUZIDO POR COMUNIDADE RURAL DE PERNAMBUCO..... | 81 |
| FIGURA 3. ENTORNO DO ASSENTAMENTO 17 DE ABRIL, RESTINGA/SP | 103 |
| FIGURA 4. ENTREGA DE FERRAMENTAS E MAQUINÁRIOS PARA MANEJO DOS SAFS | 107 |
| FIGURA 5. EVENTO DE FORMAÇÃO EM MANEJO DE SAF..... | 107 |
| FIGURA 6. INSTALAÇÃO DE APIÁRIO..... | 108 |
| FIGURA 7. APRESENTAÇÃO DE TÉCNICAS DE COMPOSTAGEM COM O GRUPO DE MULHERES..... | 108 |
| FIGURA 8. OFICINA SOBRE A FISIOLÓGICAS DE ABELHAS | 109 |
| FIGURA 9. IMPLANTAÇÃO DE UM SAF..... | 110 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| TABELA 1. IDENTIFICAÇÃO DOS TÉCNICOS E TÉCNICAS E PERFIL DAS INSTITUIÇÕES ENTREVISTADAS. | 65 |
| TABELA 2. FONTES DE FOMENTO ACESSADAS PELAS INSTITUIÇÕES ENTREVISTADAS. | 92 |
| TABELA 3. RELAÇÃO DAS URS PROPOSTAS NO PROJETO REDE DE AGROECOLOGIA LESTE PAULISTA-ALTA MOGIANA..... | 100 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|---|
| ACAR | Associação de Crédito e Assistência Rural |
| AE | Agroecologia |
| AIA | American International Association for Economic and Social Development |
| ASBRAER | Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| ASPTA | Assessoria de Serviços e Projetos em Agricultura Alternativa |
| ATER | Assistência Técnica e Extensão Rural |
| ATES | Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária |
| CCA | Construção do Conhecimento Agroecológico |
| CEBs | Conselhos Eclesiais de Base |
| CONTAG | Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura |
| DATER | Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| EMATER | Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| EMBRATER | Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| FASE | Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional |
| FAO | Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| ITESP | Instituto de Terras do Estado de São Paulo |
| MDA | Ministério do Desenvolvimento Agrário |
| MMC | Movimento das Mulheres Camponesas |
| MST | Movimento dos Sem Terra |
| MAPA | Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento |
| MLST | Movimento de Libertação dos Sem Terra |
| ONG | Organização Não Governamental |
| PDS | Programa Desenvolvimento Sustentável em Projetos de Assentamento |
| PNATER | Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| PLANAPO | Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica |
| PNAPO | Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica |
| PTA | Projeto Tecnologias Alternativas |
| PRONATER | Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| PRONAF | Programa Nacional de Crédito para a Agricultura Familiar |
| PRONERA | Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária |

| | |
|----------|--|
| RESEX | Reserva Extrativista |
| SDR | Secretaria do Desenvolvimento Rural |
| SIBRATER | Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| UDs | Unidades Demonstrativas |
| UR | Unidade de Referência |
| UTTs | Unidades de Transferência Tecnológica |

1. INTRODUÇÃO

O paradigma moderno ocidental, enquanto um conjunto de valores, crenças, procedimentos e técnicas compartilhados no seio de uma sociedade, forjado pelo surgimento da razão científica, do modelo de produção industrial e do sistema econômico capitalista, disseminou-se para quase a totalidade do planeta.

A inserção do paradigma moderno ocidental no meio rural brasileiro, com o objetivo de modernizar a agricultura, ocorreu a partir da década de 1950. Este movimento, reconhecido por *Revolução Verde*, consistiu na disseminação de um pacote tecnológico pautado em monocultivos, uso de mecanização, de sementes certificadas e híbridas, uso intensivo de adubos químicos e agrotóxicos.

A adoção desse modelo foi responsável pela drástica transformação socioambiental e econômica no campo constatando-se sua relação com quadros de perda de fertilidade do solo, erosão, contaminação dos recursos naturais, dos alimentos e das pessoas, aumento dos custos de produção, concentração de terras e da renda, acentuando-se a desigualdade social e o êxodo rural.

A constatação da insustentabilidade socioambiental e econômica deste modelo suscitou a emergência de movimentos contrários a este paradigma na agricultura e promotores de alternativas técnicas e organizacionais no meio rural. A agroecologia (AE), concebida como ciência, prática e movimento, resulta de um longo processo de contestação e busca de alternativas ao modelo agrícola industrial e de reconhecimento e interação com os saberes e práticas elaborados por povos e comunidades tradicionais.

Entendendo-se que a contraposição ao paradigma da agricultura industrial capitalista não pode ser pensada a partir da mesma razão sobre a qual este foi fundado, a construção dos conhecimentos agroecológicos (CCA) pressupõe campos de diálogo sobre saberes, práticas e experiências desenvolvidos em diferentes contextos e por diferentes atores.

Relaciona-se esta proposta de diálogo à ideia de *Ecologia de Saberes*, apresentada por Boaventura de Sousa Santos, onde se reconhece que não há epistemologias neutras, sendo estas socialmente, historicamente e ambientalmente construídas, e que uma reflexão epistemológica deve incidir nas práticas de conhecimento e seus impactos em outras práticas sociais (SANTOS, 2010). Considera-se que a aproximação entre distintas visões de mundo é capaz de potencializar a geração de novas percepções e assertivas na resolução das atuais questões socioambientais, uma vez que são globais e necessitam de visões globais.

Conforme nos apresenta Bourdieu (1983), o contato com novas experiências, definitivamente, distintas daquelas que nos aguarda, possibilita a ampliação das formas de se compreender, interpretar e agir sobre o mundo da vida.

Esta possibilidade do encontro epistemológico é consubstanciada na proposta da Construção do Conhecimento Agroecológico (CCA), onde se almeja eliminar as barreiras que hostilizam distintos saberes e conhecimentos para, enfim, permitir o afloramento de novos arranjos cognitivos. Contudo, ressalta-se que a potencialidade desta proposta não se limita ao conhecimento e compartilhamento de saberes, enquanto práticas/ técnicas e modos de fazer, mas sim, que se expande para um compartilhamento de visões de mundo, de racionalidades distintas e, conseqüentemente, de sistemas diversos de valores e prioridades, com vistas ao desenvolvimento de formas mais sustentáveis de vida.

O desenvolvimento sustentável é um projeto social e político que aponta para o ordenamento ecológico e a descentralização territorial da produção, assim como para a diversificação dos tipos de desenvolvimento e dos modos de vida das populações que habitam o planeta. Neste sentido, oferece novos princípios aos processos de democratização da sociedade que induzem à participação direta das comunidades, e certamente na produção coletiva de novos conhecimentos e na sua universalização e gestão (MUSSOI, 2006, p.5).

Diante da potencialidade de transição paradigmática no meio rural atribuída aos processos de CCA, esta pesquisa se propõe analisar a relação das atuais experiências agroecológicas desenvolvidas no Brasil com este propósito.

Os referenciais teóricos utilizados para ancorar esta análise baseiam-se nas ideias desenvolvidas por Thomas Kuhn sobre os processos de transição paradigmática; em Boaventura de Sousa Santos através das reflexões acerca da pluralidade epistemológica, consubstanciada na proposta da Ecologia de Saberes; e na abordagem teórica de Pierre Bourdieu através do conceito de praxiologia e a proposta de mediação entre o agente social e a sociedade.

O processo de CCA, enquanto uma proposta de construção coletiva da aprendizagem, torna-se um possível fator de agência e de transformação, nos termos de Bourdieu. Suas contribuições teóricas sobre *fluidez do movimento social* e a *gênese constante das representações sociais* permitem situar a proposta da CCA enquanto uma potência para a reorganização das estruturas sociais historicamente construídas, reconhecendo-se, no entanto, sua interdependência com as estruturas anteriores.

Acredita-se que a análise das experiências agroecológicas ancoradas por este referencial teórico permitirá responder às seguintes questões:

-As atuais experiências agroecológicas desenvolvidas no Brasil sinalizam para uma transição paradigmática?

-Os processos de CCA são compatíveis com o sentido conferido à proposta da Ecologia de Saberes?

-Quais aspectos destas experiências potencializam e dificultam a emergência de novas racionalidades e cosmologias?

Deste modo, delinea-se o objetivo central e os específicos da pesquisa:

1.1. Objetivo Central

Analisar a relação de experiências agroecológicas desenvolvidas no Brasil com a orientação para uma transição paradigmática no meio rural. Considerando que a AE é desenvolvida em diferentes campos sociais: científico, governamental, educacional e dos movimentos sociais, propõe-se analisar experiências desenvolvidas nestes diferentes contextos de atuação.

1.2. Objetivos específicos:

-Analisar as experiências agroecológicas desenvolvidas por diferentes instituições e contextos em relação às concepções de AE, métodos adotados, desafios e potencialidades por estas identificados;

-Analisar a relação dos processos de CCA desenvolvidos pelas instituições com o sentido conferido à proposta da Ecologia de Saberes apresentada por Boaventura de Sousa Santos;

-Analisar a relação dos conceitos de *campo* e *habitus* apresentados por Pierre Bourdieu com os desafios identificados no desenvolvimento das experiências;

-Identificar quais aspectos das experiências conduzidas potencializam e dificultam a emergência de racionalidades e cosmologias distintas do paradigma moderno ocidental.

A seleção das instituições a serem investigadas se deu por meio da amostragem por cadeias de referência, conhecida no Brasil como “amostragem em Bola de Neve”, onde os participantes iniciais do estudo indicam novos participantes que, por sua vez, indicam novos participantes e assim sucessivamente.

Tem-se por **hipótese** que a permanência de estruturas organizacionais e padrões mentais e cognitivos enraizados na lógica do paradigma moderno ocidental, refletidas nas instituições e políticas públicas, dificultam a consolidação da proposta da Ecologia de Sabres e, conseqüentemente, processos de transição paradigmática. Neste sentido, supõe-se que nas experiências onde prevalece o protagonismo das comunidades e movimentos sociais, há uma potencialidade maior para que se efetive uma transição de paradigmas no meio rural brasileiro.

O primeiro capítulo aborda a formação e constituição do paradigma moderno ocidental e o processo de introdução deste enquanto um modelo de desenvolvimento rural no Brasil. Aponta-se as principais conseqüências socioambientais advindas desse processo e a insurgência de propostas e movimentos contrários a este modelo.

O segundo capítulo trata do poder simbólico subjacente ao paradigma moderno, presente nas organizações das estruturas sociais e cognitivas e responsável pela manutenção deste ideário e engessamento de novas estruturas e arranjos sociais. As possibilidades de transição paradigmáticas são apresentadas pela emergência de movimentos que buscam transformar a atual conjuntura socioambiental através da evidência e reconhecimento de outras racionalidades, experiências e cosmologias que foram invisibilizadas e negligenciadas pelo paradigma moderno ocidental. Buscar-se-á apresentar o importante e legítimo papel que estas racionalidades desempenham na construção de distintos modos de vida e convivência com o ambiente natural, revelando-se como alternativa ao modelo hegemônico de produção capitalista.

O terceiro capítulo apresenta as bases históricas e conceituais do movimento agroecológico no Brasil e relaciona o processo de construção do conhecimento agroecológico com a proposta da Ecologia da Saberes por propiciar o encontro entre distintas epistemologias e visões de mundo notoriamente contrárias ao modelo hegemônico de produção e organização no campo.

O quarto capítulo traz a abordagem metodológica utilizada, seguido pela discussão e análise das experiências investigadas, assim como do estudo de caso. O sexto capítulo traz as considerações finais.

2. O PARADIGMA MODERNO OCIDENTAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO RURAL BRASILEIRO

Thomas Samuel Kuhn, físico e filósofo da ciência, no prefácio de seu livro “*A Estrutura das Revoluções Científicas*”, ao apresentar a trajetória de sua pesquisa, relata seu interesse e observação nos questionamentos e busca de legitimidade dos métodos científicos utilizados entre as disciplinas de ciências sociais e das ciências naturais, na qual foi ‘criado’. E aponta sua surpresa ao ver o número e expansão dos desacordos entre os cientistas sociais sobre os métodos científicos utilizados e os problemas científicos legítimos, enquanto que nas ciências naturais não se evocavam as controvérsias sobre tais fundamentos.

“A tentativa de descobrir a fonte dessa diferença levou-me ao reconhecimento do papel desempenhado na pesquisa científica por aquilo, que desde então, chamo de paradigmas” (KUHN, 1998, p.13).

Para Kuhn (1998:13), paradigma refere-se “[...] às realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”.

Deste modo, define como paradigma, uma estrutura conceitual e operacional de que dispõe uma determinada comunidade científica no exercício de sua atividade. São os elementos básicos, fundamentais, compartilhados por membros de uma ciência ou por profissionais que no exercício de suas práticas adotam princípios comuns (KUHN, 1998, p.219):

“[...] paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma”.

De acordo com Hoisel (1998 apud MORAES, 2010) o paradigma, por ser um modelo de pensamento, limita a noção de ‘verdade’ ao interior deste modelo. É um fator limitante das conclusões, uma vez que só permite chegar às conclusões a que se quer chegar a partir de um modelo de pensamento.

“O que se apreende, então, não é a realidade em si, mas a interpretação da realidade a qual o paradigma adotado permite apreender” (HOISEL, 1998 apud MORAES, 2010, p.36).

Ao identificar a existência de diversos elementos constituintes do se fazer científico, Kuhn (1962) aponta a insuficiência das diretrizes metodológicas para ditarem, por si só, uma única conclusão substantiva para várias espécies de questões científicas. Estes elementos constituintes da ciência referem-se, principalmente, a aspectos da psicologia social, da

epistemologia e a fatores externos determinantes na delimitação das questões a serem pesquisadas e as formas utilizadas para solucioná-las.

Inicialmente, desconstrói a concepção de desenvolvimento científico por acumulação, visto que pesquisas em voga atribuem obsolescência ou misticismo às teorias antecessoras.

[...] se essas crenças obsoletas devem ser chamadas de mitos, então os mitos podem ser produzidos pelos mesmos tipos de métodos e razões que hoje conduzem ao conhecimento científico. Se por outro lado, elas devem ser chamadas de ciência, então a ciência inclui conjunto de crenças totalmente incompatíveis com as que hoje mantemos (KUHN, 1998, p.21).

Em seguida, aponta a relação das conclusões e teorias científicas com a experiência prévia do cientista em outras áreas da ciência, com possíveis acidentes de sua investigação e com sua própria formação individual. Como exemplo, apresenta o seguinte questionamento:

Que crença a respeito das estrelas ele [cientista] traz para o estudo da Química e da Eletricidade? Quais aspectos do fenômeno complexo que daí resulta o impressionam como particularmente relevantes para uma elucidação da natureza das transformações químicas ou das afinidades elétricas (KUHN, 1998, p. 22-23).

O autor destaca o papel das condições exteriores no delineamento dos problemas científicos, como as questões econômicas, sociais, culturais e intelectuais: “As condições exteriores podem ajudar a transformar uma simples anomalia numa fonte de crise aguda” (KUHN, 1998, p.15). Neste sentido, Kuhn traz o conceito de paradigma para nomear este arcabouço psicológico, fenomenológico, social, cultural e ambiental que constitui as ciências.

Entende-se assim que os paradigmas estão diretamente ligados a determinadas visões de mundo da comunidade científica, responsáveis por determinar as questões legítimas de serem investigadas, assim como as estratégias/metodologias para solucioná-las e as conclusões daí advindas.

Nessa concepção, um primeiro sentido sociológico do conceito de paradigma indica toda a constelação de crenças, valores, procedimentos e técnicas partilhadas no consenso de um certo grupo ou cultura.

Em outras palavras, paradigma refere-se a modelo, padrão e vivências compartilhadas, configurando-se num esquema exemplar de descrições e compreensão da realidade. É, portanto, mais que teoria, pois implica em uma estrutura que gera teorias, produzindo pensamentos e explicações, representando um sistema de aprender a aprender ao qual vincula todo processo futuro de aprendizagem e indica um método para a investigação (VIETTA et al., 2001, p.98).

Apesar do conceito de paradigma originar das reflexões epistemológicas da ciência, contata-se a ampliação de seu uso para designar todo o conjunto de valores, regras e crenças

responsável por determinar as concepções de realidade. De acordo com Frei Betto (2017), ao longo da história da humanidade houve distintos paradigmas que serviram como um amálgama de coesão societária. No artigo, *La crisis civilizatoria y el papel de la ética*, o autor aponta que durante os últimos dois milênios a história do Ocidente esteve marcada por duas grandes épocas: a medieval e a moderna. Enquanto na Idade Média o paradigma esteve fundado em noções religiosas e teológicas, na época Moderna o paradigma é respaldado pelo avanço da ciência e da tecnologia.

Tem-se que a racionalidade subjacente ao atual paradigma é a racionalidade moderna ocidental configurada, principalmente, pela insurgência da razão científica, do modo de produção industrial e do sistema econômico capitalista. Estando, estas três dimensões, fortemente, alinhadas e interdependentes.

Na tradição do pensamento ocidental grego funda-se uma ruptura substancial na concepção da natureza que se estrutura, basicamente, sobre três pilares: Aristóteles, o judaico-cristianismo e a ideologia do Iluminismo, onde de forma generalista, se preconiza o **domínio do homem sobre a natureza** e concebe-se o desenvolvimento como um movimento **natural, desejável e inevitável**, à que todas as sociedades do mundo estão sujeitas (RIST, 1985 apud PERROT, 2008).

Importantes acontecimentos no mundo ocidental evidenciam o momento de síntese destes ideais, práticas e conhecimentos que foram influentes na formação da modernidade. Com a Revolução Francesa (século XVIII), antigos ideais da tradição e da hierarquia de monarcas, aristocratas e da Igreja Católica foram substituídos pelos novos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade. A Revolução Industrial marca intensas transformações que incluem a transição dos métodos produtivos (do trabalho artesanal para o industrial) e as mudanças ocorridas pela divisão social do trabalho.

Este processo, também chamado de liberalismo econômico, consiste, portanto, na culminação de uma liberdade no âmbito econômico onde se ortoga à mão invível do mercado o atributo de premiar a constância, a economia e o trabalho e castigar o ócio e o desperdício (GUZMÁN CASADO et al., 2000, p. 22-23):

O novo catálogo de virtudes está ditado pelas leis operativas da máquina, exemplificada pela mais perfeita das máquinas- a que permitiu ao Iluminismo descobrir o funcionamento da natureza – o relógio: disciplina, precisão, ordem, diligência, limpeza, resistência e pontualidade.

Esta concepção dualista da cosmologia ocidental onde o homem se vê separado da natureza, capaz de submetê-la à ordens, leis e manipulação, foi condicional ou condicionado

na/pela formação do conhecimento científico, que por sua vez, teve e tem papel crucial na justificação e formação ideológica do mundo moderno ocidental.

De acordo com Santos (2000, p.23), a época moderna pode ser definida pela emergência de uma nova concepção de ciência e de métodos, distinguindo-se da filosofia (metafísica):

O positivismo lógico representa o apogeu da dogmatização da ciência, isto é, de uma concepção de ciência que vê nesta o aparelho privilegiado da representação do mundo, sem outros fundamentos que não as proposições básicas sobre a coincidência entre a linguagem unívoca da ciência e a experiência ou observação imediatas, sem outros limites que não os que resultam do estágio do desenvolvimento dos instrumentos experimentais ou lógico-dedutivos (SANTOS, 2000, p.23).

O papel desempenhado pela ciência no fornecimento de explicações sobre a realidade, no desenvolvimento de tecnologias e, portanto, interferência nos processos sociais, econômicos e culturais, aliado à credibilidade construída historicamente sobre a legitimidade do seu conhecimento produzido, a responsabiliza pela conformação do atual paradigma.

De meados do século XIX até hoje a ciência adquiriu total hegemonia no pensamento ocidental e passou a ser socialmente reconhecida pelas virtualidades instrumentais da sua racionalidade, ou seja, pelo desenvolvimento tecnológico que tornou possível (SANTOS, 2000, p.31).

Neste sentido, a ‘ciência’, tendo surgido no mundo ocidental moderno, com toda ideologia e método correspondente, fomentou as concepções sobre as outras sociedades do mundo a partir da comparação com a realidade ocidental. Destaca-se neste contexto, o papel cumprido pela corrente evolucionista da antropologia, nascente na segunda metade do século XIX (ALMEIDA, 2003) que, ao estudar as outras sociedades (recentemente ‘descobertas’ pelos europeus), considerou-as primitivas, presentes num estágio evolutivo inferior às sociedades ocidentais. Estas produções intelectuais foram responsáveis pela criação do ideal desenvolvimentista, forjando então os conceitos de sociedades desenvolvidas, em desenvolvimento e subdesenvolvidas, fato que por si só, justificou a ocupação e exploração destes territórios e nações ‘primitivas’.

De acordo com Guzmán Casado et al., (2000, p. 27), o elemento chave de articulação entre o neoliberalismo e a globalização econômica refere-se ao conhecimento (a ciência e sua autolegitimação, defendida pela estrutura de poder gerada em torno dela) usado para interpretar o funcionamento da economia e das sociedades, que tendo sido gerado dentro da lógica dos valores ocidentais é incapaz de assimilar outros tipos de valores: “[...] é assim dizer, sem aceitar a biodiversidade cultural do planeta”.

Entende-se que a estrutura de poder gerada em torno do conhecimento científico, serviu para impor o modelo produtivo ocidental para várias partes do mundo através do conceito de **desenvolvimento**. Desta forma, sob o ideal desenvolvimentista, foram conduzidas infinitas incursões com a finalidade de se disseminar um modelo padrão de sociedade. Tal percurso, de acordo com Santos (2007), se dá por processos de apropriação, que envolvem incorporação, cooptação e assimilação, e por processos de violência, que implicam em destruição física, material, cultural e humana (SANTOS, 2007).

Neste sentido, Perrot (2008) considera, categoricamente, o desenvolvimento enquanto relação inscrita em um dado jogo de forças que revela a História. Esta relação se caracteriza por uma transformação sistemática da natureza e das relações sociais em bens e serviços para o mercado. Porém, reforça que o “desenvolvimento não é destruidor pelo fato de que ameaça todo povo tradicional, mas sim porque, em geral, sua lógica prometeica exige que a abundância material excessiva de uns acarrete a destruição de outros” (PERROT, 2008, p. 231).

Segundo a mesma autora, ao longo da história, os contatos que visavam à dominação de povos longínquos foram marcados pelo extermínio, pela exploração ou, no mínimo, pela subordinação. Esses abusos foram justificados por valores, como da civilização e educação, durante o período colonial, e de construção e integração nacional, com as independências políticas das ex-colônias.

“[...] discursos e realizações de progresso, de um lado, e práticas de expropriação, do outro, se confundem sob uma mesma denominação: o desenvolvimento” (PERROT, 2008, p. 220).

De acordo com Escobar (2005), estas críticas ao desenvolvimento surgem na década de oitenta com as ideias pós-estruturalistas onde, o conceito de desenvolvimento é analisado enquanto um discurso de origem ocidental que opera como um mecanismo produtor de cultura, regras sociais e econômicas para o “terceiro mundo”. O discurso em si, permeia e sustenta qualquer projeto político-ideológico, sendo este também a força dominante para a disseminação de valores e práticas da cultura capitalista.

Segundo o mesmo autor, os pós-estruturalistas consideram a posição epistemológica das abordagens dominantes, como parte do problema, pois partem de uma crença eurocêntrica de uma verdade única e argumentam que a escolha de uma epistemologia e de um referencial teórico é sempre um processo político com consequências para o mundo real (ESCOBAR, 2005:23).

Santos (2007) denomina o pensamento moderno ocidental de *pensamento abissal*, uma vez que negligencia radicalmente todas as outras formas de pensamento não-ocidentais, através

de um sistema (interdependente) de distinções visíveis e invisíveis. Segundo o autor, no campo do conhecimento, o pensamento abissal consiste na concessão à ciência moderna do monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso, possível então pela invisibilidade de outras formas de conhecimentos. O paradigma da modernidade ocidental, fundado na tensão entre regulação/emancipação social, subjaz a uma outra tensão, invisível, na qual se funda: apropriação/violência (SANTOS, 2007).

Neste sentido, considera-se que o desenvolvimento do mundo moderno ocidental, caracterizado pelo discurso da democracia, igualdade e justiça, se deu às custas da exploração e espoliação de outras ‘vidas’ desconsideradas e invisibilizadas. Esta invisibilização revela-se aqui a responsável pelas questões socioambientais que enfrentamos atualmente: extrema desigualdade social e exploração da força de trabalho humano, intensa degradação dos ecossistemas, distribuição não equitativa dos benefícios e prejuízos advindos do crescimento econômico, insegurança alimentar das sociedades¹, violência crescente, falta de autonomia das nações, entre tantas outras, fortemente conectadas.

Uma vez que este trabalho tem como recorte as questões socioambientais no meio rural, apresenta-se em seguida uma breve análise do processo decorrente da incorporação do paradigma moderno ocidental no meio rural brasileiro, conhecido por Revolução Verde, onde os serviços públicos de extensão rural, enquanto uma orientação política governamental, tiveram um importante papel.

2.1. Inserção do paradigma moderno ocidental no meio rural brasileiro: A modernização da agricultura e o papel dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural

O processo de modernização/industrialização da agricultura consiste na artificialização dos ecossistemas e da apropriação dos fatores de produção pelo capital, transformando-os em mercadorias. A ciência, neste momento, exerce um papel central através do desenvolvimento do controle das forças produtivas e a consequente legitimação de qualquer forma de intervenção sobre os recursos naturais, subordinando-os definitivamente ao homem e rompendo, desta forma, o processo de coevolução social e ecológica que foi mantido, historicamente, pelo campesinato (GUZMÁN CASADO et. al., 2000).

¹ Considera-se como insegurança alimentar tanto a falta de alimentos nutritivos para a alimentação humana como o risco apresentado por alimentos contaminados por agroquímicos e produzidos a partir de organismos geneticamente modificados (OGMs).

No campesinato, a agricultura associa-se a um modo de vida, de compreensão e de relação com a natureza e com a sociedade, o que determina, tanto o manejo dos recursos naturais como a economia local. Pelo contrário, a agricultura industrializada, como um negócio, opera sem considerar os ciclos de reprodução dos recursos naturais e parte da substituição da energia e materiais internos aos agroecossistemas pela apropriação de energia e materiais elaborados industrialmente. Significa a aplicação sistemática dos princípios da ciência e da tecnologia na produção de alimentos (GUZMÁN CASADO et. al., 2000, p. 36-37).

Ressalta-se, contudo, que desde o início da agricultura no mundo, há aproximadamente dez mil anos atrás, sempre houve transformações nas formas de cultivo e manejo das produções, através da descoberta de novos instrumentos e ferramentas, da adoção de novas variedades de sementes, integração com a pecuária, mecanização e avanço da química (MAZOYER; ROUDART, 2010). Porém, foi a partir do pós-guerra, como estratégia para dar continuidade à utilização de todo “arsenal” científico e tecnológico desenvolvido na fabricação de armas, máquinas e produtos químicos (ARL, 2015), que se instala efetivamente o processo de modernização da agricultura. Conhecido por Revolução Verde, este modelo de produção agrícola orienta-se por intensas transformações na utilização da química, da mecanização e da genética, transformando-se em um pacote tecnológico que se espalha por todo o mundo.

Apesar de usar o discurso de “acabar com a fome no mundo” através do uso da tecnologia para aumento da produtividade e da produção, o modelo da Revolução Verde foi criado pelas indústrias para atender seus interesses de venda de sementes, insumos e maquinários. O pacote tecnológico da Revolução Verde consiste, basicamente, na implantação de monocultivos, mecanização pesada, uso de sementes certificadas e híbridas, uso intensivo de adubos químicos e agrotóxicos (ARL, 2015).

A prática da monocultura responde tanto ao interesse de se criar zonas de especialidades agrícolas, com a produção em larga escala, como também de se fomentar o uso da mecanização (adaptável para monocultivos). A monocultura, além de causar a perda substancial da biodiversidade local e o consequente desequilíbrio ecológico do agroecossistema, leva a perda da soberania alimentar das famílias e comunidades locais, uma vez que se destina a produzir apenas um tipo de cultura, forçando-os então a comprarem os demais alimentos. O desequilíbrio ecológico provocado pelos monocultivos e também pelo uso intensivo de adubos químicos (em substituição a fertilidade natural dos solos anteriormente garantida por práticas de manejo locais) favorece o desenvolvimento de doenças e pragas nas lavouras, fechando-se então o ciclo do pacote tecnológico, com o uso de agrotóxicos (inseticidas, fungicidas, herbicidas, etc.).

Pode-se constatar que todo o sistema produtivo disseminado teve por intuito atender aos interesses das indústrias e, neste sentido, o campo foi tido apenas como mero espaço de produção e consumo. A adoção desse modelo foi responsável pela degradação ambiental no campo, contaminação dos recursos naturais, dos alimentos e das pessoas, aumentou os custos de produção e provocou o êxodo rural, concentração de renda e das terras (ARL, 2015).

A implantação desse modelo no Brasil, enquanto uma orientação política, se deu através da articulação entre instituições de pesquisa e ensino, órgãos públicos de assistência técnica e extensão rural, poder público e instituições filantrópicas norte americanas.

2.1.1. Processo de modernização agrícola no Brasil: uma opção política.

Em 1948, através de acordos entre Brasil e Estados Unidos, inicia-se o processo de institucionalização do serviço de assistência técnica e extensão rural (ATER) nacional (FONSECA, 1985). A interferência norte americana se deu tanto pelo setor privado, por intermédio da AIA (American International Association for Economic and Social Development), como público, através do *Programa Ponto IV*, enquanto uma estratégia de política externa disfarçada de ajuda técnica para o mundo subdesenvolvido (OLIVEIRA, 1999).

Estes acordos culminaram na implantação do Programa Piloto de Santa Rita do Passa Quatro (SP) e na fundação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR-MG), como resultado do convênio assinado entre o governo de Minas Gerais e a AIA, correspondendo ao propósito de criar e manter condições de estímulo ao investimento privado, num privilegiado momento onde há uma interrupção do nacionalismo de Getúlio Vargas, entre os anos de 1945 e 1950.

Esta política partia da ideia de que a melhoria da qualidade da produção agrícola e a fixação do homem no campo garantiriam, de forma mais expressiva, a vinculação destes agricultores ao mercado de financiamento, insumos e produtos. Para tal, foram aplicados recursos do Estado em serviços e pesquisas, criando-se o Instituto de Pesquisas Agronômicas, a Estação Central de Experimentação Vegetal, a Universidade Federal de Viçosa, a ACAR, entre outros (OLIVEIRA, 1999).

Revela-se assim que o objetivo subjacente à criação do serviço de ATER no Brasil consistia no **crescimento em escala** das corporações industriais norte-americanas de maquinários, fertilizantes e eletrodomésticos e o fomento do **consumo de massa**, ou seja, tornar o meio rural brasileiro consumidor de todos estes produtos.

Esta dinâmica foi responsável pela seletividade do público beneficiário, através do direcionamento dos serviços de ATER para grandes e médios produtores, uma vez que estes poderiam responder em termos de aumento de produtividade e de consumo de bens e serviços industrializados. Aos agricultores de baixa renda o serviço de extensão rural se resumiria num trabalho complementar de cunho social e assistencialista (CAPORAL e COSTABEBER, 2004).

A ideologia difundida e incorporada era “ajudar os que querem ajudar-se” e desta forma, apoiavam-se em comunidades e produtores onde fosse possível a obtenção de resultados mais vantajosos. Evidencia-se, assim, a relação do serviço de ATER com ideais e valores do sistema capitalista de produção, onde a dignidade advinda do trabalho (próprio da ideologia construída pela reforma protestante e burguesa) e, conseqüentemente, o mérito e o reconhecimento, justificava a condução e seletividade do trabalho desenvolvido.

A prática extensionista, enquanto um instrumento de “projeto para o capital” deveria se apoiar em discursos e propostas pedagógicas que justificassem e correspondessem a seus propósitos. A partir da ideia de “subdesenvolvimento”, adotada de forma comparativa com os padrões alcançados pelos países do *Norte*, determinou-se uma base ideológica e todo um sistema cognitivo, segundo os quais foram elaboradas as formas de intervenção e difusão de um modelo padrão de desenvolvimento apoiado, nestas chamadas, políticas de “cooperação” (CAPORAL, 2007).

Sob o pretexto de tirar o meio rural do “atraso”, a extensão rural no Brasil, a partir dos anos 1950, passa a participar do processo de industrialização/modernização do campo através da mudança na base produtiva e da incorporação dos produtores rurais ao modelo urbano/industrial da época (CAPORAL e COSTABEBER, 2004). As bases teóricas dessa ação extensionista adotavam desde a noção de “subcultura camponesa”, considerada responsável pelo atraso do desenvolvimento, até os mecanismos sociológicos, psicológicos e comunicativos necessários para persuadir os agricultores a aceitarem as inovações técnicas apresentadas (CAPORAL, 2007).

Para tal objetivo, utilizou-se do método difusionista e de comunicação clássica que, baseados na utilização de estímulos de ordem metodológica (estratégias persuasiva e reforçadora de comportamentos esperados), de ordem material (sistema de créditos) e de ordem afetiva (reconhecimento público do “bom desempenho”) visavam induzir os indivíduos a cumprir as diferentes fases do processo de modernização agrícola. Revela-se assim o caráter extremamente unidirecional, verticalizado e autoritário desse modelo (MUSSOI, 2006).

Inevitavelmente, este período caracteriza-se pela criação de um abismo entre o técnico e o agricultor, uma vez que o único conhecimento considerado válido e pertinente era aquele produzido nas universidades e centros de pesquisa.

“O saber dos agricultores era tido como atrasado e deveria ser combatido” (BARBOSA, 2009, p.41).

Ademais, o conhecimento científico formado neste período e neste campo do conhecimento esteve voltado para atender às demandas desta agricultura industrial, o que explica, por exemplo, o formato dos currículos dos cursos de agronomia, marcados pelo reducionismo, pela orientação ao mercado de *commodities* e práticas ‘modernas’ de produção. Neste formato, o conhecimento gerado nas universidades já se forma fragmentado, compartimentalizado e incapaz de compreender tanto o agroecossistema, em toda sua complexidade, como também o conhecimento e tradição dos agricultores e agricultoras, essencialmente complexos. Além de não conseguir compreendê-los, eram desconsiderados e vistos como credices e superstições.

Em meados da década de 1970, durante o governo de Ernesto Geisel, ocorre a estatização do serviço de extensão rural através da implantação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER), coordenado em nível nacional pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e executada nos estados pelas Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) (BARBOSA,2009).

Segundo Mussoi (2006), implanta-se neste período uma matriz tecnológica altamente especializada e produtivista e as instituições de extensão rural são organizadas dentro da concepção centralizada e descendente, com ampliação de seus instrumentos de controle e supervisão. É criada toda uma organização setorial (produtiva, industrial, comercial) para a oferta de um pacote tecnológico capaz, tanto de a padronizar as práticas produtivas, como de “enfraquecer” a dependência dos aspectos naturais de cada agroecossistema, tornando a agricultura, até então, relativamente, autônoma, em dependente dos produtos deste pacote tecnológico (COSTABEBER, 2004).

O processo de modernização agrícola resultou em uma drástica alteração dos meios produtivos, da organização do trabalho e, conseqüentemente, de reprodução social no meio rural. No aspecto produtivo foi incentivada a adoção de variedades de plantas altamente produtivas, porém exigentes em relação a insumos químicos (adubos, inseticidas, fungicidas, herbicidas) e água (MUSSOI, 1985, p.41). Incentivou-se a especialização das regiões e a

priorização por culturas de exportação através da implantação de extensos monocultivos e a adoção da mecanização.

Estas mudanças só foram possíveis com forte apoio governamental, não só com pesquisa e assistência técnica, mas com intensos subsídios, pagamentos de fretes, redução e isenção de juros e uma série de privilégios.

A adoção do novo modelo tecnológico de produção objetivava a maximização da produção para fins exclusivamente comerciais, o que, segundo Paulus e Schlindwein (2001), propiciou formas de produção mais eficientes e, aparentemente, mais eficazes em seus propósitos produtivistas, porém, ressaltam que isto só se tornou possível a um custo social e ambiental muito elevado, o que coloca em "xeque" (ou relativiza) a sua eficácia econômica.

Tanto a prática da monocultura, como a utilização de variedades híbridas levaram a um processo de desequilíbrio ecológico de escala nacional, causado pela redução da biodiversidade e da introdução de práticas e variedades incompatíveis com o clima tropical brasileiro.

De acordo com Barbosa (2009), durante a década de 1960, o modelo agroindustrial já apresentava sinais de exaustão com a constatação do aumento do desflorestamento, da erosão, da contaminação das águas, do solo, dos animais e do homem por agrotóxicos, redução da biodiversidade e da fertilidade dos solos. No aspecto social, acirrou-se o processo de concentração da terra e de renda, causando o êxodo rural de inúmeras famílias para os centros urbanos e a geração de problemas sociais vinculados à saúde, habitação, transporte, educação e segurança. Este esvaziamento do campo representa uma perda inestimável da diversidade cultural e, conseqüentemente, biológica e alimentar, existente no meio rural brasileiro.

Um exemplo desta transformação socioeconômica e cultural é oferecida por Cotrim (2013) através do relato de como se deu a introdução da indústria fumageira (tabaco) no município de Dom Feliciano-RS. A estruturação do projeto do tabaco, apoiada em uma argumentação estritamente econômica, foi responsável por mudanças tanto no aspecto do domínio e autonomia da produção agropecuária, como de sociabilidade entre os agricultores e agricultoras, prevalecendo posturas individualistas e competitivas.

A constatação da relação entre o modelo agrícola convencional e a geração de todos estes impactos socioambientais, revelou à extensão rural sua responsabilidade na geração e difusão dos mesmos, o que conduziu a um extenso processo de estudos, avaliações e proposições alternativas, tanto por grupos de resistência das entidades de extensão, como, também por setores acadêmicos, da sociedade civil organizada, das igrejas e de organizações

de representação dos agricultores (CAPORAL, 2007). Este período ficou conhecido como o *Repensar da Extensão Rural*.

2.2. A crise do paradigma moderno ocidental na agricultura brasileira e a busca por alternativas.

Segundo Alvarenga (1998), um paradigma entra em crise quando há fracasso na solução dos problemas por ele propostos, abalando a crença em suas próprias regras e padrões conceituais. O fracasso nas regras existentes é o prelúdio para a busca de novas alternativas.

Para Kuhn (1962), uma revolução paradigmática é uma espécie de mudança envolvendo um certo tipo de reconstrução dos compromissos de um grupo. Adverte ainda que as revoluções científicas não representam, necessariamente, uma mudança drástica ou conflitante entre membros de uma comunidade, mas que, regularmente, ocorrem em escala reduzida, em comunidades de vinte e cinco membros.

“As Revoluções Científicas são os complementos desintegradores da tradição à qual a atividade da ciência normal está ligada” (KUHN, 1962, p.25).

A relação do paradigma moderno ocidental com a geração de graves impactos socioambientais no meio rural brasileiro configura um estado de crise paradigmática na agricultura. Neste sentido, ainda que o modelo da Revolução Verde tenha obtido impressionantes resultados quanto a produtividade (através da intensificação tecnológica), os problemas dela resultantes alarmaram diferentes setores da administração e investigação agrária que reivindicaram uma nova ética profissional, através da busca por um novo paradigma, no sentido de uma mútua fundamentação de conceitos, valores, métodos e ações que venham a substituir o paradigma tradicional da “transferência tecnológica”, impulsionado pela modernização agrícola (GUZMÁN CASADO et.al, 2000, p.22).

A partir da década de 1980 surgem diversos movimentos e organizações em prol de uma agricultura alternativa e contrários ao modelo da agricultura convencional, baseado nos pacotes da “Revolução Verde”. Como exemplo, cita-se a rede PTA (Projeto Tecnologias Alternativas), de iniciativa da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), que, ancoradas no conceito de sustentabilidade, buscaram contrapor o projeto da modernização agrícola (BARBOSA, 2009).

Segundo Mussoi (1985, p.46) este período da extensão rural foi fruto tanto da pressão dos agricultores, como da emergência de uma nova visão dos extensionistas, que defendiam a adoção de uma abordagem sistêmica no trabalho com as famílias rurais, a utilização racional

dos recursos naturais, o uso de tecnologias apropriadas, a produção de subsistência e, principalmente o planejamento e ação participativa. De acordo com o mesmo autor, a extensão rural, enquanto um trabalho democrático, participativo e educacional, deveria se voltar às aspirações, problemas e necessidades da maior parte da população rural a fim de se refletir a realidade onde está inserida.

A reflexão sobre uma nova extensão rural apresentava então a necessidade de uma visão sistêmica de mundo, plural e multidimensional, que primasse pela diversidade e construção coletiva dos saberes, sem substituir conhecimentos, mas sim, conjugando-os (BARBOSA, 2009).

Destaca-se nesse contexto, a crítica de Paulo Freire (1983) em relação ao processo educacional da extensão convencional, tendo proposto o estabelecimento de uma relação dialética entre o agricultor e o extensionista para a construção de conhecimentos apropriados a cada realidade, além da troca de saberes como uma forma de (re)valorização da cultura local.

No entanto, no âmbito político, a partir de 1990, sob uma nova orientação para o desenvolvimento nacional, que tinha por estratégia maior a constituição do “estado mínimo” (KREUTZ et al., 2005) e o incentivo a iniciativas privadas, ocorre, durante o governo Collor, a extinção da EMBRATER e, inevitavelmente, o desmonte e privatização das instituições públicas de ATER.

Deste feito, os serviços públicos de ATER ficam carentes de um apoio e orientação federal, ficando então limitados e dependentes do direcionamento estatal ou regional da qual faziam parte, o que conduziu, ainda mais, os serviços para o atendimento de interesses dominantes no meio rural.

Como resposta ao desmantelamento das instituições de ATER e de sua orientação conservadora, a partir de 1997/98, instituições relacionadas a esses serviços e representativas da agricultura familiar, como a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Ministério da Agricultura, Secretaria do Desenvolvimento Rural (SDR), Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) e Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), dão início a uma série de seminários e workshops que tinham por objetivo estabelecer uma aliança estratégica que permitisse o fortalecimento da agricultura familiar, redefinindo, para isso, o papel dessas instituições (KREUTZ et al., 2005).

Em janeiro de 2000, através do decreto nº 3.338 cria-se o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e no ano de 2003, através do Decreto nº 4.739, a

responsabilidade pelos serviços de ATER é transferida do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para o MDA com a sinalização da agricultura familiar como público alvo beneficiário desses serviços e com a orientação para um novo modelo de desenvolvimento rural.

Neste intuito, ao longo do ano de 2003, inicia-se um intenso processo democrático e participativo através do acolhimento de sugestões de mais de 100 entidades e mais de 500 pessoas a fim de subsidiar a primeira proposta da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER (CAPORAL, 2011).

A ampla participação dos setores interessados assegurou para a PNATER alta legitimidade sociopolítica, de modo que sua implementação, a partir de 2004, contou com a adesão massiva de organizações governamentais e não governamentais assim como das organizações de representação da agricultura familiar (CAPORAL, 2011, p. 26).

De acordo com a PNATER (de 2003), a extensão rural deveria:

[...] contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, adotando-se uma abordagem sistêmica e multidisciplinar, mediante a utilização de métodos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da AE; [...] estabelece ainda que a nova ATER é um processo educativo, permanente e continuado, que se deve alicerçar em uma prática dialógica e em uma pedagogia construtivista (CAPORAL, 2007, p. 3).

Em sua tese de doutorado, Caporal (2007) propõe, inclusive, o conceito de Extensão Rural Agroecológica, como:

[...] um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de aprendizagem e ação participativa (AAP) que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo possam atuar na construção e sistematização de conhecimentos que lhes permita incidir conscientemente sobre a realidade, com o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da AE como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo (CAPORAL, 1998, p. 446).

De acordo com Barbosa (2009) a tarefa da extensão rural nesta conjuntura é de compreender a AE como proposta de desenvolvimento sustentável, partindo da análise dos sistemas produtivos e suas inter-relações, trabalhando a transição agroecológica como processo potencializado pelas experiências de convivência com os ecossistemas.

Segundo Sevilla Guzmán e González de Molina (1996 apud CAPORAL, 2009) a dimensão local, por ser portadora de um potencial endógeno, rico em recursos, conhecimentos

e saberes, facilita a implantação de estilos de agricultura potencializadoras da biodiversidade ecológica e da diversidade sociocultural.

[...] a ênfase no conhecimento local exige que o saber do extensionista não continue sendo considerado como um saber dominante e o único saber válido. A compreensão de que as sociedades desenvolveram um tipo de conhecimento próprio, derivado de suas experimentações e segundo suas necessidades históricas e modos de vida específicos, faz com que a agroecologia proponha a reconstrução de sistemas agrícolas tradicionais a partir dos conhecimentos tradicionais acumulados, sem negar a utilidade das ciências convencionais e da integração de novos conhecimentos (CAPORAL, 2004, p.58).

Neste sentido, com a nova política caberia a ATER:

Estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando a melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da AE como eixo orientador das ações (MDA; SAF; DATER, 2007, p.9).

Ressalta-se que para a construção da nova extensão rural fazia-se necessário a definição clara do público a ser atendido, ou seja, os mais pobres do campo, aqueles que foram abandonados, por décadas, durante o processo de modernização agrícola. Apresentava-se a opção explícita de se defender, realmente, os “interesses de classe” deste grupo social, colocando-se ao lado de seus assistidos, e por fim, a constituição de uma base teórica e conceitual, a fim de se rever sua compreensão quanto ao processo educativo, quanto à comunicação e, conseqüentemente, quanto à metodologia do trabalho dos extensionistas (CAPORAL e COSTABEBER, 2004).

As diretrizes metodológicas para a construção da nova pedagogia de ATER teriam, como escopo, orientar a superação das práticas que se distanciam e fortalecer as que se aproximam dos fundamentos da pedagogia emancipadora, que busca revelar a condição dos seres humanos no mundo, que trabalha com os saberes necessários para a ampliação do quadro cultural e a transformação da situação de opressão presente em nossa sociedade (BRASIL, 2010).

A nova forma de atuação da extensão rural exigiria assim uma reorientação dos métodos adotados e, principalmente, a adoção de um novo olhar sobre a agricultura familiar. Os métodos deveriam primar pelo diálogo, pela horizontalidade nas relações, buscando incessantemente a desconstrução da ideia de superioridade do saber científico/técnico sobre o conhecimento popular.

A fim de se pôr em prática estes princípios da PNATER, o MDA implementa diversos programas como, o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), o Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), o Programa Desenvolvimento Sustentável em Projetos de Assentamento (PDS), o Programa Territórios da Cidadania, o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), entre outros (FERRARI, 2011).

No período de 2003 a 2006 ocorrem diversas iniciativas, coordenadas pelo DATER, com o propósito de nivelar os conhecimentos sobre as diretrizes da nova ATER, como capacitação de agricultores e técnicos em metodologias participativas, AE, agriculturas de base ecológica e encontros de nivelamento conceitual sobre os eixos da PNATER (CAPORAL, 2007).

Em 2010 é promulgada a primeira Lei de ATER (nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010), a qual institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER (BRASIL, 2010a). De acordo com Caporal (2011), a promulgação desta lei ficou marcada pela ilegitimidade sociopolítica da iniciativa governamental, destacando que o governo federal menosprezou a participação popular que havia sido o alicerce para a PNATER de 2003 e, com isso, deu passo a mudanças de caráter técnico-burocrático que, entre outras coisas, eliminou a AE do texto original.

Porém, apesar das críticas, constata-se que questões fundamentais para a apoio de uma nova postura da ATER permaneceram neste documento, como pode ser visto nos seguintes parágrafos da Lei:

Art.3º, I - desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;

Art. 3º, III - adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;

Art.4º, VII - construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional;

Art.4º, XII - contribuir para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro.

Em 2012 houve também a implementação da Política Nacional de Agroecologia e de Produção Orgânica (Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012), que dentre seus objetivos está

a adequação e a ampliação dos serviços de ATER para os sistemas de produção orgânicos e agroecológicos (Art.4º, IV).

Destaca-se, neste contexto, o papel exercido pelos movimentos sociais na defesa da AE e na exigência de mudanças para o meio rural. Desde 2001, a AE consolidou-se no discurso, na produção e nas ações políticas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) como um importante instrumento contra hegemônico à Revolução Verde (DE' CARLI, 2013). No Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), a AE se constitui em uma ferramenta estratégica de resistência das camponesas e camponeses e de proposição de um novo projeto de agricultura². A Via Campesina também aponta a AE como um modo de viver, lutar e resistir contra o capitalismo, apresentando-se como a base da agricultura campesina e da soberania alimentar.

Considera-se, assim, que todo este período de reflexão sobre o papel da extensão rural e a proposição de mudanças estruturais para o alcance de maior sustentabilidade no campo foi responsável por transformações profundas, tanto individualmente como institucionalmente. Ademais, a pressão de atores e movimentos sociais para o direcionamento destes serviços para a agricultura familiar através da proposta da AE, levou à manutenção desta abordagem nas chamadas públicas de ATER³ e alguns programas voltados para a agricultura familiar.

A partir deste levantamento histórico sobre o processo de implantação do paradigma moderno ocidental como proposta de desenvolvimento rural no Brasil, foi possível visualizar as diferentes estratégias de persuasão de uma ideologia produtivista e consumista, de um conhecimento positivista e excludente e de uma visão de mundo onde o homem se vê separado da natureza e no direito de explorá-la para atender seus interesses. Da mesma forma, visualizou-se o movimento contrário a essa lógica capitalista formado, principalmente, pelos excluídos deste processo de modernização agrícola e apoiado por diferentes organizações da sociedade civil, que reivindicam outras racionalidades e outras formas de sociabilidade e relação com a natureza.

Apesar de prevalecer até hoje uma orientação política, institucional e midiática voltada para a difusão do modelo industrial agrícola, o longo período de reflexão, de resistência e os arranjos estabelecidos entre diferentes atores contrários a este modelo, tornaram possível e consolidaram estratégias de ação orientadas sob outros valores, como de igualdade social, soberania alimentar e sustentabilidade ambiental.

² Disponível em: www.mmcbrazil.com.br/site/mATERiais/download/folder_AE.pdf. Acesso em 18 out. 2017
³ Programa Desenvolvimento Sustentável em Projetos de Assentamento (PDS).

No entanto, alguns autores como Caporal (2007) e Barbosa (2009) apontam que, apesar dos esforços e iniciativas que orientassem para outros valores e estratégias de desenvolvimento rural, notava-se certa inércia que fazia com que os serviços ainda seguissem pautados por velhas práticas difusionistas, com a valorização do conhecimento técnico e a necessidade de mediadores para a difusão, diferenciando-se, portanto, apenas nas práticas agrícolas adotadas. Em campo, estes métodos se materializaram na formação de agricultores multiplicadores e/ou experimentadores, na implantação de Unidades Demonstrativas (UDs) e Unidades de Transferência Tecnológica (UTT).

“Prova disso, é que o longo tempo de trabalho nas UD e UTTs não conseguiu potencializar a independência dos sistemas produtivos das famílias acompanhadas” (BARBOSA, 2009, p.47).

Segundo Kreutz et al.(2005), as instituições de ATER apresentavam muitas dificuldades de trabalhar os processos pedagógicos construtivistas, seja pelos procedimentos metodológicos adotados, o qual se encontravam muitas vezes presos aos antigos modelos, seja pela própria estrutura interna das instituições que permaneciam altamente verticalizadas a ponto de frear a inteligência de seu quadro funcional, tornando-os frequentemente incapazes de pensar um processo de desenvolvimento construído com os atores sociais.

A orientação positivista, como uma corrente de pensamento que imprimiu reflexos na sociedade moderna, condiciona ações e pensamentos compartimentalizados, mecanicistas que valorizam o foco sobre as partes em detrimento de uma visão do todo. Neste sentido, as ações extensionistas, por mais que buscassem apresentar uma proposta alternativa aos modelos convencionais de agricultura, acabavam por reproduzir esta lógica.

De acordo com Silva Junior e De Biase (2011), a preponderância dos princípios ecológico/agronômicos e a urgência de resolução dos dilemas econômicos presentes nos projetos ‘agroecológicos’ acabaram por reproduzir a estrutura econômica da modernização agrícola:

[...] muitos dos projetos em agroecologia se efetivam em realidades sócio-culturais alteradas e acabam, de forma não-intencional, reproduzindo os efeitos negativos da modernização; as diferentes concepções de “temporalidade” e “trabalho” entre extensionistas e agricultores levam a conflitos sobre a expectativa de resultados dos projetos em agricultura sustentável; a relação entre extensionistas e agricultores/agricultoras tem sido frequentemente pautada por uma relação de superioridade e inferioridade, no qual o agente externo, treinado nos padrões científicos, é visto pelos comunitários como detentores únicos do saber e, por isso, propositores privilegiados dos projetos; a estrutura científica de formação de

pesquisadores/pesquisadoras e extensionistas, fundamentada, geralmente, na hiper-especialização, dificulta severamente a compreensão de realidades muito complexas como as camponesas, indígenas ou etnicamente diferenciadas (SILVA JUNIOR e DE BIASE, 2011, p. 3-4)

Necessitava-se assim refletir sobre a própria prática e tomar decisões sobre seu papel, sua forma de atuação e, ao mesmo tempo, contribuir para a redefinição das estruturas e das relações de poder vigentes nas instituições de ATER. Além disso, o fato de se preconizar formas de organização e de ação não homogêneas, mas sim que respeitasse a realidade objetiva e específica de cada região, talvez estivesse contribuindo para inibir os processos de mudança (CAPORAL, 2007).

Relaciona-se estes movimentos contrários ao modelo industrial da agricultura como resultado da crise do paradigma moderno ocidental que, segundo Morin (1998), é marcado por resistências e enfrentamentos uma vez que estes afetam interesses a ordem, o *status quo* de um determinado momento social e histórico. Por este motivo, teorias, ideias ou opiniões contrárias ao paradigma vigente são tidas, por vezes, como contrárias à lógica, imbecis, delirantes, absurdas (MORIN, 1998, p. 293).

Santos (2000) aponta a existência de dois tipos de crises da ciência ou de paradigma: a crise de crescimento e a crise de degenerescência. A primeira refere-se à matriz disciplinar de um dado ramo da ciência refletido na insatisfação perante métodos ou conceitos básicos até então usados. Já a crise de degenerescência são crises do paradigma, que coloca em questão a própria forma de inteligibilidade do real que um dado paradigma proporciona e não apenas os instrumentos metodológicos e conceptuais que lhe dão acesso.

Nestas crises, que são de ocorrência rara, a reflexão epistemológica é a consciência da precariedade das construções assentes no paradigma em crise e, por isso, tende a ser enviesada no sentido de considerar o conhecimento científico como uma prática de conhecimento entre outras, e não necessariamente a melhor (SANTOS, 2000, p.18).

Reconhece-se, portanto, a existência de um poder simbólico subjacente ao paradigma moderno, responsável pela manutenção deste ideário e, conseqüentemente, engessamento de novas estruturações e arranjos sociais, representando, portanto, uma explicação para as dificuldades enfrentadas na proposta de uma transição paradigmática no meio rural.

Traz-se, assim, algumas reflexões de Pierre Bourdieu a respeito do poder simbólico subjacente às estruturas de pensamento e organizações da sociedade como forma de manutenção de interesses e poder de uma classe social.

3. PODER SIMBÓLICO SUBJACENTE AO PARADIGMA MODERNO OCIDENTAL E AS POSSIBILIDADES EMERGENTES DE TRANSIÇÃO PARADIGMÁTICA

O objetivo deste capítulo é refletir sobre os processos estruturais da conduta humana em sociedade que se relacionam diretamente com as possibilidades de transição de paradigmas, apoiando-se nos estudos desenvolvidos por Pierre Bourdieu e Boaventura de Sousa Santos. Procurou-se entender tanto essa produção ideológica e persuasiva que tende a se reproduzir, quanto as possibilidades de se pensar fora dos paradigmas estabelecidos e fomentar a construção de novas organizações ou desorganizações.

Pierre Bourdieu se refere à existência de um poder simbólico que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica que, através de uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número e das causas, tornam possível a concordância entre as inteligências. A produção simbólica cria as condições para manter a hierarquia e ao mesmo tempo difundir o sentimento de união e naturalidade das distinções: “a cultura que une é a mesma que separa e que legitima as distinções, compelindo todas as culturas a definirem-se pela sua distância em relação a cultura dominante” (BOURDIEU, 1989, p.11).

Os símbolos são os instrumentos, por excelência, da integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, [...] eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração lógica é a condição da integração moral (BOURDIEU, 1989, p.09).

Bourdieu tenta mostrar como os sistemas simbólicos se manifestam, de distintas formas, nos campos da vida social e que têm por finalidade manter uma organização sociocultural específica. Refere-se aos campos de produção das ideias que refletem a divisão social do trabalho que, por sua vez, tem o intuito de despossar os laicos dos instrumentos de produção simbólica. Neste sentido, há uma homologia entre o campo de produção ideológica e o campo de luta de classes e é nesta correspondência que:

[...] se realiza a função propriamente ideológica do discurso dominante, intermediário estruturado e estruturante que tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural (ortodoxia) por meio da imposição mascarada (portanto, ignorada como tal) do sistema de classificação e de estruturas mentais objetivamente ajustadas às estruturas sociais (BOURDIEU, 1989, p.14).

Como exemplo, cita o sistema de classificação universitário, que mobiliza de forma irreconhecível as divisões objetivas da estrutura social e especialmente a divisão do trabalho – teórico e prático – converte propriedades sociais em propriedades de ordem natural.

“O efeito propriamente ideológico consiste precisamente na imposição de sistemas de classificação políticos sobre a aparência legítima de taxonomias filosóficas, religiosas, jurídicas, etc.” (BOURDIEU, 1989, p.14).

Contudo, atenta para a principal característica do poder simbólico: este só é exercido se for reconhecido, ignorado como arbitrário, o que significa que há uma convivência inconsciente com a dominação. Até mesmo as ações subversivas que atacam esta posição entre dominantes e dominados compartilham dos mesmos pressupostos que ordenam o funcionamento do campo. É o antagonismo inerente à organização capitalista.

Neste sentido, Bourdieu, retoma a ideia do *consenso operacional* desenvolvido por Goffman, onde o consenso existente entre os sujeitos sociais é determinado pela convivência destes em relação ao que merece ou não ser levado em consideração (ORTIZ, 1983).

Ao caminhar sobre o campo da comunicação, Bourdieu o aponta como uma interação *socialmente estruturada*, isto é, os agentes da fala entram em comunicação num campo onde as posições sociais já se encontram objetivamente estruturadas. A noção de *campo* representa este espaço onde as posições dos agentes encontram-se fixadas e definidas pela condição de poder que o agente possui ou não (ORTIZ, 1983). No campo científico, isso significa que aquele agente com maior *capital científico* determina o que deve ser estudado ou não e se as regras do jogo (do campo) devem ou não ser mudadas (LORENZI & ANDRADE, 2011). Neste trabalho, este conceito se aplica nos espaços de interação entre técnicos e agricultores e agricultoras no desenvolvimento das experiências agroecológicas.

Na verdade, sabe-se que as interações simbólicas no interior de um grupo qualquer dependem não somente, como bem o vê a psicologia social⁴, da estrutura do grupo de interação no qual elas se realizam, mas também das estruturas sociais nas quais se encontram inseridos os agentes em interação (isto é, a estrutura das relações de classe) : assim, é provável que uma medida das trocas simbólicas que permitisse distinguir, com Chapple e Coon⁵, os que só emitem (*originate*), os que só respondem e os que respondem as emissões dos primeiros e emitem para os segundos, tornaria visível, tanto na escala de urna formação social em seu conjunto quanto no interior de um grupo circunstancial, a dependência das relações de força simbólica com respeito a estrutura das relações de força política (BORDIEU, 1972, p.52).

⁴ MOSCOVICI, S. e PLON, M. Les situations-colloques: observations théoriques et experimentales. Bulletin de Psychologie, jan. 1966, p. 701-22.

⁵ CHAPPLE, E. D. e COON, C. S. Principles of anthropology. Londres, Jonathan Cape, 1947. p. 283.

Outro conceito apresentado por Bourdieu é o *habitus*, como sendo um *modus operandi*, uma disposição estável para se operar numa determinada direção. O *habitus* tende, portanto, a conformar e orientar a ação, na medida em que é produto das relações sociais (ORTIZ, 1983).

O *habitus* assegura a interiorização da exterioridade e adéqua a ação do agente à sua posição social - tem-se que as diferenças de classe se objetivam nas disposições dos indivíduos em consumir obras consideradas legítimas: “A interiorização, pelos atores, dos valores, normas e princípios sociais assegura, desta forma, a adequação entre as ações do sujeito e a realidade objetiva da sociedade como um todo” (ORTIZ, 1983, p.15).

Um ponto importante da análise de Bourdieu, apoiado sob os estudos de Durkheim, é a consideração dos sistemas de classificação que antecedem à ação, que preexistem às representações sociais. Deste modo, estes sistemas de classificação antecedem os esquemas generativos que conformam o *habitus*; ao passo que este sustenta o modo de apreensão da realidade (ORTIZ, 1983, p.16):

“O *habitus* se sustentaria através de esquemas generativos, que, se por um lado, antecedem e orientam a ação, por outro lado, estão na origem de outros ‘esquemas generativos’ que presidem a apreensão do mundo enquanto conhecimento”.

As estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência características de uma condição de classe), que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente (BOURDIEU, 1983, p. 60-61).

A novidade (e esperança) trazida por Bourdieu é, contudo, na consideração da gênese constante das representações sociais. Reconhece-se aqui o processo de fluidez do movimento social abordado por Bourdieu, pois, mesmo que as ações humanas estejam condicionadas por ordens estruturais e mentais pré-estabelecidas - o *habitus* - há sempre intento e experiências capazes de promoverem alterações no percurso da história (ORTIZ, 1983).

De acordo com Ortiz (1983), Bourdieu, através do conceito de *praxiologia*, propõe um gênero do conhecimento que pretende articular, dialeticamente, o ator social e a estrutura social. O autor pretende superar a concepção do objetivismo/materialismo como definidores únicos da

conduta humana e assim estabelecer um elo de mediação entre a fenomenologia e o objetivismo (ORTIZ, 1983).

Neste sentido, aproxima-se de Sartre (1960) na consideração de que o homem é ao mesmo tempo produto e produtor da história. Bourdieu combate, portanto, a concepção de que o ator social se apresenta somente como simples executor da estrutura. A *praxiologia* pretende ultrapassar as limitações das teorias objetivistas, através da confluência com a dimensão subjetiva weberiana. (ORTIZ, 1983).

Para Weber, não existe um mundo objetivo, no sentido colocado por Marx, ao falar da *sociedade global*, ou por Marcel Mauss, nos *fenômenos sociais totais*, e sim uma rede de intersubjetividades, como sendo o resultado das ações dirigidas para o outro e que adquirem significado na medida em que o outro compartilha comigo o mesmo mundo social, no qual tais ações se desenvolvem (ORTIZ, 1983). Contudo, ao mostrar que as relações entre os homens se constituem em relações de poder - *direito à palavra*- e ao relacionar as interações com a forma socialmente estruturada, Bourdieu nega a apreensão do mundo como *intersubjetividade* (ORTIZ, 1983).

Bourdieu traz assim a proposta do conhecimento praxiológico como contribuição para a superação das limitações do objetivismo metódico que hipostasia os sistemas de relações objetivas.

Enfim, o conhecimento que podemos chamar de “praxiológico” tem como objeto não somente o sistema das relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações dialéticas entre essas estruturas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las, isto é, o duplo processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade: este conhecimento supõe uma ruptura com o modo de conhecimento objetivista, quer dizer, um questionamento das condições de possibilidade e, por aí, dos limites do ponto de vista objetivo e objetivante que apreende as práticas de fora, enquanto fato acabado, em lugar de construir seu princípio gerador situando-se no próprio movimento de sua efetivação (BORDIEU, 1972, p. 47).

Para isso, apresenta a necessidade do estudo sobre o modo de engendramento das práticas, a teoria da prática e o modo de estruturação do *habitus*, através das instituições de socialização dos agentes. E neste momento, aproxima-se da escola fenomenológica, que explica a organização da sociedade como sendo o resultado das experiências primeiras dos indivíduos, sendo a família e a escola, as principais e primeiras instituições à que o sujeito se depara na vida (ORTIZ, 1983).

Tem-se, portanto, que a *teoria da prática* reforça a necessidade constante de questionamento sobre as práticas, como também o direito inerente e inalienável de se propor e construir novas práticas a partir de um consenso social. A contribuição do autor para a superação das atuais questões socioambientais é encontrada assim, tanto por desvelar as estruturas de poder presente nos campos sociais, como por incitar o papel dos atores sociais na reestruturação de seus campos de atuação.

Deste modo, este referencial permite evidenciar tanto as dificuldades existentes na transição de paradigmas devido a sistemas simbólicos de poder que estão circunscritos nas diversas dimensões da vida social, como também sinalizar para o caráter negociável e passível de mudança do mesmo, possível através da incitação e legitimação de formas alternativas (e opostas) de organização e reprodução social.

A questão ambiental, enquanto uma problemática social e ecológica generalizada de alcance planetário, exige “[...]um amplo e complexo processo de transformações epistêmicas no campo do conhecimento e do saber, das ideologias teóricas e práticas, dos paradigmas científicos e os programas de pesquisa” (LEFF, 2006, p. 282).

3.1. Movimentos emergentes e as possibilidades de transição paradigmática

Boaventura de Sousa Santos (2002), apesar de questionar a possibilidade de pensar fora dos paradigmas estabelecidos, aponta que estamos transcendendo o paradigma da modernidade, tanto epistemologicamente como sócio-politicamente. Este momento de transição gera um tensionamento entre as funções da modernidade, de regulação social e a eminência da emancipação social que luta por um ordenamento diferente, o que aponta para a necessidade de uma transição paradigmática que capacite novas formas de se pensar e tratar este tensionamento, que chama de *posmodernismo oposicional*.

De acordo com Santos (2007, p. 20) o enfrentamento das injustiças sociais e ambientais deve ser precedido por um enfrentamento epistemológico: “[...] não existe justiça social-global sem justiça cognitiva global”. O autor ainda reforça que esta justiça cognitiva não se refere a uma distribuição mais equitativa do conhecimento científico, mas sim o reconhecimento da pluralidade epistemológica existente nas sociedades periféricas. A tarefa que se apresenta é, portanto, um pensamento alternativo de alternativas, desenraizado da lógica ocidental de pensamento – um pensamento pós-abissal.

Santos (2007) propõe o pensamento pós-abissal, como um saber ecológico, um pensamento não-derivativo, pensado a partir de outras perspectivas que, por serem invisibilizadas pela perspectiva moderna ocidental, situa-se justamente no domínio do impensável. O pensamento pós-abissal:

[...] confronta a monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes, na medida em que se funda no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer a sua autonomia. A ecologia de saberes baseia-se na ideia de que o conhecimento é interconhecimento (SANTOS, 2007, p. 85).

Abandonando a concepção linear do tempo, a primeira condição para um pensamento pós-abissal é a *co-presença radical*, que concebe a pluralidade epistemológica do mundo como contemporânea em termos de igualdade: “Implica conceber simultaneidade com contemporaneidade” (SANTOS, 2007, p.85).

Contudo, o mesmo autor faz uma ressalva importante ao apontar a ambiguidade da ecologia de saberes diante do contexto atual, onde o reconhecimento da diversidade epistemológica tem que conviver com a existência de uma crença, compartilhada por esta mesma diversidade, na ciência como única forma de conhecimento válida.

“Essa dualidade faz com que o reconhecimento da diversidade cultural do mundo não signifique, necessariamente, o reconhecimento da diversidade epistemológica do mundo” (SANTOS, 2007, p.86).

Como forma de superar essa ambiguidade, subjaz à ecologia de saberes o princípio da prudência que “[...] consiste em dar preferência às formas de conhecimento que promovam maior participação do grupo social envolvido na concepção, execução, controle e fruição da intervenção” (SANTOS, 2007, p.90).

O conhecimento como intervenção no real – e não como interpretação do real - é a medida do realismo: A credibilidade da construção cognitiva mede-se pelo tipo de intervenção no mundo que proporciona, ajuda ou impede. Como a avaliação desta intervenção combina sempre o cognitivo com o ético-político, a ecologia de saberes distingue objetividade analítica da neutralidade ético-política (SANTOS, 2007, p. 88).

Segundo o mesmo autor, a ecologia de saberes tem como premissa básica a incompletude de todas as formas de conhecimento pois reconhece que todas têm limites internos, referentes a intervenções que permitem no real, e externos, decorrentes do reconhecimento de outros conhecimentos e alternativas propiciadas por estas. Deste modo, a ecologia de saberes se define contra a hegemonia de qualquer conhecimento, pois qualquer

pensamento hegemônico desconsidera o caráter testemunhal de todos os conhecimentos, principalmente na consideração do sujeito enquanto produtor do saber.

Para a ecologia de saberes, é de extrema relevância a busca pela intersubjetividade, o que requer a disposição para conhecer e agir em diferentes escalas e ritmos, como também de reconhecer a composição destes conhecimentos a partir de diferentes categorias, universos simbólicos, aspirações, etc. Para isso, recorre-se à tradução intercultural, que busca na complementaridade entre as epistemologias, a solução para a incomensuralidade (questão utilizada pelo pensamento abissal para desacreditar na possibilidade de uma ecologia de saberes) (SANTOS, 2007).

Neste sentido, a ecologia de saberes se empenha na distinção entre ação conformista, como uma prática rotineira e reprodutiva que reduz o realismo àquilo que existe, e ação-*clinamen*⁶, que revela um poder de inclinação, de movimentação – que mesmo não resultando, de imediato, numa ruptura dramática, seu ligeiro desvio é capaz de promover combinações complexas e criativas entre indivíduos e grupos sociais. O papel da ecologia de saberes consiste na identificação das condições que maximizam a possibilidade de agir com *clinamen* (SANTOS, 2007).

É possível relacionar a ideia da Ecologia de Saberes com as reflexões de Bordieu apresentadas anteriormente, quando este aponta a possibilidade de reestruturação das representações sociais através do questionamento das práticas e do duplo processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade.

A prática é, ao mesmo tempo, necessária e relativamente autônoma em relação à situação considerada em sua imediatidade pontual, porque ela é o produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus* - entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma *matriz. de percepções, de apreciações e de ações* - e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças as transferências analógicas de esquemas, que permitem resolver os problemas da mesma forma, e as correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por esses resultados (BORDIEU, 1972, p.65).

Tanto Santos, como Bordieu, atribuem aos encontros entre diferentes experiências a potencialidade de geração e reestruturação de novas perspectivas.

De acordo com Santos (2007), o impulso básico para o avanço da ecologia de saberes consiste na emergência de movimentos contra-hegemônicos, parceiros na resistência ao

6 SANTOS (2007) utiliza o conceito de *clinamen* (de Epicuro e Lucrecio) para falar da capacidade de desvio, de mudança no esperado da relação entre causa e efeito.

capitalismo global, e na proliferação de alternativas. Denomina de *cosmopolitismo subalterno* as iniciativas e movimentos que constituem a globalização contra-hegemônica, baseados nos princípios da igualdade e no princípio do reconhecimento das diferenças.

Reconhece-se, assim, que a AE se inscreve neste contexto, compreendida enquanto um saber ambiental do campo da complexidade e fundamentado em um novo paradigma que exige a abordagem interdisciplinar e o diálogo de saberes (FLORIANI e FLORIANI, 2010).

De acordo com Caporal (2009), a AE, como matriz disciplinar, se encontra no campo do que Morin (1999, p.33) identifica como do “pensar complexo”, onde o pensamento complexo é aquele que se esforça para unir, não na confusão, mas operando diferenciações. Desta forma, a AE não se enquadra no paradigma convencional, cartesiano e reducionista, no paradigma da simplificação (disjunção ou redução), pois reconhece que nas relações do homem com outros homens e destes com o meio ambiente, estamos tratando de algo que requer um novo enfoque paradigmático, capaz de unir os conhecimentos de diferentes disciplinas científicas, com os saberes tradicionais, para enfim, dar lugar à construção e expansão de novos saberes socioambientais.

4. A AGROECOLOGIA ENQUANTO UMA PROPOSTA DE UM NOVO PARADIGMA NA AGRICULTURA

A AE é terra, instrumento e alma da produção, onde se plantam novas sementes do saber e do conhecimento, onde enraíza o saber no ser e na terra; é o caldeirão onde se amalgamam saberes e conhecimentos, ciências, tecnologias e práticas, artes e ofícios no forjamento de um novo paradigma produtivo (LEFF, 2002, p. 37).

A emergência do movimento agroecológico no Brasil ocorreu a partir dos anos de 1960 e 1970, no contexto onde os impactos da modernização agrícola puderam ser monitorados ou previstos, como a poluição, erosão, efeitos dos agroquímicos, etc. Surge como um contramovimento à modernização intensiva ou como um contraparádigma produtivo (BRANDENBURG et al., 2015).

Até o início dos anos oitenta o termo mais utilizado era agricultura alternativa e era praticada e defendida, principalmente, por camponeses e camponesas e suas entidades representativas, intelectuais, ativistas, técnicos e técnicas de Ongs, representantes dos governos, entre outros sujeitos. No mesmo período, estrutura-se a ASPTA (Assessoria de Serviços e Projetos em Agricultura Alternativa), vinculado à FASE. Ressalta-se também a participação conjunta de movimentos religiosos que trabalhavam junto a agricultores e camponeses, como a Pastoral da Terra e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Reconhece-se, atualmente, a existência de distintas concepções sobre o conceito de AE, revelando ora enfoques mais científicos, técnico-produtivistas e ora enfoques que o relacionam à um projeto político de sociedade, vinculado à um modo de vida (WEZEL et al., 2009).

De acordo com Norder et al. (2015), a AE, além de constituir-se como ciência, prática e movimento social apresenta-se, recentemente, como política governamental, modalidade de educação formal, nova profissão e, para alguns, como modo de vida, ideologia e utopia. E destaca a presença da noção de AE em quatro campos sociais: o científico, o dos movimentos sociais, o governamental e o educacional.

De acordo com Petersen (2013) a AE, como **enfoque científico**, surgiu da fusão entre duas ciências - Agronomia e Ecologia - através de esforços convergentes de ecólogos interessados em estudar os sistemas agrícolas e de agrônomos empenhados em aplicar a perspectiva ecológica para solucionar os problemas ambientais gerados pela industrialização da agricultura. Já autores como Altieri (1999), Gliessman (2000) e Caporal (2009) apontam o surgimento da AE como campo do saber científico a partir da interação entre cientistas de

diferentes áreas (agronomia, zoologia, ecologia, botânica e fisiologia de plantas) com os conhecimentos agronômicos desenvolvidos localmente por comunidades rurais e tradicionais que resistiram à imposição do modelo do agronegócio (JACOB, 2016).

De acordo com Norder et al. (2015), é possível identificar no meio científico três concepções sobre o objeto de estudo em AE o que, certamente, expressa a diversidade e pluralismo acerca dos princípios agroecológicos e de metodologias adotada nas pesquisas:

-Etnoecológica: através do método da pesquisa participativa, estuda a transição ecológica em comunidades rurais e tradicionais e propõe transformações que reforcem a solidariedade, a autonomia, localidade e equidade social;

-Eclética: estuda as diferentes propostas de agricultura relacionadas à transição para a sustentabilidade: agricultura orgânica, biodinâmica, ecológica, sistemas agroflorestais, etc.

-Universalista: além de poder estudar os mesmos conteúdos apresentados nas concepções acima, inclui as possibilidades e limites para a construção da sustentabilidade na produção agropecuária convencional.

No campo dos **movimentos sociais**, a AE, além de ser concebida como um princípio/conceito que proporciona a construção de modelos de agricultura consideradas sustentáveis, levam em consideração aspectos éticos e sociais e reafirmam a importância das interações entre agricultores e consumidores a fim de se refletir sobre o sistema agroalimentar. Apresenta-se, assim, como uma estratégia de mobilização social e política (NORDER et al., 2015).

De acordo com a carta da 13ª Jornada de AE (2014, p.9), os movimentos sociais pela AE no Brasil:

[...] se levantam e se contrapõem à monocultura das ciências agrárias subordinadas ao agronegócio, ao latifúndio do conhecimento e da terra e à paralisação da reforma agrária, à dominação das corporações que impõe os agrotóxicos, os transgênicos, e o patenteamento das sementes, controlam a oferta da produção agrícola e manipulam seus preços nas bolsas de valores, determinam as decisões dos governos e atentam contra a democracia – isto é um tipo de ditadura.

Vê-se que os movimentos sociais relacionam a proposta da AE com a luta pelos direitos territoriais, culturais, ambientais e humanos de toda população historicamente excluída e invisibilizada pelo processo de modernização.

No campo **governamental**, verifica-se a inserção da noção de AE em políticas como a linha de crédito Pronaf AE (Programa Nacional de Crédito para a Agricultura Familiar), a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). As agências oficiais de extensão rural,

compreendidas como um subcampo das políticas governamentais, também passaram a adotar a AE como diretriz em seus projetos estratégicos e linhas de ação (DAROS, 2012; PETTAN, 2010 apud NORDER et al., 2015).

Ressalta-se, contudo, que a inserção da AE em políticas e programas públicos não está aquém de críticas e proposições diferenciadas como sendo o resultado da pluralidade de atores e concepções existentes nesse cenário. Configura-se, certamente, como um conceito em disputa uma vez que passa a direcionar ações e recursos em prol de um projeto político de sociedade.

No campo **educacional**, a AE tem sido incluída tanto em processos não formais de educação, realizados por movimentos sociais, associações, cooperativas, sindicatos e Ongs, como em processos formais, como cursos de graduação, especialização e pós-graduação. De acordo com Norder et al. (2015), em 2014, constavam no Brasil centenas de cursos de AE em nível médio, vinte e um cursos superiores tecnológicos, seis bacharelados e alguns de especialização e pós-graduação lato sensu. Segundo os mesmos autores, há uma diversidade de perspectivas pedagógicas nos cursos de AE, variando conforme a tradição da instituição, podendo-se encontrar abordagens mais amplas e pluralistas do conceito, que possibilitam a atuação tanto com a agricultura convencional como com a tradicional e familiar. E também abordagens influenciadas pela Economia Política Ecológica, com um enfoque etnoecológico e sociopolítico.

Mesmo havendo diferentes concepções, abordagens e práticas desenvolvidas acerca da AE é possível verificar a coexistência e a interação existente entre estas vertentes, gerando confluências e acomodações de seus discursos e práticas. Na ciência, isso é apontado por Petersen (2013, p.82-83) ao afirmar que a AE (como ciência) ampliou sua mirada para além do cultivo agrícola apenas, “passando a abordar as interações ecológicas entre subsistemas de produção no âmbito de um estabelecimento rural e, posteriormente, em uma escala ainda superior, as interações no âmbito dos sistemas agroalimentares”.

No campo governamental, isso também se verifica quando, a partir da interação entre movimentos sociais e Ongs vinculados a agricultura familiar e reforma agrária com o governo estadual do Rio Grande do Sul, a AE se insere no debate político e ideológico, entre os anos de 1999 e 2002. Posteriormente, em 2003, o governo federal, com base na experiência do Rio Grande do Sul, adota a AE como diretriz oficial para a extensão rural e outras políticas públicas para a agricultura familiar.

No campo educacional, onde há os processos formais e não formais de educação em AE, verifica-se, com frequência, a busca por interação e diálogo entre diferentes atores e vozes do campo. Nos diversos eventos científicos de AE que ocorrem no país, sempre há a

participação dos movimentos sociais compondo as mesas de debate, palestras e em propostas de mística, como forma de expressão das realidades.

A existência de distintas acepções do termo consiste, justamente, por ser um conceito que busca a transição paradigmática. Desta forma, trazer estas distintas abordagens para o debate representa a prática da construção coletiva de novos conhecimentos, através de um efetivo diálogo que busca nas diferenças a criação de um novo paradigma e novas utopias.

A AE pressupõe uma reordenação dos pensamentos, das ações e das ‘tolerâncias’ como forma de emergir novas relações e novos saberes. Se reconhece, portanto, a importância destas distintas abordagens sobre a AE, porém, destaca-se a necessidade de se refletir sobre o papel social que cumprem as tecnologias e os conhecimentos e para quem os servem. Refletir também sobre os direitos e valores humanos, de igualdade e justiça, e deste modo, a garantia da soberania e segurança alimentar de toda a humanidade.

Como foi anteriormente abordado, o reducionismo da ciência clássica e sua ligação com os interesses do capital evidenciam sua relação direta com o processo de modernização agrícola e os impactos socioambientais daí resultantes. A tentativa de alterar este cenário exige, portanto, este reconhecimento, o que justifica a necessidade da ciência se pautar sob outros métodos, sendo alguns deles, a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade e o diálogo intercultural.

Frente ao discurso científico tradicional aplicado à agricultura, que tem propiciado o isolamento da exploração agrária dos demais fatores circundantes, a AE reivindica a necessária unidade entre as diferentes ciências naturais entre si e com as ciências sociais, para compreender as interações existentes entre processos agrônômicos e sociais; reivindica, enfim, a vinculação essencial que existe entre solo, a planta, o animal e o ser humano (GUZMÁN CASADO et al., 2000, p.85).

Neste sentido, este reconhecimento traz implícito que a AE se diferencia de uma proposta atrelada a transferência de tecnologias, ou ainda que se pautar apenas pela racionalidade técnico-científica (mesmo que estas estejam alinhadas com correntes da ecologia e da sustentabilidade dos agroecossistemas), mas sim, que está comprometida com uma proposta que emerge do contexto e das especificidades locais.

Leff (2002), também atenta para o fato da AE não se validar apenas pelas regras da produção científica convencional, mas sim por meio da experiência dos saberes práticos de cada agricultor:

“[...] o que realmente pode validar as práticas agrícolas não são os resultados obtidos em laboratórios ou estações experimentais, mas sim as práticas de cultivos de populações tradicionais - indígenas e camponesas” (LEFF, 2002:39).

De acordo com Altieri e Toledo (2011), a AE é baseada em um conjunto de conhecimentos e técnicas que são desenvolvidas a partir de agricultores e de seus processos de experimentação, favorecidos pela capacidade das comunidades locais para experimentar, avaliar e ampliar sua capacidade de inovação através da investigação de agricultor para agricultor e usando as ferramentas de extensão horizontal.

Neste sentido, considera-se a AE um campo do conhecimento, que se constrói interculturalmente, uma vez que por apontar a necessidade de uma abordagem sistêmica e holística sobre os agroecossistemas, considera as populações (com suas representações e ações) como partes do sistema. Esta prerrogativa é encontrada na abordagem da AE apresentada por Sevilla Guzmán como sendo:

[...] o manejo ecológico dos recursos naturais que, incorporando uma ação social coletiva de caráter participativo, permita projetar métodos de desenvolvimento sustentável. Isso se realiza através de um enfoque holístico em uma estratégia sistêmica que reconduza o curso alterado da evolução social e ecológica, mediante o estabelecimento de mecanismos de controle das forças produtivas para frear as formas de produção degradantes e expoliadoras da natureza e da sociedade, causadoras da atual crise ecológica. Em tal estratégia, desempenha o papel central da dimensão local como portadora de um potencial endógeno que, através da articulação do conhecimento camponês com o científico, permita a implementação de sistemas de agricultura alternativa potenciadores da biodiversidade ecológica e sociocultural (GUZMÁN, 1997, p.19).

Para Sevilla Guzmán, os elementos fundantes da abordagem agroecológica devem partir de uma perspectiva endógena, afim de se fortalecer a construção de identidades socioculturais locais, que, por sua vez, são elementos importantes para a manutenção da biodiversidade (DE BIASE e SILVA JUNIOR, 2010).

A biodiversidade (...) não pode separa-se do silvestre, já que o input de genes silvestres tem constituído historicamente uma continuidade dentro da agricultura tradicional e estes dois aspectos estão inelutavelmente unidos ao conhecimento camponês que tem desenvolvido tais formas de manejo: existe assim uma biodiversidade social e ecológica vinculada a uma porção de natureza sobre o qual, em interação histórica, tem se desenvolvido uma identidade específica (GUZMÁN CASADO et al., 2000, p.5).

Segundo Descola (1999), as relações ecológicas e as práticas socioeconômicas nos territórios tradicionais colaboram, de modo decisivo, para a continuidade da biodiversidade. A agrobiodiversidade conservada por agricultores expressa uma grande variedade genética e nutricional - comprovadamente mais nutritiva, resistente e adaptada aos ecossistemas – frutos

de um contínuo processo de evolução e adaptação (STELLA et al., 2006 apud NODARI e GUERRA, 2015).

Da mesma forma, “[...] as variedades locais mantêm uma relação evolutiva com o ambiente circundante e as práticas agrícolas empregadas” (NODARI e GUERRA, 2015, p.186).

Nesta perspectiva, o conceito de agroecossistema é ampliado por incluir a relação entre natureza e cultura, vinculando-se ao conceito de coevolução socioambiental (DE BIASE e SILVA JUNIOR, 2010, p.34) apresentado por Sevilla Guzmán e alguns autores da antropologia, que consideram a relação direta entre o ambiente natural e as formas de organização socioprodutiva das sociedades.

Esta ideia de estreita relação entre as formas de organização sociocultural e as respectivas paisagens ambientais dialoga com a ideia de indissociabilidade entre o ser humano e a natureza, sendo um reflexo do outro, num contínuo processo de retroalimentação e coevolução.

Neste sentido, as práticas e interferências no meio não se dissociam da forma como o grupo social se organiza, dos valores por estes adotados e da configuração do ambiente com o qual se relaciona.

[...] as estruturas sociais dos grupos humanos são produto de uma adaptação aos ecossistemas fazendo parte de sua biodiversidade, em sua dimensão sociocultural. Em definitivo existe uma configuração histórica de identidades etnoecossistemicas, produto da coevolução social e ecológica (ALONSO MIELGO e SEVILLA GUZMÁN, 1994, p.5).

O fortalecimento do potencial endógeno de cada contexto sociocultural é a base da ação social coletiva de produção da própria AE. Destaca-se que, nesta abordagem, a AE não é apolítica, não é neutra e nem dissociada de um movimento que adota valores de justiça social, participação democrática e sustentabilidade (LACEY, 2015).

De acordo com o mesmo autor, os tipos de tecnologia utilizados na AE refletem as condições culturais, geográficas e ecológicas da lavoura. Isso não significa que a pesquisa e práticas agroecológicas não recorrerão à conhecimentos e inovações obtidos pelas estratégias descontextualizadoras, como por exemplo, da microbiologia e da biotecnologia, mas que estes conhecimentos e inovações estarão subordinados a outros valores (LACEY e MARICONDA, 2014).

“O que é importante é o contexto de uso das inovações e quem exerce o controle sobre esse uso” (LACEY, 2015, p.177).

Reconhece-se, portanto, a AE enquanto uma proposta de superação do modelo agrícola e de desenvolvimento hegemônico através da compreensão da complexidade inerente aos agroecossistemas e da legitimação do saber/fazer popular e tradicional. Desta forma, muito além de orientações técnicas para uma produção agrícola de baixo impacto ambiental, a AE incorpora em seus princípios uma dimensão sociopolítica voltada para o fortalecimento das populações rurais, historicamente excluídas do processo de desenvolvimento.

Para tanto, objetiva o fortalecimento dos indivíduos enquanto protagonistas de suas ações, busca a consolidação de relações sociais e econômicas justas e solidárias, respeita e defende as questões culturais, éticas e de gênero inerentes ao contexto e ao agroecossistema local.

Por este motivo, destaca-se a importância da participação dos atores sociais na construção deste conhecimento agroecológico (CCA), pois, só a partir da participação é que se desvelará o potencial endógeno e sociocultural de cada agroecossistema e, conseqüentemente, o resgate de autonomia e enfrentamento ao processo de exclusão social e deterioração ambiental.

Ressalta-se que não se trata de um conhecimento agroecológico, senão de vários, conformados dentro dos respectivos contextos socioculturais e ambientais. A ideia da CCA vem sendo utilizada no sentido do contemporâneo processo de acúmulo de conhecimentos, de diálogo entre saberes ou de sistematização de experiências dos atores (ASSOCIAÇÃO, 2009; PETERSEN, 2007 apud COTRIM, 2013).

A epistemologia da AE constitui-se no Brasil, não como uma síntese de conhecimentos de diferentes grupos sociais, nem a partir da hierarquia entre eles, mas como campo de diálogo sobre saberes, práticas e experiências sociais concretas. Por esse motivo, caracterizo a AE como uma expressão da razão cosmopolita (Santos, 2010) que se contrapõe radicalmente ao agronegócio como expressão da razão metonímica (JACOB, 2016, p.41-42).

4.1. A Construção dos Conhecimentos Agroecológicos: o potencial da diversidade.

[...] no interior de qualquer grupo humano que seja criado para viver ou fazer qualquer coisa, todas as pessoas que estão ali, são fontes originais de saber. Cada um dos integrantes de um grupo humano trabalha, convive e/ou participa, a partir e através daquilo que traz com os conhecimentos, as sensibilidades e os sentidos de vida originados de suas experiências pessoais e interativas. E em cada uma ou um de nós elas são únicas e originais (BRANDÃO, 2005, p.88).

Considerando que AE pressupõe a construção de novos conhecimentos, novos paradigmas e novas práticas (ou resgate de antigas práticas) a partir da consideração da

complexidade inerente aos agroecossistemas e do reconhecimento do processo de coevolução socioambiental, o que legitima prontamente os conhecimentos populares, tem-se que a CCA se pauta na proposta da Ecologia de Saberes, apresentada por Boaventura de Sousa Santos.

A ecologia de saberes é um conjunto de epistemologias que partem da possibilidade da diversidade da globalização contra-hegemônicas e pretendem contribuir para as credibilizar e fortalecer. Partem de dois pressupostos: 1) não há epistemologias neutras e as que clamam sê-los são as menos neutras; 2) a reflexão epistemológica deve incidir não nos conhecimentos abstratos, mas nas práticas de conhecimento e seus impactos noutras práticas sociais (SANTOS, 2010, p.154).

A proposta da ecologia de saberes se justifica, inclusive, pelo reconhecimento da estreita ligação entre a formação do conhecimento científico/tecnicista e sua funcionalidade e utilidade no projeto de modernização agrícola. Neste sentido, propõe-se uma relativização deste conhecimento dominante e legitimado atualmente, para dar lugar a uma conjugação dos diferentes saberes.

Segundo Chambers (1983 apud COTRIM, 2013), esse procedimento pode revolucionar a ciência em seu processo de construção do conhecimento, uma vez que o conhecimento cotidiano e prático dos atores consiste num aporte de elementos da compreensão dos atores, de seus valores e suas lógicas, acrescentando, portanto, elementos na própria concepção da realidade a ser estudada.

Segundo Cotrim (2013), a CCA, compreendida como uma construção coletiva da aprendizagem, se dá através da interface participativa entre os atores e o diálogo entre distintos conhecimentos (científicos e tradicionais). De acordo com o mesmo autor, a CCA parte da constatação pelos atores sociais da existência de uma insustentabilidade nas práticas sociais e ambientais desenvolvidas pelo grupo, o que leva a ação dos atores em uma perspectiva transicional, ou seja, eles buscam um processo de transição agroecológica para patamares mais sustentáveis nos aspectos sociais e produtivos.

“[...] A totalidade do processo é voltada para o caminho de uma transição agroecológica construída coletivamente pelos atores e orientada a caminhos sustentáveis de desenvolvimento rural” (COTRIM, 2013, p.224).

Entretanto, em relação ao conhecimento dos agricultores, é preciso entender a complexidade desse assunto, uma vez que não se deve idealizar o conhecimento local, colocando o agricultor “em primeiro lugar” (CHAMBERS, 1994), mas também não se deve desconsiderá-lo. Porém, se acaba dando-lhes um maior valor como uma forma de contrapor-se às tecnologias modernas e seus riscos. Com isso, há uma tendência em predominar uma

interpretação acrítica do conhecimento popular, enquanto a análise crítica é dirigida com exclusividade ao conhecimento científico (GUIVANT, 1997).

Mantém-se, assim, o mesmo processo de oposição, onde cada tipo de conhecimento se define a partir do contraste inerente às suas metodologias: o popular é menos sistemático, subjetivo e local, enquanto o científico é mais sistemático, objetivo e universal (GUIVANT, 1997).

Com esta oposição reproduz-se, de forma invertida, a que era originalmente tão criticada. Além do problema de se desconsiderar, com esta oposição, a diversidade dentro de cada um dos pólos da dicotomia, também há limites sérios na própria polarização. Como separar e fixar no tempo e no espaço sistemas de conhecimento enquanto totalidades que não se interagem? Uma obviedade frente à qual esta perspectiva tende a fechar os olhos é a de que o atualmente conhecido e classificado como conhecimento tradicional tem estado em diferentes graus de interação com a ciência ocidental moderna, ao menos desde o Século XV” (GUIVANT, 1997, p. 417).

Neste sentido, a autora alerta para o fato dos conhecimentos tradicionais ou populares, da mesma forma que os conhecimentos científicos, estarem em intenso processo de estruturação e de relação com a sociedade como um todo, são híbridos também, o que aponta para a necessidade de não idealizá-los.

Há, evidentemente, diferenças entre o conhecimento científico e o popular/tradicional. Os saberes populares relacionam-se diretamente com as experiências de vida e/ou conhecimentos acumulados. Estes apresentam, como característica, a inclusão das variadas dimensões da vida social em sua formação. Por exemplo, num problema ou numa situação de risco identificada pelos agricultores encontra-se embutido fatores de ordem econômica, ambiental, cultural e social.

Segundo Buttel (1995 apud COTRIM, 2013) os modelos das agriculturas tradicionais, caracterizados pelo alto grau de diversidade, tanto do ponto de vista ecológico, como biológico-evolutivo, são resultados de mecanismos de configuração social dessa diversidade através da seleção ativa e direcionada realizada pelo homem para equilibrar seus objetivos, como segurança de produção, produção de alimentos, diminuição de riscos e redução da penosidade do trabalho.

Esta complexidade, inerente, muitas vezes, no conhecimento popular, foi abandonada na formação do pensamento científico, como resposta a uma orientação positivista que, segundo Guivant (1997), já está sendo superada, onde as partes prevalecem sobre o todo e há uma tendência à compartimentalização, à especialização e fragmentação.

Numa outra perspectiva, Mussoi (2006, p.33) explica as diferenças entre o conhecimento popular e o científico (intelectual):

O elemento popular ‘sente’, mas nem sempre sabe ou compreende; o elemento intelectual ‘sabe’, mas nem sempre compreende ou, sobretudo ‘sente’; [...] Com isto, revela-se onde se dá a diferença de saberes. O que é comum ao ‘elemento intelectual’ e ao ‘elemento popular’ é que ambos nem sempre compreendem. O ‘elemento intelectual’ por carência no sentir, o ‘elemento popular’ por carência no saber.

Manuela Carneiro da Cunha (2009) ao tratar sobre as diferenças entre os conhecimentos tradicionais e o científico cita o trabalho de Lévi-Strauss - O pensamento Selvagem (1976) onde este afirma que as diferenças provêm dos níveis estratégicos distintos a que se aplicam. Enquanto os conhecimentos tradicionais operam com unidades perceptuais, como cheiro, cores e sabores, o conhecimento científico opera com unidades conceituais.

“A ciência moderna hegemônica usa conceitos, a ciência tradicional usa percepções” (CUNHA, 2009, p.303).

Finalizando, não se pretende aqui enaltecer o conhecimento popular em detrimento da desqualificação de toda a formação do conhecimento científico, mas sim, relativizar as diferentes formas dos saberes, como sendo frutos de uma orientação política, econômica e cultural de cada momento e/ou região.

Considerando que são conhecimentos elaborados por diferentes relações, como resultado de todo o contexto físico, social e cultural dos atores sociais, entende-se que tanto o saber científico-acadêmico, como o saber popular contêm elementos relevantes para a construção de saberes potenciais no enfrentamento da questão socioambiental da atualidade.

Desta forma, o que se propõe na CCA é justamente eliminar as barreiras que hostilizam distintos saberes e conhecimentos para, enfim, permitir o afloramento de novos arranjos sociocognitivos. Estes novos conhecimentos, sendo frutos de experiências variadas, conectados a cada realidade trabalhada e, assumidamente, contrários à depredação e exploração de toda forma de vida, carregam, portanto, um enorme potencial de sustentabilidade e de fortalecimento dos arranjos sociais locais.

Portanto, deve-se propiciar o diálogo entre essas concepções, não como uma superior a outra, mas como possibilidades de entendimento das experiências atuais vivenciadas pelos sujeitos/atores do conhecimento, das ideias e práticas historicamente construídas e ainda fortemente presentes, e de formas de intervenção realmente significativas para a construção de outras consciências (SPAZZIANI & GONÇALVES, 2005, p.112).

Essa nova postura fundamenta-se, inicialmente, numa concepção construtivista das interações entre sujeitos de saberes distintos. No caso da agricultura, esse construtivismo apresenta-se como uma síntese entre os saberes do cotidiano dos agricultores e o conhecimento científico-técnico e tecnológico, cujo domínio é, preferencialmente, do profissional (COELHO, 2005, p.79 apud SILVA, 2014).

Neste sentido, Mussoi (2006) atenta para o fato de que a adoção da perspectiva construtivista, libertadora e humanista implica em uma mudança de postura, de visão de mundo para, enfim, transformá-lo. Desta forma, supera ou transcende à simples mudança de método.

Ser dialógico, para o humanismo verdadeiro, não é dizer-se descomprometidamente dialógico; é vivenciar o diálogo. Ser dialógico é não invadir, é não manipular. Ser dialógico é comprometer-se e empenhar-se na transformação constante da realidade (MUSSOI, 2006, p.31).

Neste aspecto retoma-se a colocação de Kreutz et al. (2005) quando aponta para a necessidade da participação das populações rurais nas diferentes etapas do trabalho de extensão, a fim de se estabelecer uma comunicação (disposição de dialogar) de natureza intersetorial, através de uma negociação que tenha legitimidade moral.

É preciso estar atento para que o diálogo não seja contaminado pelas regras do discurso hegemônico, normalmente alienígena, culturalmente eurocêntrico, historicamente colonizador e cuja racionalidade advém do polo dominante. O comprometimento do diálogo fatalmente levaria a uma comunicação distorcida, corroída em sua dimensão ética (KREUTZ et al. 2005: 58).

Cunha (2009: 306) também atenta para essa questão ao afirmar que não se trata de validar os saberes tradicionais a partir da lógica dos saberes científicos:

[...] Não se trata aqui, como muitos cientistas condescendentemente pensam, de simples validação de resultados tradicionais pela ciência contemporânea, mas do reconhecimento de que os paradigmas e práticas de ciências tradicionais são fontes potenciais de inovação da nossa ciência.

Destaca-se, assim, a importância dos processos pedagógicos e metodológicos adotados na busca pela construção de conhecimentos agroecológicos.

“[...] o conhecimento agroecológico não está acabado e pronto para ser difundido. Ele está em permanente construção, o que implica a escolha de métodos, procedimentos e práticas pedagógicas que facilitem a emergência de novos saberes (SANTOS, 2007)”

Entende-se assim que as metodologias devem ser capazes de assegurar a participação e a ação organizada das famílias rurais, permitindo uma melhor compreensão dos problemas, o entendimento das consequências destas no processo de desenvolvimento e a possibilidade de intervenção a partir da prática e da reflexão (CAPORAL e COSTABEBER, 2004).

“Só sujeitos, em relação recíproca (e por isto, dialógica), podem gerar e ampliar conhecimentos, criando-os através da ação e reflexão, e/ou mediante um processo de recriação ou reelaboração dos conhecimentos já existentes” (MUSSOI, 2006, p.15).

Quando o sujeito participa da construção de um conhecimento ou de um planejamento, ele se sente pertencente, pois é protagonista daquela situação, o que o faz sentir-se também responsável pela concretização ou desenvolvimento daquele conhecimento. O objetivo da participação é que agricultores e agricultoras, a partir da conscientização de sua condição no mundo, assim como dos mecanismos disponíveis e necessários para as mudanças, tomem as decisões e escolham as trajetórias a serem seguidas.

Para Freire (1983, p. 27):

[...] o conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante; [...] conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente aprender.

Partindo-se do pressuposto da CCA representar este potencial de transição paradigmática de desenvolvimento rural, uma vez que se dispõe ao diálogo entre saberes, práticas e experiências sociais concretas, propõe-se a análise pormenorizada desta proposta nas atuais experiência de AE.

5. METODOLOGIA

A abordagem metodológica utilizada foi qualitativa através de entrevistas semi-estruturadas, observação de campo e análise de dados secundários. A pesquisa qualitativa é conceituada como um processo de reflexão e análise da realidade para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico ou segundo sua estruturação (OLIVEIRA, 2005).

Segundo Selltiz et al. (1974), a entrevista semi-estruturada é adequada em estudos que enfatizam as percepções, atitudes, motivações das pessoas com relação à determinados assuntos, bem como para verificar a significação pessoal de suas atitudes. Este modelo de entrevistas combina perguntas fechadas e abertas e permite ao entrevistado discorrer sobre o tema sugerido, sem que o entrevistador fixe, prioritariamente, determinadas respostas ou condições. Parte-se de alguns questionamentos básicos, apoiados por teorias que interessam à pesquisa, porém podem surgir novas interrogativas à medida que se recebe as respostas do entrevistado.

Deste modo, o propósito de aplicação de entrevistas semi-estruturadas aos atores sociais envolvidos nas experiências agroecológicas foi identificar suas percepções e concepções acerca da proposta da AE; conhecer o modo de atuação; as relações estabelecidas entre tal proposta e as possíveis modificações percebidas naquele contexto; atuais desafios e potencialidades.

A seleção das instituições a serem entrevistadas se deu por meio da amostragem por cadeias de referência, através da técnica metodológica *snowball*, conhecida no Brasil como “amostragem em Bola de Neve” (PENROD et al., 2003; GOODMAN, 1961 apud ALBUQUERQUE, 2009). De acordo com Baldin & Munhoz (2011), essa técnica caracteriza-se como uma forma de amostragem não probabilística utilizada em pesquisas sociais, onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que, por sua vez, indicam novos participantes e assim sucessivamente. Esta técnica apresenta, portanto, o potencial de dar visibilidade a experiências distintas, contudo relevantes dentro da respectiva temática, o que evita o direcionamento enviesado da pesquisa.

Além destas indicações, procurou-se incluir experiências realizadas em diferentes regiões, como também abordar instituições de distintas naturezas, como universidades, Ongs, empresas privadas e públicas de ATER. Deste modo, ao abranger diferentes realidades, que possuem limitações e condições distintas, esperou-se abordar, com base em experiências concretas, um espectro maior de fatores que interferem na consolidação da AE.

O estudo de caso foi realizado com o intuito de aprofundamento da análise através de uma aproximação maior com os atores sociais envolvidos na experiência, com a proposta da experiência em si e com o contexto histórico local. Neste caso, além da aplicação de entrevistas semi-estruturadas, incluiu-se a observação de campo e análise de dados secundários.

Na observação de campo, também denominada observação assistemática, o pesquisador procura recolher e registrar os fatos da realidade sem a utilização de meios técnicos especiais, ou seja, sem planejamento ou controle. Ao favorecer um contato mais direto com a realidade, esta técnica ajuda o pesquisador a “*identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento*” (LAKATOS et al., 1996, p.79 apud BONI e QUARESMA, 2005)

Os critérios estabelecidos para selecionar a experiência do estudo de caso foram: tempo de experiência da instituição com trabalhos orientados pelos princípios da AE; ter projetos em execução durante o período desta pesquisa; disponibilidade e interesse da equipe e do público atendido em participar da pesquisa, disponibilidade e possibilidades da pesquisadora em frequentar as atividades desenvolvidas pela instituição.

A análise documental das normatizações e instrumentos de fomento acessados pela instituição teve por objetivo identificar possíveis fatores que influenciam a proposta da AE.

5.1. Coleta de dados

A pesquisa teve início em agosto de 2013 a partir de uma ampla revisão bibliográfica, análise de dados secundários e documental, participação em grupos de estudos e eventos científicos sobre o tema.

A etapa de coleta de dados divide-se em dois momentos:

5.1.1. Conhecimento de experiências agroecológicas

Esta etapa consistiu na aplicação de entrevistas à distintas instituições que desenvolvem experiências agroecológicas, sendo estas selecionadas pelo método “Bola de Neve”. De acordo com a metodologia adotada, buscou-se investigar as experiências desenvolvidas por instituições que, de certa forma, são referências nacionais nesta temática e que atuassem em diferentes campos e contextos, como assistência técnica e extensão rural,

pesquisa e ensino e terceiro setor (Ongs e associações que tanto acessam chamadas públicas de ATER em AE como são propositoras de projetos nesta temática).

No total, entrevistou-se dezenove (19) instituições e vinte e seis (26) pessoas, entre extensionistas, técnicos, pesquisadores e professores. Algumas entrevistas (6) se deram com duas pessoas concomitantemente e em duas (2) situações foram entrevistadas mais de uma pessoa por instituição, separadamente. As entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas para a análise.

Durante esta etapa foi possível acompanhar atividades desenvolvidas por quatro destas instituições, onde fez-se uso da observação de campo e registro das impressões em diário de campo.

Estas entrevistas iniciaram-se no segundo semestre de 2014 e estendeu-se até o final do ano de 2015. Destaca-se que nas situações de abordagem para a entrevista esclareceu-se aos participantes quanto à finalidade da pesquisa e obteve-se sua autorização verbal, registrada em arquivo de áudio.

5.1.2. Estudo de caso

A experiência selecionada para o estudo de caso foi a Unidade de Referência (UR) do Assentamento 17 de Abril-Restinga/SP desenvolvida no âmbito do projeto Redes Ecoforte cujo proponente era a Rede de AE do Leste Paulista (RALSP). A instituição responsável por esta UR no projeto encontra-se no perfil de instituições apresentado anteriormente como ‘Pesquisa e Desenvolvimento’.

A opção por esta experiência se deve ao fato da pesquisadora já ter uma aproximação com o assentamento em questão e com a equipe de técnicos da instituição responsável por esta unidade de referência no projeto. Neste sentido, o conhecimento prévio destes atores e contextos facilitou e potencializou o processo investigativo, uma vez que a aproximação já existente permitiu o aprofundamento da análise. A possibilidade de acompanhamento das atividades desenvolvidas no projeto e o interesse da instituição responsável em participar dessa pesquisa também foi um fator condicionante para essa seleção.

Esta etapa iniciou-se no final do segundo semestre de 2015 e estendeu-se até o final do primeiro semestre de 2016. As ferramentas metodológicas utilizadas foram observação de campo, entrevistas semiestruturadas que foram aplicadas à quatro agricultores e duas agricultoras do assentamento que participavam diretamente do projeto e análise documental do

Edital de Chamada do projeto Redes Ecoforte (nº 2014/005) e o Plano de Trabalho do projeto Rede de AE Leste Paulista-Alta Mogiana apresentado pela RALSP para este edital.

Foi possível participar de diversas atividades conduzidas pela instituição no assentamento, como oficinas, implantações e monitoramento dos SAFs, captura de colmeias de abelhas e montagem do apiário, oficinas sobre a fisiologia das abelhas, visitas para avaliar as possibilidades dos sistemas de irrigação, reuniões da RALSP sobre o andamento do projeto, reuniões entre os técnicos e agricultores e reunião entre os agricultores e técnico do INCRA.

Em todos estes momentos, registrou-se em diário de campo as impressões acerca da execução do projeto, como a condução das oficinas, diálogos entre os técnicos e destes com os agricultores e agricultoras, divisão das atividades, comportamentos e falas.

A entrevista foi organizada de modo a proporcionar um maior conhecimento sobre o assentamento, a história daqueles agricultores e agricultoras e a forma como o projeto Ecoforte estava sendo desenvolvido no local e as percepções daí resultantes. Deste modo, a entrevista pôde ser dividida em quatro tópicos:

1. Contextualização histórica da UR;
2. Organização Social;
3. Construção e Planejamento da UR;
4. Avaliação e Monitoramento.

As entrevistas foram gravadas em áudio, com o consentimento prévio dos entrevistados, e posteriormente transcritas. O período de aplicação das mesmas se deu nos meses de julho e agosto de 2016.

Após a sistematização das entrevistas e a análise dos referidos documentos, organizou-se a apresentação dos resultados do estudo de caso nos seguintes tópicos:

- Contextualização da Região do Leste Paulista e a RALSP
- Especificações do projeto Rede de AE Leste Paulista-Alta Mogiana
- Contexto histórico do Assentamento 17 de Abril, Restinga/SP
- Desenvolvimento do Projeto Redes Ecoforte
- Considerações finais sobre o estudo de caso

5.2. Análise dos Dados

Para a análise das entrevistas e dos dados coletados na observação de campo utilizou-se a análise do discurso que, segundo Caregnato e Mutti (2006), consiste enquanto uma disciplina de interpretação fundada pela intersecção de epistemologias distintas, pertencentes a

áreas da linguística, do materialismo histórico e da psicanálise. Tem a pretensão de interrogar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção da linguagem.

A análise do discurso, ao enxergar o homem e a língua em suas concretudes, considera os processos e as condições por meio dos quais se produz a linguagem. Assim fazendo, insere o homem e a linguagem à sua exterioridade, à sua historicidade. Desta forma, busca apreender como a ideologia se materializa no discurso e como o discurso se materializa na língua, de modo a entender como o sujeito, atravessado pela ideologia de seu tempo, de seu lugar social, lança mão da língua para significar(-se) (SILVA, 2005).

Outra técnica a ser utilizada para análise dos dados foi a *Triangulação de Dados* que, segundo Triviños (1992, p.138), “parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macrorrealidade social”. Esta técnica tem por objetivo abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo que, segundo uma visão esquemática proposta por Triviños (1992), é composta pelas distintas instâncias de análise:

- Processos e produtos centrados no sujeito: informações coletadas pelo pesquisador (percepções, comportamentos e ações), ou pelo próprio sujeito (trabalhos publicados, diários, livros, etc.);

- Elementos produzidos pelo meio do sujeito: instrumentos legais (leis, decretos, resoluções, etc.), oficiais (memorandos, atas de reuniões, políticas de ação), estatísticos (alteração na biodiversidade, qualidade de vida, etc.);

- Processos e produtos originados pela estrutura socioeconômica e cultural do macroorganismo social do sujeito: Modos de produção (Capitalismo-central, periférico, dependente), forças e relações de produção, propriedade dos meios e de produção e classes sociais.

O exercício de análise desta UR resultou da triangulação de dados obtidos pelas entrevistas, pela observação em campo e dos seguintes documentos: Plano de Trabalho apresentado pela RALSP e Edital de Chamada do projeto Redes Ecoforte (nº 2014/005).

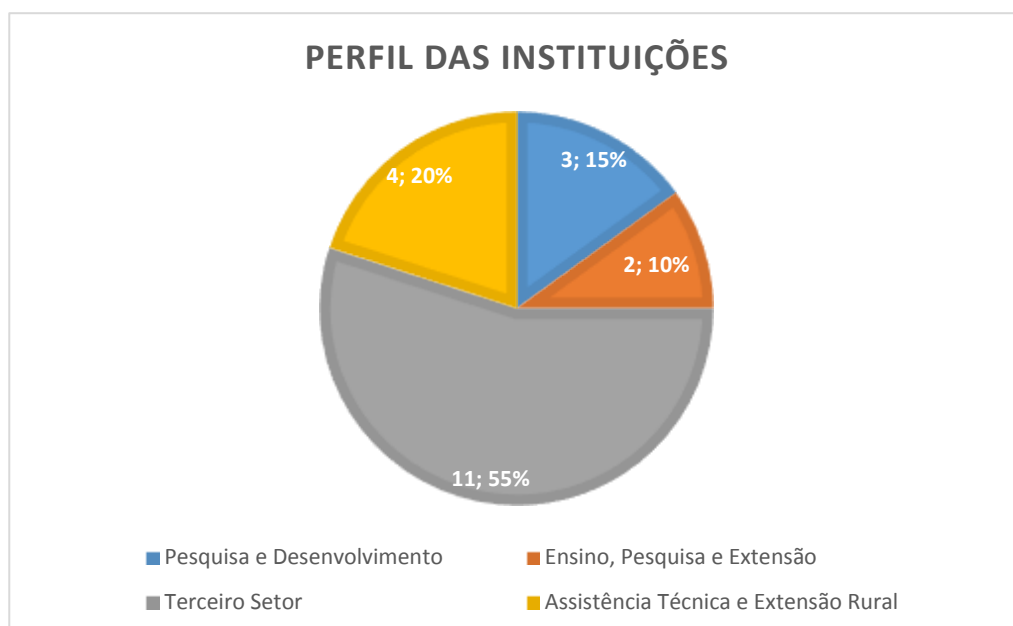
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Alguns dados são aqui apresentados inicialmente devido sua importância para a compreensão das discussões realizadas posteriormente. Na etapa de seleção das experiências que seriam entrevistadas, pôde-se constatar a predominância na indicação de instituições não governamentais (terceiro setor) em relação às instituições de ensino, pesquisa e empresas oficiais de extensão rural. Este resultado pode ser visualizado na quantidade de instituições que se enquadram neste perfil (Tabela 1).

Com a finalidade de se preservar a identidade tanto das pessoas entrevistadas como da instituição a qual estas estão vinculadas, estas foram referenciadas por números e agrupadas de acordo com o perfil e local de atuação:

| Identificação dos Técnicos e Técnicas (Téc) | Perfil da instituição | Estados de atuação |
|---|-----------------------------------|--|
| 3 / 6 / 8 | Pesquisa e desenvolvimento | Distrito Federal e Norte do Pará. |
| 12 / 7 | Ensino, pesquisa e extensão | Pernambuco e Paraná |
| 13/ 10/ 18/ 11/ 4/ 14/ 19/ 16/ 15/ 17 | Terceiro setor | Pernambuco, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Paraíba |
| 2 / 5/ 9/ 1 | Empresas oficiais de ATER-EMATERs | Pará, Paraná, Distrito Federal |

Tabela 1. Identificação dos técnicos e técnicas e perfil das instituições entrevistadas.



Outra constatação importante foi a diversidade do público participante nas experiências analisadas, identificando-se assentados e assentadas da reforma agrária, pequenos e médios produtores rurais e comunidades tradicionais. Todos os perfis de instituições trabalhavam com essa diversidade de público. Contudo, destaca-se que das dez (10) instituições enquadradas no perfil do terceiro setor, oito (8) trabalham apenas com o público da reforma agrária, populações tradicionais e pequenos produtores.

Destaca-se que todas as instituições entrevistadas apresentam um histórico de atuação de mais de vinte anos, sem constar, especificamente, o trabalho com agroecologia, sendo este um termo adotado mais tardiamente pelas instituições.

De uma forma superficial, estes dados iniciais apontam que as instituições do terceiro setor são, de alguma forma, referências no desenvolvimento da AE no país, uma vez que se solicitava a indicação de instituições consideradas referências no trabalho com AE.

A análise e sistematização dos demais dados das entrevistas e observações de campo permitiram constatações acerca de distintas concepções e atuações no campo da AE, que são apresentadas em seguida.

6.1. Distintas concepções e atuações da agroecologia

O objetivo da investigação sobre as concepções e pressupostos que embasam a ação e métodos adotados por instituições que desenvolvem experiências em AE, assim como as potencialidades e desafios indicados pelas mesmas, recai na intenção de se analisar a AE enquanto uma possibilidade de transição paradigmática de desenvolvimento rural.

A partir da análise sobre a abordagem conceitual da AE adotada pelas instituições foi possível identifica-la como uma ciência ou disciplina que orienta a construção de uma maior sustentabilidade dos agroecossistemas, considerando-se a dimensão social, econômica e ambiental. Contudo, na análise geral sobre os pressupostos que embasam a prática destas instituições, foi possível identificar três distintas formas de se pensar e trabalhar a AE, tendo como principais diferenças as motivações e objetivos para a experiência agroecológica e os enfoques dados em cada uma das dimensões da sustentabilidade.

A primeira forma é aquela onde a motivação incide na transição para sistemas mais sustentáveis de produção por meio da introdução de técnicas e manejo de base ecológica. Há uma intencionalidade de resolução dos problemas enfrentados pela agricultura familiar, contudo, identificou-se a ausência de um aprofundamento sobre as origens desses problemas, de uma crítica sobre o modelo agrícola da revolução verde, sobre a organização política,

desigualdades de direitos sociais, etc. A proposição de técnicas alternativas de produção, assim como de mercados diferenciados são vistos como as possibilidades existentes para a agricultura familiar, visto o fato destas não conseguirem se adequar a produção agrícola convencional.

A segunda forma de atuação concebe que a transição agroecológica deva incorporar aspectos de ordem social, econômica e ambiental. Há um discurso crítico sobre o modelo agrícola convencional e seus respectivos impactos e a convicção da importância em se promover outros arranjos produtivos e organizacionais no meio rural. As metodologias se orientam na busca por uma ampla participação dos agricultores e agricultoras, contudo, sob a intenção destes apropriarem-se dos conhecimentos e técnicas disponibilizados pelas instituições. A permanência de uma postura assistencialista e difusionista nas experiências desenvolvidas dificultam a emergência de novos saberes e práticas, o que fragiliza o processo de empoderamento das comunidades e a construção de novos paradigmas de desenvolvimento rural.

A terceira forma de atuação concebe a AE enquanto um movimento, um processo que se constrói coletivamente e onde o foco do trabalho está no fortalecimento da agricultura familiar em contraposição ao modelo agrícola convencional. Estas instituições atuam sob um viés mais politizado, com um enfoque maior na questão da organização social, na busca por autonomia, na formação política e na ocupação pelas famílias dos espaços de decisão. Os métodos de trabalho primam pela promoção do diálogo de saberes que proporcionem leituras das realidades a partir das perspectivas das comunidades, como forma de reconhecimento da pluralidade epistemológica e sua potencialidade na construção de novos paradigmas de desenvolvimento rural.

6.1.1. Agroecologia enquanto práticas alternativas de produção.

Duas instituições se encontram neste perfil, sendo ambas de ATER oficial. Ambos trabalham com pequenos, porém uma delas, com produtores mais capitalizados que praticam a agricultura convencional, e outra com produtores com baixas condições de renda e que desenvolvem práticas agrícolas como do “corte e queima”.

Identificou-se que os trabalhos se orientam para a aplicação de princípios ecológicos na agricultura, com enfoque na diversificação, na garantia da segurança alimentar e possibilidades alternativas de renda. Há a intencionalidade em se trabalhar a questão ambiental e a melhoria da qualidade de vida no aspecto da saúde, com a produção de um alimento limpo, sem agrotóxicos.

“Para mim, a AE é mais uma ciência para a questão do estudo da produção agrícola, com esse enfoque ecológico, de pragas, do ambiente...” (Téc-1).

Entre as atividades desenvolvidas destaca-se o trabalho com sistemas agroflorestais, inserção de técnicas agrícolas sustentáveis na produção convencional e incentivo a comercialização nos programas de políticas públicas, como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

“A gente trabalha com transição agroecológica. A gente quer incorporar técnicas agroecológicas e orgânicas na agricultura convencional. Então, na agricultura convencional começa a levar algumas técnicas e começa a agregar algumas práticas agroecológicas para os agricultores convencionais” (Téc-1).

Por mais que os métodos adotados por uma destas instituições (diagnóstico rural participativo (DRP), mapa falado e linha do tempo) busquem desenvolver na comunidade uma perspectiva mais ampla sobre o território, o reconhecimento dos atores e instituições locais e o resgate histórico da região, a indicação dos resultados e dos desafios apontam para outra intencionalidade do trabalho. Como resultados, indicou-se a mudança no modo de produção (ressalta-se o manejo da mandioca, que antes pautava-se na prática de corte e queima, sendo substituído pelo plantio direto), seu reflexo no aumento da produtividade e a inserção de agricultores e agricultoras no mercado.

Estas afirmações apontam a existência de uma intencionalidade do trabalho já formatada, ou seja, as técnicas de produção ou as soluções para os problemas da comunidade encontravam-se num rol de práticas pré-selecionadas pela instituição. Segundo um dos relatos, há toda a orientação sobre o modo de plantio, espaçamentos, aberturas de covas, entre outras:

“[...] estes métodos técnicos, a gente orientou eles para dar certo” (Téc-2).

Como desafios, apontou-se a ausência de perspectiva de futuro e de melhoria nas condições de vida pelas famílias ou ainda sua característica imediatista por quererem sempre respostas rápidas:

“É agricultura de subsistência mesmo, só para sobreviver” (Téc-2).

“[...] só que para se trabalhar com agricultura familiar, é difícil. Você chegar lá e fazer eles acreditarem de uma hora pra outra, é difícil! Eles não conseguem esperar. São muito imediatista” (Téc-2).

Constata-se a ilegitimidade atribuída ao modo de vida destas famílias, devido a desqualificação do desejo destas de produzirem só para a subsistência, ao passo que a intencionalidade das ações se voltava para o alcance do mercado e o atendimento das respectivas exigências. O fato das famílias não terem esse sonho de comercializar sua produção

ou melhorá-la a fim de aumentar as vendas, é visto como ‘falta de perspectiva’, sendo que, de fato, trata-se de uma outra perspectiva relacionada ao modo de vida destas famílias e a suas prioridades.

A outra instituição que também se enquadrou neste perfil adota como métodos de trabalho o oferecimento de cursos, palestras, capacitações e treinamentos. A relação ou reconhecimento que estabelecem com os saberes locais refletem um descrédito aos mesmos, uma vez que os relacionam a falta de tecnologia e a capacidade para obtê-las.

“Eu acho que os agricultores sobreviveram muito tempo sem ATER, o que tinha eram os saberes locais. A extensão rural veio com muita informação, pacotes tecnológicos avançados, coisa de agricultura de ponta. Só que, às vezes, esse nível de informação não se adequa a realidade do produtor. Aí quando você começa a mesclar isso com os saberes tradicionais eu acho que você tem que tentar corrigir e trazer o máximo da tecnologia de hoje, mas você tem que permitir que os agricultores coloquem seus conhecimentos porque, senão, fica numa relação de muita dependência com os técnicos da emater. Isso daí é prejudicial até para o agricultor, porque por mais que a emater consiga está no campo...até muito presente, o agricultor não pode ficar depende do técnico da extensão, tem que ter um conhecimento dele, que ele se aproprie. Além do conhecimento que a gente passou para ele, ele tem que ter a sua bagagem de conhecimento para ir aplicando” (Téc-1).

Na fala acima, fica nítida a percepção e o nível de importância que o técnico atribui aos conhecimentos locais, justificando sua existência e a necessidade de mantê-los pela incapacidade das famílias absorverem as tecnologias ‘de ponta’ e assim ter que desenvolver suas próprias práticas para que não haja a dependência, nem com os técnicos, e nem com estas tecnologias para a sua produção.

Verifica-se, assim, que a busca por maior sustentabilidade, garantia da segurança alimentar e alternativas de renda, sendo estes os objetivos apontados na atuação, não considera os saberes, os modos de vida e as perspectivas das famílias como válidas contribuições para estes fins. Permanece aqui a relação e atribuição desigual de importância e valores entre os conhecimentos técnicos e os populares/tradicionais.

Os resultados identificados por esta instituição referem-se ao aumento, em números, de agricultores e áreas de cultivos agroecológicos, número de feiras e também de técnicos capacitados na área. E como dificuldades, mencionou-se a inexistência de uma categoria específica para comercializar produtos dos agricultores que estão em transição agroecológica e que, por isso, ainda não possuem certificação, e ainda a necessidade destes alimentos atenderem

ao mesmo padrão de qualidade que os alimentos de produção convencional apresentam a fim de que tenham a capacidade de competitividade.

“O desafio que a gente tem é que o mercado convencional aqui é muito pungente, o agricultor ganha muito dinheiro com a agricultura convencional. Então é vantagem. E você quebrar esse paradigma e entrar com algo novo, você está mexendo com a zona de segurança de muita gente. Você entra com alguns princípios agroecológicos quando o agricultor quer economizar em insumos” (Téc-1).

Tanto os resultados como os desafios apresentados indicam uma orientação do trabalho voltada para aspectos produtivos e econômicos, com a intencionalidade de se aumentar a escala de produção e atender as mesmas exigências de consumo do mercado convencional. Verifica-se, assim, a relação da AE com um modo de produção apenas, ausente de uma crítica sobre o modelo do agronegócio e sobre os padrões de consumo e mercado.

Este perfil de atuação, assim como de concepção da AE, relaciona-se com as críticas e constatações de autores como Caporal (2007) e Barbosa (2009) ao apontarem a permanência de posturas difusionistas e atreladas ao mesmo paradigma da agricultura industrial.

De acordo com Silva Junior e De Biase (2011), a preponderância dos princípios ecológico/agronômicos e a urgência de resolução dos dilemas econômicos presentes nos projetos ‘agroecológicos’ acabam por reproduzir a estrutura econômica da modernização agrícola.

Nas duas experiências analisadas, isso se verifica pela existência de uma orientação ou intencionalidade do trabalho já previamente direcionada, com as técnicas e soluções apresentadas apenas pelos técnicos. Neste sentido, não há uma abertura para o ‘olhar’ do outro, para a construção de novas possibilidades que não sejam, unicamente, a inserção dos agricultores e agricultoras no mercado de trabalho.

Acredita-se que por mais que se aumente o número de agricultores ‘convertidos’ na lógica da produção, com a adoção de técnicas de base ecológica, a permanência dos mesmos valores de mercado e de posturas individualistas, não alterarão os quadros de desigualdade e justiça social no campo, assim como de segurança e soberania alimentar. Pois, assim como demonstrado na fala de um dos técnicos: *“Você entra com alguns princípios agroecológicos quando o agricultor quer economizar em insumos”*, ou seja, a AE enquanto uma alternativa de técnicas e manejo, desvinculada de uma proposta de construção de autonomia e de relações com o ambiente e com a sociedade. Os resultados daí advindos se restringem à aspectos ambientais, relacionados à contaminação e deterioração dos recursos naturais. Neste sentido,

considera-se que este perfil de concepção e atuação de AE não representa uma possibilidade de transição paradigmática de desenvolvimento rural.

6.1.2. Agroecologia enquanto um conceito e proposta em transição.

A outra forma de concepção e atuação da AE foi identificada em nove instituições, sendo três de Pesquisa e Desenvolvimento, três do Terceiro Setor e duas Empresas Oficiais de Extensão Rural. O público atendido por estas instituições varia entre assentados e assentadas da Reforma Agrária, comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas), populações ribeirinhas, pequenos e médios produtores rurais.

Pôde-se observar que os trabalhos apresentam uma proposta de desenvolvimento territorial/local em objeção ao modelo do agronegócio. Há o reconhecimento de que a sustentabilidade não é alcançada apenas pela mudança no aspecto produtivo e nos cuidados com o ambiente, mas sim a partir da abrangência de todas as dimensões da realidade, portanto, no aspecto social, cultural, econômico e ambiental.

Os trabalhos desenvolvidos abordam uma série de temas e assuntos condizentes com as realidades trabalhadas. Destacou-se nas falas o trabalho com a juventude rural e com a questão de gênero, refletindo sobre o papel das mulheres na agricultura e as relações de patriarcado e violência existentes no campo.

“Porque a AE no campo, e esse é o conceito que eu acredito, ela não é só mercado, ela é produção e consumo, ela é desenvolvimento territorial, ela é muito mais ampla. Eu costumo falar que a transição agroecológica ela é uma proposta de desenvolvimento local, ela não é o simples fato de você fazer uma conversão para uma agricultura saudável, não! Ela é uma proposta de desenvolvimento local” (Téc-3).

“A AE é uma ciência maior, em que nela estão as dimensões social, ambiental e econômica e a AE preconiza de que o trabalho na agricultura tem que ter cadeias curtas, que você tenha um manejo adequado dos solos, preconiza os sistemas agroflorestais para respeitar a questão da natureza, da água, preconiza a comunidade rural, questão da mulher, do jovem. As técnicas são técnicas ecológicas. Elas poderão estar dentro dos vários estilos de agricultura, mas a AE é muito maior que isso. É como uma utopia, um sonho, uma proposta de certa forma ideológica para você enfrentar o modelo do agronegócio” (Téc-4).

“A AE tem um foco muito social também. Não é simplesmente uma ciência voltada para a questão produtiva, ela tem a relação cultural muito forte; tem uma relação com a questão da organização social, com a família, comunidade, discussão de gênero” (Téc-5).

Pode-se perceber nas falas acima a consideração de que a AE não se restringe a aspectos técnicos produtivos e a importância de se trabalhar diferentes dimensões intrínsecas das realidades locais como forma de resistência e enfrentamento ao modelo agrícola da Revolução Verde.

Os principais objetivos da atuação destas instituições referem-se ao fortalecimento da agricultura familiar e dos territórios, a construção de maior autonomia das famílias, a transição de uma agricultura convencional para uma agricultura de base ecológica, o enfrentamento ao agronegócio, a garantia da segurança alimentar, a construção de alternativas de renda e busca por sustentabilidade ambiental.

“O trabalho que eu faço é para despertar no agricultor que há uma outra forma. É mostrar uma alternativa que é muito invisibilizada por este modelo dominante, pouco apoiada” (Téc-3).

As atividades desenvolvidas consistem em ações que visam a organização social, o acesso a mercados, a introdução de técnicas agrícolas ecológicas e manejos sustentáveis de florestas, a implantação de SAFs e a certificação de produtos orgânicos.

Apesar do reconhecimento da importância da participação dos agricultores e agricultoras no desenvolvimento das ações, percebe-se nas falas a conotação de que o objetivo da participação é de que os agricultores e agricultoras apoderem-se das técnicas ou tecnologias apresentadas a eles/elas, com essa possibilidade de adaptação devido ao seu conhecimento local e enraizado. A participação não tem por objetivo trazer o conhecimento local como um aprendizado (para os próprios técnicos) e reconhecimento/valorização (pelas próprias famílias) sobre outras formas de interação social e ambiental. Isso pode ser verificado nas seguintes falas:

“Porque você não faz desenvolvimento local se você não envolver os agentes. Então esse é o princípio fundamental. É envolver aqueles agentes locais. Então, na pesquisa (nosso caso) ela tem que ser participativa. Do contrário, você não empodera o agente local; [...] E esse agente, o transformador local, ele vai, desde o agricultor, se você estiver trabalhando a nível de propriedade, agricultor e agricultora, e vai até um agente de extensão, de você estiver trabalhando a nível de comunidade. O agente, seja lá em que nível for, ele tenha propriedade daquilo que está sendo proposto, que ele não seja apenas um coadjuvante do processo; [...] E essa transformação só acontece quando essa participação é ampla, ele se apropria de todo o processo. O agente entende o porque ele está fazendo aquilo” (Téc-3).

“O conhecimento é o segredo do planejamento. A medida que você transfere conhecimento, você transfere tecnologia e as pessoas vão se apropriando desse conhecimento. A dependência é cada vez menor em relação a um serviço externo”(Téc-6).

“Tudo que eu faço, eu acredito e faço em casa. Acho que o maior poder de convencimento que você tem é se você realmente usa isso. Se eu falo de plantio direto, é porque em casa eu faço plantio direto, se falo de plantas tradicionais é porque uso plantas tradicionais, eu faço efetivamente” (Téc-3’).

Nesta próxima fala, o técnico, referindo-se aos desafios para o diálogo de saberes, aponta a importância de se ter um conhecimento especializado no campo com os agricultores, pois caso contrário, não haveria razões dele estar lá:

“Esse é outro desafio grande. Até mesmo para gente como técnico, tem que aprender a reaprender essa relação. Porque a gente é treinado para transferir o pacote e em algum momento isso tem que funcionar dentro da agricultura orgânica, porque senão, não tem a função do técnico, de uma pessoa especializada estar ali” (Téc-8).

Contudo, o uso de métodos como os intercâmbios entre agricultores e agricultoras e a prática de se estabelecer parcerias com órgãos de extensão (no caso das instituições de pesquisa) e com associações e organizações da agricultura familiar no desenvolvimento dos trabalhos, aponta tanto para uma legitimação do conhecimento e experiências destes agentes, como para o reconhecimento da importância da atuação em redes.

Nas observações de campo realizadas no acompanhamento de atividades de intercâmbio desenvolvidas por duas instituições, pode-se constatar o potencial inerente à estas ações na promoção de encontros e diálogos entre agricultores e agricultoras e destes com os técnicos. Em uma delas, o agricultor responsável pela propriedade, incumbia-se de apresentar todos os aspectos do processo de transição agroecológica que vinha desenvolvendo e neste caso, expressava ali suas impressões acerca das motivações pessoais relacionadas à saúde, a segurança alimentar, a bem-estar e a questões religiosas. Considera-se que o favorecimento de espaços como este contribui para a emergência de novos olhares e perspectivas sobre os processos de transição agroecológica e de desenvolvimento rural.

Os resultados apresentados pelas instituições consistem no aumento de produtores que fizeram a transição agroecológica e obtiveram um aumento da renda por participarem de feiras e dos programas públicos como o PAA e PNAE. Apesar de muitos indicarem que houve a melhoria da qualidade de vida destes agricultores e agricultoras, relatou-se que essa maior amplitude de vendas levou a intensificação do trabalho, deixando muitos produtores estressados.

Outro resultado apresentado por uma experiência desenvolvida no Pará apontou o reconhecimento das famílias sobre a importância de seus cultivares e suas tradições para a

permanência nos territórios, o aumento da diversificação na produção e a garantia da segurança alimentar.

“Hoje não é mais o único caminho que vinha sendo: desmatar mata virgem, roça com mandioca, colocar o pasto e ir avançando sobre a floresta. Essa é a lógica de ocupação do território. Os agricultores que estão hoje ali já estão com um outro olhar, falando em ter cultura perene, SAFs, outros cultivos, acessando outros mercados” (Téc-11).

No aspecto da organização social indicou-se a criação e reativação de associações de agricultores e agricultoras e uma maior participação das mulheres nos espaços de decisão, a criação de redes e câmaras de AE e a criação de um programa estadual de AE (no caso do Paraná). Citou-se também o reconhecimento, pela população urbana, da importância de alimentos saudáveis e o problema da deterioração ambiental ocasionada pela agricultura convencional.

A partir da análise dos resultados identificados pelas instituições é possível relacionar a atuação com a preocupação na geração de alternativas de renda e também de garantia da segurança alimentar das comunidades. Diferencia-se do perfil anterior apresentado devido, principalmente, às estratégias de ações em rede e de fomento às organizações de agricultores e agricultoras, como necessárias na construção de maior autonomia e fortalecimento da agricultura familiar.

Com base nestas constatações é possível aferir que há certa disparidade entre o que se objetiva fazer, ou seja, as motivações apresentadas pelas instituições, e o que, de fato, se concretiza em campo. Verifica-se o reconhecimento e a intenção de se trabalhar a AE enquanto uma proposta de resistência e enfrentamento ao modelo agrícola convencional, através de uma abordagem complexa, que inclua todas as dimensões da realidade social, contudo, persiste na atuação profissional a incumbência de se mostrar as soluções ou o caminho para este fim, o que resulta no direcionamento para técnicas produtivas já previamente selecionadas pela instituição e a preocupação em se garantir a apropriação destas pelos agricultores e agricultoras.

Os desafios apresentados corroboram esta assertiva ao apontarem tanto à falta de capacitação dos técnicos em se trabalhar a proposta agroecológica como as estruturas das instituições ainda vinculadas ao agronegócio e seus respectivos métodos de extensão e pesquisa tradicionais.

“Os técnicos, aproximadamente 80%, não estão seguros e confiantes em trabalhar a AE em toda sua complexidade. E além disso, a emater tem seus compromissos com o agronegócio, o que impede que a AE avance. Há muitos técnicos com uma visão e postura com os agricultores de forma vertical” (Téc-9).

“Um dos grandes gargalos ainda é a formação. Porque, infelizmente, as universidades não formam os profissionais para trabalhar com a diversidade das realidades. Ela forma para trabalhar dentro de um formato de sociedade, que no caso do campo, ela se fundamenta no empresário rural, na grande propriedade, na grande lavoura, no grande manejo florestal madeireiro” (Téc-6).

“[...]Porque tem uns (técnicos) com um perfil mais político, socialista...então a abordagem dele é bem dialógica, de chegar na propriedade com uma conversa horizontal. Mas ainda tem alguns técnicos com esse perfil vertical; [...]O que tentamos mostrar para eles é que eles não podem chegar lá com foco na doença, na praga; porque às vezes o problema não está na produção, mas talvez na relação com o casal, com o filho. Então, o técnico tem que perceber isso aí. Isso é a visão do extensionista; [...]tem muitos técnicos, ainda na instituição, que acha que o técnico tem que ser especialista e não generalista. Dos dois lados tem suas carências. Mas o ideal é o extensionista como agente de desenvolvimento, que não vai olhar só um ponto bem específico. Ainda temos técnicos com essa visão” (Téc-9).

Na instituição de pesquisa, esta questão também foi levantada:

“O fazer isso junto, é muito desafiador, porque ainda é muito difícil para a pesquisa, pensar fora da caixinha. A gente enfrenta problemas internos, do tipo: Você vai fazer a metodologia participativa, qual é seu objetivo, sua hipótese, qual o delineamento estatístico...tudo isso é muito difícil, porque com o agricultor, os riscos, quando você está trabalhando fora do ambiente experimental, é muito maior. Isso é um desafio, porque a ciência é pensada nesta ciência tradicional. A AE é outro tipo de ciência” (Téc-3).

Entre outras dificuldades citou-se a resistência das famílias em aceitarem propostas e técnicas alternativas de produção, como a roça sem queima, a descontinuidade dos trabalhos/projetos pela não apropriação pela comunidade e a dificuldade de mobilização das famílias para participarem das atividades.

Considera-se que esta constatação seja reflexo deste processo unidirecional e verticalizado na construção das propostas. As famílias não aderem às técnicas e não se mobilizam a participar das atividades, justamente, porque não se sentem protagonistas ou agentes daquelas propostas.

Reconhece-se, portanto, neste perfil de atuação, uma intencionalidade de abordagem mais complexa e politizada da AE que é, contudo, dificultada pelas estruturas organizacionais das instituições e comportamentais dos profissionais, que ainda se incubem de transferir os conhecimentos e tecnologias as populações do campo. O interessante aqui é que os profissionais reconhecem essa limitação de capacitação técnica em se trabalhar os princípios agroecológicos

e a própria organização da instituição que, ainda vinculada a métodos convencionais de pesquisa e extensão, dificulta a aplicação de tais princípios.

Prisioneiras de uma prática operacional e de uma estrutura funcional concebidas segundo o paradigma da modernização, as instituições públicas encontram dificuldades de escapar de rotinas que as mantêm fortemente atreladas ao viés do produtivismo economicista, aos postulados epistemológicos positivistas e ao seu corolário metodológico, o difusionismo tecnológico (PETERSEN, 2013, p.69).

Pode-se relacionar estas constatações de posturas profissionais e estruturais das organizações com as discussões apresentadas por Bourdieu (1983) sobre a existência dos *campos*, representando este espaço onde as posições dos agentes encontram-se fixadas e definidas pela condição de poder que o agente possui ou não, e do *habitus*, como um *modus operandi*, uma disposição estável para se operar numa determinada direção que tende a conformar e orientar a ação, na medida em que é produto das relações sociais.

Deste modo, a organização das instituições e a postura dos técnicos correspondem a reprodução do *habitus* num *campo* de comunicação onde as posições sociais já se encontram objetivamente estruturadas. Contudo, conforme aponta Bourdieu (1983), o *habitus* consiste em sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, onde a existência de diferentes experiências propulsiona a gênese constante das representações sociais.

Considera-se que a existência de uma percepção crítica e reflexiva destas instituições a respeito das limitações de suas abordagens, o incentivo a organização dos agricultores e agricultoras em associações e redes e a promoção de experiências coletivas como os intercâmbios e dias de campo, representam este potencial de reestruturação e reorganização das estruturas mentais e organizacionais. Desse modo, a atuação dessas instituições encontra-se num processo de transição conceitual e operacional da abordagem agroecológica que se orienta na busca de um novo paradigma de desenvolvimento rural.

6.1.3. Agroecologia enquanto um movimento da pluralidade epistemológica.

O terceiro perfil de concepção e atuação em AE foi identificado em oito instituições, sendo importante destacar que muitas destas atuam diretamente e conjuntamente à movimentos e organizações sociais da agricultura familiar. Com exceção de uma, que se trata de uma universidade, as demais são ONGs e associações.

Estas desenvolvem a proposta da AE sob um viés mais politizado, considerando-a enquanto um movimento, um processo onde o foco se dá no fortalecimento da agricultura familiar em contraposição ao modelo agrícola convencional. Nestes casos há um enfoque maior na questão da organização social, na busca por autonomia, na formação política e na ocupação pelas famílias dos espaços de decisão. As falas sobre suas concepções de AE refletem este posicionamento focado na dimensão sociocultural como essencial na busca por sustentabilidade e enfrentamento ao modelo do agronegócio.

“A AE é como um projeto a ser alcançado. A sustentabilidade é um projeto a ser alcançado, porque a relação dos seres humanos com a natureza, é uma relação de transformação, de impacto, muitas vezes. Então, é nesse sentido. A gente não está falando de pacotes, de modelos, a gente está falando de processos. Por isso que é movimento. Então, a perspectiva que eu trabalho aqui é de construção, de processo de AE, de campo de disputa, por isso ela dialoga com essas três dimensões. Os agricultores que estão metidos em processos práticos, de construção de mais sustentabilidade, eles estão participando de processos políticos muito fortemente, né? Eles estão ocupando estradas, reivindicando na porta do banco, estão questionando, dialogando com os consumidores, construindo políticas públicas. A gente está falando desse tipo de agricultor” (Téc-12).

[...] E a gente entende que a AE não é só uma técnica, não é só substituir um modo de produzir ou substituir insumos, mas a AE, ela é uma mudança de matriz tecnológica, é uma mudança de concepção de sociedade também. Então, quando vamos trabalhar leite agroecológico numa unidade de produção, se a gente ficar só na produção do leite, vai virar leite orgânico. E isso não resolve. Porque produzir orgânico dessa maneira é insustentável da mesma forma. Então, se vai trabalhar o leite, vai trabalhar a questão da alimentação para família, da subsistência, da diversidade, da geração de renda; [...] que a unidade familiar passe para um modelo diferente de produção. E isso muda as relações interpessoais, de relação. A família passa a trabalhar com cooperativismo, porque esse também é um outro viés da AE. Não dá para ser agroecológico sozinho, isolado, né? Então a gente trabalha com redes de comercialização, com agroindústria. Então é um pouco por isso que a gente trabalha a AE, direcionada por essa estratégia de desenvolvimento dos movimentos. Porque a gente entende que a reforma agrária não é só distribuir terra, é dar condições para que a pessoa more, produza, se desenvolva, tenha espaço para os filhos, tenham saúde, preserve o ambiente, desenvolva a região. Olhando a reforma agrária dessa maneira a produção é essencial” (Téc-14).

“AE não é só a questão de produção, não é só ambiental...é um tripé. Você tem que ver o lado da sustentabilidade, o lado econômico e principalmente o social. Então, a AE é todo um conjunto, onde a família trabalha de forma agroecológica, ela abre outros olhares para um todo, do trabalho da mulher, do jovem, tem essa preocupação com o ambiente, mas principalmente o lado social. Essas pessoas, elas têm que sentir que elas são pessoas como qualquer outra. Porque não é porque é agricultor que ela não tem voz. Ela tá lá participando desses espaços, ela tem que saber que ela deve e pode fazer o controle social, buscar políticas públicas, tem que ter um olhar para o todo para buscar uma melhoria, não só para ela, mas pra toda a comunidade” (Téc-15).

“O que a gente entende por AE é que ela é muito mais um movimento. É um movimento que busca ser um contraponto ao que a gente tem aí de um modelo produtivo brasileiro, mas que ele dê conta de produzir comida. Produzir comida não levando em conta só a escala produtiva, mas também levando em conta o meio ambiente, as pessoas que estão neste contexto, no campo e na cidade e produzir com qualidade e que seja viável para os agricultores; [...]A gente não trabalha a AE como ciência, mas muito mais como um movimento. Não estamos negando, mas acredito ser precipitado dizer que a AE é uma ciência hoje. E também ela não dá conta do desenvolvimento sozinha. Então, ela é um movimento que propõe um jeito de produzir, uma relação de produção com a natureza e neste contexto ela pensa o desenvolvimento, que é muito maior, que envolve outras áreas (Téc-16).

“A AE é um paradigma científico que orienta a nossa abordagem técnico produtiva, ou seja, a forma com que analisa os agroecossistemas. A diferença é que uma análise a partir da AE, ela impõe uma análise muito mais integradora no olhar. Agora, evidentemente, se a AE se coloca como um paradigma que ajuda a orientar o desenvolvimento de sistemas mais sustentáveis do ponto vista ecológico e econômico, aí ela está vinculada ao conceito familiar. Ela, para a gente, também se vincula a construção, em última instância, do desenvolvimento de uma agricultura de base. Nosso projeto não é promover a AE. Nosso papel tem sido promover, em primeiro lugar, a base social que vive no mundo rural que é a agricultura familiar camponesa. Como você promove uma agricultura que inclua uma base social história que está presente no campo, integre ele efetivamente, que ela tenha acesso a recursos para produção, mas que ela possa produzir riquezas de forma autônoma e sustentável, do ponto de vista ecológico e social? Desse ponto de vista, ao mesmo tempo em que a AE precisa produzir, referenciar a ação técnico produtiva, ela está vinculada ao desenvolvimento de um projeto que é a própria agricultura familiar, e nesse ponto de vista ela ganha esse significado político. Então ela, ao mesmo tempo, é um paradigma técnico acadêmico, mas ela está, na nossa ação,

vinculada com um projeto político de desenvolvimento da agricultura. Ela não está dissociada de uma estratégia. Estas coisas não estão desconectadas; [...] Porque a gente está falando de uma missão de promover uma agricultura, fortalecer a lógica camponesa de produção, como caminho de desenvolvimento da própria agricultura. Produzir alimentos, levar justiça social de distribuição, diminuição da dependência das famílias agricultoras dos insumos, conhecimento que vem de fora” (Téc-17).

“Nosso desafio tem sido, sobretudo, em pensar a AE como um referencial para olhar a realidade tal como ela existe e não como um modelo idealizado de agricultura. Então, como eu olho os sistemas mais ou menos agroecológicos, mais ou menos convencionais, mas a partir dos princípios da AE? Então, a AE não é, na nossa abordagem, como uma espécie de um modelo ideal de sistema; [...] então, a ideia da AE como um referencial que orienta a enxergar uma realidade que já está dada, que é a realidade que vai mesmo das práticas que as famílias exercem, sejam essa mais ou menos convencionais. Eu posso olhar uma realidade que, inclusive, usa produtos químicos, mas ela pode ter um conjunto de práticas que tem uma eficiência ecológica muito grande, da forma com que ela diversifica o sistema, a forma como ela gerencia água, a fertilidade, outros recursos” (Téc-17).

Os pressupostos que ancoram esta missão de promover a lógica camponesa de produção como caminho de desenvolvimento rural são apresentados na seguinte fala:

“O primeiro pressuposto é então de que as famílias são portadoras de um conhecimento, de uma sabedoria que ela é a base para o desenvolvimento de qualquer outra perspectiva de desenvolvimento técnico, produtivo. Isso é uma referência muito forte. Uma sabedoria, é um conhecimento acumulado. Um conhecimento qualificado, sofisticado que muitas vezes pela ciência convencional é desqualificado. O segundo é que existe uma capacidade criativa e de inovação presente na agricultura e que é possível enxergar. Ou seja, contradizendo a ideia de que os agricultores são resistentes, não inovam. Isso não é verdade. Pelo contrário, há uma capacidade criativa muito grande das famílias. Mas também, mais uma vez, ela é constrangida por estes discursos que desqualifica essas capacidades locais. Terceiro pressuposto é que existe mecanismos de comunicação, de circulação de informações locais, de redes sociotécnicas que são extremamente importantes e que são pouco valorizados. É comum dizer que os agricultores não se comunicam e isso também não é verdade. E o quarto pressuposto diz respeito a capacidade de auto-organização dos agricultores. Contrariamente do que é dito de que os agricultores não se organizam, a gente sabe que existem um tanto de regras de reciprocidade das famílias, de organização dos problemas que estão presentes. O fato concreto é que todas essas qualidades que existem e são natas da agricultura familiar

sempre foram desvalorizadas, constrangidas pelos sistemas convencionais, autoritários, descendentes, que marcam os sistemas mais convencionais de desenvolvimento. Então isso de primeiro reconhecer que existem essas qualidades presentes é um ponto de partida inicial. Isso é bem referenciado, desde o início e até hoje nossa ação” (Téc-17).

Nota-se assim, que a busca por alternativas ao modelo convencional da Revolução Verde vem deste reconhecimento e valorização das estratégias camponesas de produção, organização, comunicação e conhecimento e não de estratégias de transferências de tecnologia, consideradas mais sustentáveis, para estas famílias.

Os objetivos/missão apontados por estas instituições referem-se a à formação política, organização social, fortalecimento da agricultura familiar, criação de associações e cooperativas, desenvolvimento da autonomia, ampliação e difusão de tecnologias alternativas nos territórios, empoderamento das mulheres e criação de alternativas no campo para os jovens.

“E o objetivo é que a comunidade fique ciente e ande com as próprias pernas. Não fique dependente da assessoria técnica permanente. As ongs não vão ficar sempre nas comunidades” (Téc- 15).

“(...) a organização social é a espinha dorsal. (...) se não tiver isso é uma comunidade fragilizada” (Téc-18).

Estas concepções de AE vão ao encontro da constatação feita por Caldart (2012, p. 63) onde considera que está em gestação uma concepção de AE mais ampliada a partir das práticas dos movimentos sociais populares do campo, que a percebem como *“parte de sua estratégia de luta e de enfrentamento ao agronegócio e ao sistema capitalista de exploração dos trabalhadores e da depredação da natureza”*. Nesta concepção a AE inclui: o cuidado e defesa da vida, produção de alimentos, consciência política e organizacional. Compreende-se que ela seja inseparável da luta pela soberania alimentar e energética, pela defesa da recuperação dos territórios, pelas reformas agrárias e urbanas, e pela cooperação e aliança entre os povos do campo e da cidade.

Os métodos adotados por estas instituições refletem uma abordagem fortemente voltada para a participação dos diversos atores envolvidos e para a construção coletiva da aprendizagem, orientados, muitas vezes, pela linha da educação popular de Paulo Freire:

“E sempre na lógica que a instituição não leva um pacote pronto para os agricultores e agricultoras. É um constante processo de diálogo entre todos os atores. No mesmo processo que ela faz a formação ela já faz a leitura da prática, releitura e reorienta essa prática e todos são os sujeitos do processo. Ela não chega com o pacote pronto. Ela constrói junto com os diversos atores” (Téc-16).

Citou-se atividades como intercâmbios, mutirões, diagnósticos participativos, implantação de unidades de referência e a estratégia de denúncia sobre os impactos causados pelo modelo agrícola convencional.



Figura 1. Atividade de Diagnóstico Participativo (PE).



Figura 2. Mapa falado produzido por comunidade rural de Pernambuco.

Os diagnósticos participativos foram ressaltados por promoverem a leitura problematizadora da realidade juntamente às comunidades, sendo esta uma ferramenta de extrema importância por trazer elementos constituintes dos saberes locais e por propiciar a identificação das demandas e possíveis ações:

“Desde o início do nosso trabalho lá, o grande desafio que a gente foi se colocando e que a gente via que era o caminho, é o desafio de mergulhar na compreensão da realidade dos sistemas produtivos, tal como eles existem. E a partir de um enfoque muito voltado a produzir os conhecimentos de forma bastante compartilhada com as próprias famílias; [...]Nos

primeiros sete anos a gente quase que anualmente produziu novos estudos temáticos, diagnósticos da realidade e [...] a cada um desses esforços, e esse que é o aspecto mais importante do trabalho, é que o diagnóstico é um esforço nosso de mobilizar o conhecimento acumulado localmente, a sabedoria ali presente, que se acumulou de práticas e de conhecimento sobre os sistemas de produção e organizar de tal modo que permita não só a nós técnicos, mas aos próprios agricultores a produzir uma nova análise sobre sua própria prática. O papel de mobilização e organização do conhecimento a partir de um referencial (mas também a forma como você olha a agricultura camponesa, do ponto de vista mais socioeconômico, os conceitos sociais e econômicos que orienta a lógica mais camponesa de produção) permitiu uma análise nova, de identificar problemas, de identificar hipóteses de enfrentamento e de forma compartilhada, de modo que a cada esforço feito, isso nos lançava para uma nova ação concreta de busca de soluções, de estímulo a inovação, de estímulo a intercâmbio” (Téc-17).

A seguinte fala aponta para essa constatação de que as ações refletem as demandas das comunidades:

“As cisternas atendem a falta de água num período do ano e por ser uma tecnologia barata, já que muitos não têm recurso para perfurar poços. Os silos garantem a autonomia do agricultor na armazenagem e tratamento de seus grãos, garantido um melhor alimento para as criações. A agrofloresta vem para diversificar a produção e atender a um mercado local que hoje compra tudo de fora. E também a segurança alimentar das famílias, geração de renda na venda das frutas” (Téc-16).

O diferencial identificado em relação ao perfil de atuação anterior recai na preocupação em se fazer uma leitura da realidade compartilhada com a comunidade e, principalmente, de permitir e apoiar uma leitura sob a perspectiva das famílias e não somente sob a ótica dos técnicos da instituição. Essa questão ficou evidente nas falas da profissional da universidade:

“Então...é totalmente diferente de nossas leituras acadêmicas. Fazemos uma leitura da realidade, problematizar lá (junto com a comunidade) e construir seu objeto junto com os agricultores lá ou aqui na universidade, trazendo a comunidade para cá. Então, essa leitura da realidade deles junto com eles e o comprometimento de transformar essa realidade a partir da perspectiva que as famílias estão colocando” (Téc-12).

A professora em questão apresenta uma crítica interessante sobre a forma com que a universidade recebe e interpreta os saberes e práticas tradicionais ao analisa-los ainda sob perspectiva acadêmica. Refere-se à relação da universidade com o conhecimento indígena, que

denomina de ‘*folclorização*’ do conhecimento indígena, como sendo um obstáculo para o processo de diálogo de saberes, ou seja, a falta de reconhecimento da universidade com esses saberes/práticas tradicionais:

“[...] você não mergulha na realidade dos indígenas para pensar junto com eles as suas realidades. A gente traz para si a partir de nossas teorias, a gente interpreta e chega a nossas conclusões; A gente vai, se apropria do conhecimento e não ressignifica a partir das questões que eles trazem, a gente ressignifica a partir de nossas questões, inclusive, com a soberba de falar que a gente está legitimando a partir da ciência, o conhecimento deles...isso sim é o suprasumo das relações desiguais de poder que a ciência coloca. Imagina! A gente se apropria do conhecimento de uma comunidade que historicamente utiliza esse conhecimento, que inclusive o possibilita sobreviver, a gente vai lá e fala que a ciência vai validar aquele conhecimento!” (Téc-12).

Esta fala dialoga com a afirmação de Cunha (2009, p. 306) quando atenta para esse cuidado de não se validar os saberes tradicionais a partir da lógica dos saberes científicos:

“[...] Não se trata aqui, como muitos cientistas condescendentemente pensam, de simples validação de resultados tradicionais pela ciência contemporânea, mas do reconhecimento de que os paradigmas e práticas de ciências tradicionais são fontes potenciais de inovação da nossa ciência”.

Como forma de tentar sanar ou evitar este ‘equivoco’ cometido pela academia, nos eventos organizados pelo núcleo de AE da universidade, são convidadas várias comunidades, de diferentes origens socioculturais para apresentarem suas questões e estratégias de resistência: *“Então invertemos os papéis. As comunidades foram nossos educadores e possibilitamos um diálogo diferenciado com eles a partir desta perspectiva do fazer, do conhecer...a partir da diversidade; [...] convidamos mulheres agricultoras do sertão, quilombolas do sertão, comunidade indígena, povos de terreiro, porque a gente sabe da tradição dos povos de terreiro com relação à questão da segurança alimentar, porque eles tem essa relação de dívida com o alimento de outra forma. Tem um fundo de religiosidade muito forte” (Téc-12).*

“Porque a gente simplesmente ouvir, não se estabelece o diálogo, né? A gente simplesmente trazer as questões: o que estas comunidades estão propondo para o nosso campo de reflexão, isso também não necessariamente supõe o diálogo. Então, acho que isso é um desafio que a gente tem que enfrentar no nosso dia a dia, para não ser folclore, para a gente realmente conseguir entrar no mundo das comunidades e contribuir no processo de construção do conhecimento a partir de outras bases, de superar a ciência convencional que é totalmente compartimentalizada, disciplinada para o universo do conhecimento dessas comunidades, que

é complexo, que vê e trabalha com a dimensão da vida de outra forma, inclusive os grupos que vieram trazeram a dimensão da espiritualidade que isso, para a ciência, seria também um anacronismo total. Então a gente tem esse desafio, a gente tem que rever a forma como a gente problematiza as questões, como a gente compartilha essa problematização, né? Rever como a gente trabalha conhecimento, qual a contribuição da academia afinal? Como superar as nossas barreiras para conseguir pelo menos compreender o universo do outro? Então, como criar novos conhecimentos? (Téc-12).

Destaca-se nos depoimentos acima a preocupação em se trazer para o diálogo as perspectivas das comunidades e buscar a reflexão a partir destas abordagens e não a partir da racionalidade técnico científica. Relaciona-se esta diretiva aos elementos presentes na ideia da Ecologia de Saberes, quando Santos (2007, p.85) propõe o pensamento pós-abissal, como um saber ecológico, um pensamento não-derivativo, pensado a partir de outras perspectivas, fundado no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos. “A ecologia de saberes baseia-se na ideia de que o conhecimento é interconhecimento”.

Segundo o mesmo autor, a primeira condição para um pensamento pós-abissal é a *co-presença radical*, que concebe a pluralidade epistemológica do mundo como contemporânea em termos de igualdade: “Implica conceber simultaneidade com contemporaneidade” (SANTOS, 2007, p. 8)

As demais instituições também apontaram a importância dos saberes locais e a proposta da construção coletiva da aprendizagem:

“Para mim, construção do conhecimento é a junção de conhecimentos. Para mim, não existe um só conhecimento. Não existe uma única forma de se fazer. Para mim, a construção do conhecimento é quando a gente junta o meu conhecimento, com o teu, com o de Pedro, com o de Djones, né? E daí nasce um novo conhecimento, que é particular destes autores que participaram desta construção. Eu acho que a construção do conhecimento não tem receita, não tem modelo...não é só técnica. Acho que construção tem por trás gente, acho que não existe conhecimento sem gente, sem pessoas, sem considerar estas pessoas” (Téc-13).

“Porque a gente tem que respeitar o conhecimento dos agricultores, tanto religioso, como prático. Porque é ele que vivencia o dia a dia do trabalho, ele é que vive na propriedade dele, ele sabe o que entra de insumo, o que sai de produto, qual a relação de um subsistema com o outro, por exemplo, a ligação do quintal produtivo com a criação de galinha. Então ele conhece essa divisão; [...]E cada técnico tem seu jeito de trabalhar. Não tem aquela história do técnico besta, que chega levando a verdade. O técnico tá levando o que ele conhece e o

agricultor tá levando o que ele conhece. Até porque, mais sabedores que os técnicos, são os agricultores. Então, é conviver?” (Téc-15).

“[...] nós fazemos todo esforço possível para garantir na nossa metodologia de trabalho que a gente ouça diferentes vozes. Não é fácil. A gente precisa se recriar...e tem momentos que é lavando louça com a mulher que você vai conseguir dialogar determinados assuntos. Então diria assim...todos os espaços, todos os momentos são pedagógicos. Às vezes é lavando a louça, as vezes é junto plantando a muda, carpindo, colhendo alguma coisa que a gente vai fazer esse processo. A gente sempre trabalha assim: Vamos fazer junto, fazer com. Fazer com significa pegar uma pá e ir lá junto com as famílias e enquanto a gente está dialogando, os agricultores vão falar, nós vamos falar e assim expor os diferentes pontos de vista. Nada é assim que vai com algo pronto. Sempre tem essa interação. Todos os momentos e todos os espaços. É uma desconstrução né?” (Téc-16).

O processo de politização e conscientização sobre os impactos causados pelo sistema agrícola convencional ocorrem também nestes espaços de diálogos, considerando aí também o papel dos saberes locais e suas estratégias de reação;

“Há o debate sobre o projeto político, como você politiza a ação, ela vai nascer também desse trabalho. O trabalho, a construção do conhecimento vai desde o esforço de ir na raiz dos conhecimentos locais e articular uma leitura mais estruturada sobre ele, mobilizando conhecimentos de fora e a partir dele que você traz conceitos que possa ajudar na análise conceitual; [...] Então, isso tem permitido a gente também politizar o debate. Cada comissão, por exemplo, de sementes, ao mesmo tempo que resgata as sementes locais, trabalha com a estratégia de concentração do banco de sementes no território. Ela também produz a crítica na forma com que o Estado, historicamente, disseminou variedades chamadas de melhoradas em grande escala, comprometendo os materiais locais. Ela produz críticas sobre o discurso oficial de que o agricultor não produz sementes, só grãos. São discursos desse movimento que nasce também uma crítica aos transgênicos, que tira a autonomia das famílias e é uma ameaça ao patrimônio genético local” (Téc-17).

Outras ações que também refletem esse reconhecimento dos saberes locais e a importância da participação das organizações rurais em todo o processo de trabalho são as parcerias estabelecidas com sindicatos e associações, sendo muitas vezes, estas as responsáveis por apontar quais famílias receberão os projetos e quais atividades serão desenvolvidas, e também a presença de agricultores e agricultoras compondo as equipes de trabalho.

“Toda nossa ação ela passa por dentro das organizações sindicais e associativas; [...] então, há uma apropriação muito forte do enfoque que a gente vem construindo não só pela

equipe, mas pelos dirigentes. Os dirigentes se apropriaram de uma forma bastante consistente. Este aspecto ele é responsável pelos resultados que vem sendo produzidos nessa região (Téc-17).

Sendo assim, destaca-se nas formas de atuação destas instituições a legitimidade atribuída aos saberes, práticas e modos de vida das comunidades, assim como às organizações sociais do campo, como responsáveis por indicar vários aspectos do trabalho a ser desenvolvido.

Outra importante constatação apresentada pelos técnicos foi o fato dos trabalhos serem desenvolvidos em grupos e nunca de forma isolada:

“Os intercâmbios, pelo menos no começo, foram importantes, foram atividades que deram bastante impacto. Agora, neste momento estamos sentimos que os mutirões têm bastante impacto, estão sendo bastante positivos. Mas, o que dá para notar mesmo é que aonde avançou, a família não estava isolada, ela estava dentro de um grupo, este grupo estava construindo constantemente, reunindo, tocando atividades de forma autônoma, com o acompanhamento dos técnicos também. Então, acho que daria para colocar como o mais central é essa parte dos grupos; [...] A gente geralmente trabalha com o grupo e com o grupo vai construindo as ações” (Téc-14).

“A forma de trabalhos é em grupos. Tirar do agricultor essa visão de individualidade. Grupos de base, de cinco, dez, quinze famílias. Esses grupos recebem assessoria esporádica. A cada mês tem visitas técnicas, encontros de forma rotativa, cada reunião na casa de uma família, até para essas famílias se conhecerem; [...] E aí faz essa troca, trabalha com essa lógica de troca de saberes. Não tem essa extensão conservadora. Esses são os valores desta nova ATER, muito a partir da filosofia do Freire. Freire seria nosso ícone de metodologia de educação no campo, de nova ATER, nova forma de estabelecer a comunicação, de forma participativa e construtiva” (Téc-19).

Foi possível acompanhar a execução de duas atividades organizadas por uma instituição, onde se observou a relação entre a promoção da participação e o tempo de convivência existente entre técnicos e agricultores e agricultoras. Apesar de seguir a mesma orientação pedagógica e metodológica de atuação observou-se que na comunidade onde o tempo de relação com a instituição era recente, as interações e o nível de participação eram muito limitadas, enquanto que em outra comunidade, onde havia todo um histórico de convivência, a participação era ativa. Esta observação sinaliza para o fato de que a confiança, construída através do tempo de convivência, representa um importante condicionante para a promoção da participação e diálogo com as comunidades rurais.

Os resultados apresentados enquanto consequências dos trabalhos desenvolvidos estão em consonância com os objetivos das instituições, como sendo a construção de alternativas ao modelo convencional agrícola, a garantia da segurança alimentar, a construção de autonomia nos processos produtivos e de comercialização e a ocupação nos espaços de decisão:

“[...] aonde você trabalha no que é seu, a hora que você quiser, ter autonomia de cortar, de tirar, de botar aqui, ali...de não ter um patrão ali mandando em você. Eu vejo assim, (como resultado) o próprio conhecimento que as comunidades têm. A autonomia que elas têm de decidir se quer ir vender na feira, no PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). Se quer produzir só para se alimentar e sustentar a família; [...] Tem pessoas participando dos conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável, presidentes de associação, entrando em sindicatos...então eu acho que isso tudo é fruto desse trabalho, deste processo” (Téc-13).

“Não há mais falta de alimentos na seca” (Téc-17).

Indicou-se também como resultado a formação de cooperativas e redes de intercâmbio que favoreceram, em muitos aspectos, o fortalecimento da AE ao se fazer presente e reconhecida em outras instâncias da sociedade, como as universidades e os sistemas de crédito:

“[...] alguns municípios adotaram a ideia da construção de cisternas; as entrega para a merenda escolar. Hoje, nas cooperativas de crédito, você pode financiar silos, cisternas, pode financiar agroflorestas...e eu acho que isso são avanços. E você tem uma ATER que não está mais focada só num aspecto, ela precisa dominar várias áreas do conhecimento para chegar nos agricultores, porque o agricultor está dominando Ele consegue fazer uma leitura do seu solo, das plantas indicadoras, uma relação entre as plantas, ele domina uma série de conhecimentos que faz a ATER andar mais rápido e não olhar uma plantinha só. E sem contar que a gente consegue pautar as universidades. As universidades começam a estudar as agroflorestas, estudo socioeconômico, estudo químico, microbiológico do solo, relação entre plantas...e isso não tinha antes. E por outro lado, você tem um outro tipo de produção que não o agronegócio. E são tecnologias perfeitamente adaptáveis a qualquer unidade de produção a baixíssimo custo. São fatores bastante positivos do nosso trabalho. E isso nos dá elementos para gente ir pro embate pra dizer que esse sistema aí não serve, falar não pros agrotóxicos. Temos argumentos de que dá pra produzir diferente. Se tivéssemos uma vontade política diferente, daria para produzir diferente” (Téc-16).

A ação em redes também foi referida por favorecer a existência de bancos de sementes, responsáveis por acabar com os sistemas locais de exploração e a preservação do patrimônio genético local.

“Se você olhar para o território, por ser uma ação em rede, ela foi ganhando escala, escala social e diversidade em inovação. É fruto dessa ação em rede que hoje você tem nessa região, por exemplo, na área de sementes uma rede estruturada de 60 bancos de sementes comunitários que atende aproximadamente hoje 2000 famílias e que tem permitido não só garantir uma segurança no acesso a semente, mas conservar a diversidade do patrimônio genético local, essencial para ajudar as características do ambiente, e das preferências de uma série de valores associado ao cultivo” (Téc-17).

“O fato de existir essas redes sociais organizadas é tão importante quanto as tecnologias geradas agora, porque é a construção, reestruturação de um tecido social que passa a operar preocupada com a produção de inovações, articulada para resolver seus problemas, mas também para garantir autonomia na produção de alimentos” (Téc-17).

Ainda como resultados indicou-se a inserção das mulheres na produção, o aumento no número de grupos de AE, de produções certificadas, de agroindústrias e feiras agroecológicas.

Constata-se, assim, a relação dos resultados com o objetivo de desenvolvimento da autonomia e de estratégias de enfrentamento e resistência ao modelo agrícola convencional. Estas estratégias consistem, principalmente, na organização social e política destas famílias e na valorização de seus conhecimentos como propulsores de novos arranjos epistemológicos e produtivos.

As dificuldades encontradas na execução das ações e alcance dos objetivos referem-se, principalmente, a pressão exercida pelo agronegócio na região que, nos casos pesquisados, consistem nos cultivos de cana-de-açúcar, soja e o fumo. Ademais, apontou-se como outro desafio a manutenção de comportamentos, tanto dos agricultores como dos técnicos, pautados no assistencialismo, paternalismo e imediatismo.

“Mas, o grande desafio é a gente desconstruir com esse modelo que historicamente se trabalhou a agricultura familiar, num modelo pautado no imediatismo, no paternalismo, no assistencialismo. Hoje a gente se depara muito com essas comunidades que a gente tá chegando agora e quando a gente fala do projeto e as pessoas não entendem logo de cara o que é o projeto e ficam ansiosas para saber, de fato, o que elas vão ganhar...se vão ganhar dinheiro, ganhar galinha, caixa d'água...se vai vir um trator...e aí, a gente tenta mostrar que o caminho é outro. E aí, pra mim, esse é o grande desafio dessa ação como um todo. Que a gente possa desconstruir este modelo de dar e partir pra um outro modelo onde as famílias sejam protagonistas, que corram atrás, que elas tenham a consciência de que são cidadãos e enquanto cidadãos, corram atrás de seus direitos, que lutem, briguem e pautem” (Téc-13).

“É bem difícil dos comunitários aceitarem o novo. Eu lembro de uma situação bem marcante que era a questão do roçado sem fogo. Boa parte dos comunitários diziam que aquilo não ia dar certo, que precisava do fogo...porque é costume deles, né? Eles estão ali há séculos fazendo dessa maneira. Então para eles nunca ia dar certo, né?” (Téc-18).

As dificuldades de mudança, seja no plano técnico/prático ou no plano das ideias e motivações podem ser explicadas pela teoria de Pierre Bourdieu (1983) ao revelar os diversos espaços e mecanismos de reprodução de um *habitus* e seu alinhamento com os campos de poder e de interesses, eficazes na manutenção de formas de pensamento e ação. Tanto o comportamento dos técnicos, que historicamente, foram formados para transferir conhecimentos e técnicas, a partir do pressuposto da superioridade do saber técnico científico sobre os saberes populares, como o comportamento das comunidades rurais, cujo saberes e práticas foram, por décadas, desprezados e considerados como atrasados, refletem a estrutura de um campo de poder e de interesses, que como apresentado anteriormente, consiste no crescimento em escala das corporações industriais e no fomento de consumo de massa, tornando o meio rural consumidor de produtos agrícolas.

Indicou-se como desafio a questão do ‘envelhecimento’ e esvaziamento do campo, causados por três motivos principais na região nordeste do país: saída constante dos jovens para as cidades, crise fundiária e violência rural.

“Os desafios estão conectados, mas o desafio de fortalecer o movimento de juventude, porque o tema da sucessão é crucial, eu diria que é um dos grandes gargalos, numa região onde você vive uma crise agrária por falta de terras; [...] E este desafio está ligado a outro que é uma violência rural crescente que tem proporções inimagináveis. Por um lado, hoje, você tem o estancamento da imigração por seca ou outros problemas associados a pobreza, a falta de produção, mas por outro lado, a violência no campo tem expulsado muitas famílias do campo. No asso passado, por baixo, mais de 700 famílias saíram da área rural para a cidade por insegurança. Nosso desafio está mais nesse campo estrutural: sucessão, crise fundiária e da violência” (Téc-17).

“[...] E assim, o êxodo rural tem a cada dia aumentado né, com as usinas, as indústrias, esses polos de desenvolvimento, né? O falso desenvolvimento, tem aumentado a saída dos jovens do campo para as cidades. Então, este é um grande desafio. Enquanto a gente não conseguir uma política pública, enquanto não conseguir que o jovem consiga viver no campo com dignidade, e ele consiga perceber isso, né? Que isso possa ser uma escolha, parta de uma escolha dele: sair do campo ou ficar. E que a gente sabe que isso não acontece. Ele não sai por uma escolha, ele sai por uma obrigação” (Téc-13).

Outros desafios relacionam-se à ampliação dos trabalhos com AE para as regiões e a limitação de canais de comercialização para produtos agroecológicos.

Indicou-se também o desconhecimento de alguns setores da prefeitura e órgãos governamentais sobre a realidade da agricultura familiar que se refletem na inadequação de exigências contidas em programas e políticas públicas oferecidas a este público.

Por fim, a análise de atuação destas instituições permite aferir que apesar de haver semelhanças entre os objetivos indicados pelas demais instituições (dos outros perfis), a motivação e o caminho desenvolvido por estas diferenciam-se, principalmente, na compreensão da conjuntura política e as formas de atuação conduzidas, capazes então de potencializar a transição paradigmática no meio rural.

A importância que se dá aos saberes locais e à participação dos agricultores e agricultoras expressa o reconhecimento tanto dos limites e intencionalidades dos saberes e técnicas (desenvolvidas por instituições de ensino e pesquisa) que foram condicionantes para a propagação do paradigma moderno ocidental na agricultura, como das possibilidades de mudanças de organização e produção advindas dos saberes locais, por representarem cosmovisões e racionalidades distintas. Esta orientação dialoga com afirmações de Bourdieu ao apontar a interação entre distintas experiências de organização e reprodução social como potenciais possibilidades de reorganização dos esquemas generativos que conformam o *habitus*, sendo este a sustentação do modo de apreensão da realidade (ORTIZ, 1983, p.16):

“O *habitus* se sustentaria através de esquemas generativos, que, se por um lado, antecedem e orientam a ação, por outro lado, estão na origem de outros ‘esquemas generativos’ que presidem a apreensão do mundo enquanto conhecimento”.

Esta mesma orientação pode se relacionar à ação-com-*clinamen*, apresentada por Boaventura de Sousa Santos, onde as ações têm a capacidade de proporcionar desvios, mudanças, movimentações que promovam combinações complexas e criativas entre indivíduos e grupos sociais. O papel da ecologia de saberes consiste na identificação das condições que maximizam a possibilidade de agir com *clinamen* (SANTOS, 2007).

Considera-se que a forma de atuação destas instituições e as concepções adotadas de AE estão alinhadas com a proposta de Ecologia de Saberes que, segundo SANTOS (2010, p.154) consiste em “um conjunto de epistemologias que partem da possibilidade da diversidade da globalização contra-hegemônicas e pretendem contribuir para as credibilizar e fortalecer”. Atribui-se a esta promoção de encontros epistemológicos e ao posicionamento crítico em relação ao paradigma moderno ocidental na agricultura ações essenciais na busca pela transição paradigmática.

6.1.4. Fontes de fomento e os entraves para o desenvolvimento da AE

Pelo fato de seis instituições terem apontado as fontes de fomento como importantes entraves no desenvolvimento dos princípios agroecológicos, discorrem-se aqui algumas reflexões sobre o assunto.

As fontes de fomento acessadas pelas instituições estão apresentadas na Tabela 2.

As considerações apresentadas pelas instituições a respeito das chamadas públicas de ATER, com exceção da Chamada Pública de ATER AE, referiram-se a manutenção de instrumentos e diretrizes inspirados na lógica da extensão convencional, o que dificulta o desenvolvimento de processos dialógicos e construções coletivas de aprendizagem.

“Agora os instrumentos da política, um dos grandes desafios nessa área, é que os instrumentos acabam sendo muito inspirados nos modelos convencionais de implementação da política. Há evoluções positivas, mas, as primeiras chamadas de ATER, toda a lógica da ATER, está dirigida para a assistência individual. Todo esse campo da produção coletiva de conhecimento, da construção de redes locais, pelo desenho dos instrumentos pensados, eles são concebidos e moldados para atender uma lógica ainda muito orientada pelo difusionismo do que por desencadear processos locais de desenvolvimento e produção de conhecimento (Téc-17).

“Tem esse engessamento de número de atividades, visitas, toda uma lógica que é difícil... e aí a gente tenta adaptar, se inserir dentro da chamada. Nas atividades, a gente convida outros públicos também...tenta otimizar. As Chamadas Públicas são bastante inflexíveis, mas nós, felizmente, temos um aporte, um controle de gestão muito forte que dá essa condição” (Téc-19).

Problematizou-se ainda a prevalência de atendimentos individuais estabelecidos pelos editais.

“Os métodos de assistência técnica convencional, eles olham as propriedades, mas não dão espaço para que as instituições compreendam melhor o desenvolvimento dos territórios onde esses sistemas são desenvolvidos. E esse é um diferencial importante, que eu diria que é um grande desafio de abordagem. Quando dirigidos às famílias são limitadas a não produzir processos de reflexão sobre o território como espaço de produção e inovação. O território é um espaço de disputa, não é só individual. Ela [família] sofre influências, constrangimentos que abrem oportunidades que são produzidas pelo território onde estão inseridos. Então, se eu não crio um ambiente não só para ler o sistema de produção dessa

Tabela 2. Fontes de fomento acessadas pelas instituições entrevistadas.

| Fontes | Instituições |
|--|------------------------|
| Chamada Pública de ATER AE - INCRA/MDA/nº12/2013: | 13/ 17/ 15 |
| Chamadas Públicas de ATER Extrativista- INCRA/DD/nº 01/2013 | 6 / 18 / 10/ 14 |
| Chamada Pública de ATER-Sustentabilidade/MDA | 1 |
| Chamada Pública de ATER para diversificação do Tabaco | 19 |
| Chamada Pública de ATER para Quilombolas-DPMRQ/MDA nº 006 /2014 | 5 |
| Chamada MDA/CNPQ-para Núcleos de Estudo em AE e Produção Orgânica - NEA | 12 |
| Redes Ecoforte | 14 / 15/ 17/ |
| Action Aid | 13/ 17 |
| Organização Pão para o Mundo -PPM | 16/ 19 |
| Cooperação Internacional Comitê Católico Contra a Fome a Favor do Desenvolvimento -CCFD | 17/ 19 |
| Demais fontes: Petrobrás, Fundo Nacional Brasileiro da Biodiversidade -Funbio, Fundos da Cooperação Mondragon, Secretaria de Economia Solidária- SENAES, Fundação Interamericana-IAF, Projeto Água nas Escolas -Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome -MDS e Articulação no Semiárido Brasileiro -ASA e recursos advindos de compensações ambientais | 11/ 18/ 19/ 14/ 16/ 17 |

família, mas de produzir uma leitura e como o desenvolvimento das agriculturas se dão no território: quem são os atores? quais são os mercados? quais são os conflitos?... dificilmente eu vou permitir que minha assessoria para o desenvolvimento da AE se faça. A AE não se faz numa propriedade só, o futuro dela depende da construção de territórios agroecológicos. Isso tem influência nos atores para além dos agricultores, tem influência no poder público local, nas universidades, escolas” (Téc-17).

Conforme explicitado nos depoimentos acima, a maioria dos instrumentos da PNATER estão ainda presos às estruturas metodológicas e operacionais orientadas pelo difusionismo e assistencialismo. Não é contemplada abordagens que proporcionam a troca de conhecimentos e a construção de redes e grupos locais como forma de fortalecimento da

agricultura familiar e de um movimento de resistência às formas hegemônicas de produção e organização social da agricultura convencional.

Durante as pesquisas de campo foi possível acompanhar uma atividade desenvolvida por uma instituição que acessava a Chamada Pública de ATER Extrativista- INCRA/DD/nº 01/2013, no Pará. Nesta atividade, pode-se observar como as burocracias exigidas pela chamada dificultam a execução do projeto. A atividade estava prevista para ocorrer em dois dias numa comunidade isolada e muito numerosa em termos populacionais. O trabalho de assinatura na lista de relação dos beneficiários dos serviços demandou mais que a metade de um dia, gerando cansaço, frustração e desistência de participação de muitos agricultores e agricultoras.

A objetivo da atividade era apresentar os caminhos e incentivar as famílias a comercializarem seus produtos para os programas do PAA e PNAE. Apesar da importância dessa política para a agricultura familiar, ficou nítido que aquela iniciativa não representava a demanda mais urgente daquela comunidade, que ainda se encontrava muito desorganizada (socialmente) e desmotivada para tal empreitada.

A estrutura deste edital, acessada por quatro instituições, foi muito criticada por ser inadequada tanto à realidade das famílias atendidas quanto ao desenvolvimento dos princípios agroecológicos, devido às exigências contidas no contrato e a ausência de diálogo e compreensão do trabalho em campo realizado pelas instituições.

[...] E nestes editais do Incra, a orientação é voltada para a AE! Isso foi uma conquista do movimento social, mas não está acontecendo. As entidades que acessam estes editais, se não tem essa bandeira da AE, simplesmente não faz, não tem esse compromisso. As chamadas de ATER pegaram só o método da ATER convencional. E muito do que é feito pelos técnicos, que tem um impacto enorme para as famílias, não conta para o Incra, como por exemplo, buscar as famílias para as feiras, buscar produtos, trabalhar no sábado. Faz pela militância mesmo, porque nem recebem por isso” (Téc-14).

“Este edital vem amarrado numa estrutura de ATER velha, uma ATER que tradicionalmente já vem no seu currículo uma trajetória de não ter dado certo. Esta ATER que vem sendo executada na resex (reserva extrativista) se fundamentou na experiência de ATER dos assentamentos. Isso já é um grande problema. O assentamento é extremamente diferente das reservas com populações tradicionais; [...] Quando se chama eles se ‘assentados’ já se comete um arbítrio, um grande problema. Nego historicamente um direito sobre a terra: Eles não são assentados” (Téc-6).

“Existe uma distância muito grande entre o que está no papel e o que as comunidades querem. O edital não está adequado à realidade das comunidades” (Téc- 6).

“A agricultura familiar parte de um princípio de você trabalhar o coletivo na base. Quando você traz a base para uma distância que você quer que alcance o mercado, ela já começa a diferir, já começa a ter um peso maior porque as pessoas têm que criar responsabilidades de atender uma necessidade que não é delas. Porque nas comunidades eles plantam de tudo para a subsistência. O excedente eu vendo pro meu compadre. A necessidade maior dele não é de atender ao mercado, é de suprir sua necessidade familiar. Essa é a dinâmica da agricultura familiar” (Téc-10).

Apontou-se que estes projetos com o Incra vêm sendo sucateados há muito tempo, pois cada vez aumenta-se o número de famílias por técnico, diminui-se os recursos e elimina-se a proposta que anteriormente havia de se trabalhar com equipes multidisciplinares.

As críticas recaem também sobre as condicionantes impostas, onde se trabalha por resultados, por alcance de metas:

“É muito engessado. Os técnicos ficam loucos para cumprir as metas. E tem vezes que chove e não dá para ir. E as entidades são penalizadas. Não são remuneradas. E os projetos de forma geral, são pensados por pessoas que estão atrás de computadores com os pés na cidade. Não existe um mínimo canal de diálogo com quem está em campo. Em vez do processo avançar, só piora. Por exemplo, os técnicos veem que a demanda é por unidades de referência, e os editais vinham com as metas de oficinas. Os pagamentos atrasam muito. Tem que cumprir as metas senão o recurso não vem e as metas, às vezes, é incompatível com a realidade das famílias. São metas bem fechadas. No cronograma físico financeiro não tem nenhuma relação com a realidade (Téc-14).

“[...] É um edital com muita atividade, muita carga horária para oficinas. 60% do edital são oficinas; (...) as comunidades dizem pra gente que estão cansadas de participar de oficinas” (Téc-18);

“O contrato de ATER é um processo burocrático. Transforma as entidades operadoras em ‘contrateiras’, executoras de contrato. O mais importante num processo como esse é gerar relatórios para o governo, gerar números: números de visita, números de encontros, de cursos. Não interessa o que isso gera de resultados lá, o impacto que isso cria lá positivamente; o importante é que você deu conta de executar regras burocráticas estabelecidas no contrato; [...] o que determina a eficiência deste processo não são os aspectos técnicos; que é o elemento central da ATER tradicional, são as relações sociais; é exclusivamente sociocultural, não é econômica” (Téc-6).

Conforme o explícito pelas falas, estas chamadas de ATER do Incra/MDA que apresentam esse compromisso com a AE, não alteraram a metodologia e a concepção de assistência técnica que serviu à disseminação da Revolução Verde. Por estes motivos, o desenvolvimento de processos de transição agroecológicos não é favorecido por estes instrumentos.

A Chamada Pública DPMRQ/MDA n° 006 /2014 acessada por uma das instituições foi também criticada por ser inadequada para o desenvolvimento da AE na região amazônica, que segundo a técnica entrevistada, teria sido a mesma chamada elaborada para a região nordeste.

“Brasília não tem a mínima noção do que é a dimensão amazônica...uma chamada pública que é voltada para a região nordeste, ela não se aplica na região amazônica. São dinâmicas diferentes. A gente tá passando por uma dificuldade com a chamada pública quilombola. São quatro comunidades de terra firme e cinco de várzea. A dinâmica dos rios faz com que você só consiga trabalhar na várzea durante seis meses, porque há um êxodo da população que mora na várzea. As famílias se mudam...passam quatro, cinco meses na terra firme. E a gente precisa cumprir metas que são para o ano inteiro” (Téc-5).

“Eles colocam o pacote de comunidades, o número que vai ser atendido, mas as metas e os objetivos são os mesmos. É um pacote! Na verdade, esta discussão do governo, ele tenta trazer a AE como mais um pacote para a agricultura familiar. Não é uma relação de construção” (Téc-5).

Pode-se constatar assim que os instrumentos presentes nestas chamadas, assim como os aspectos burocráticos das mesmas não favorecem o desenvolvimento da AE no campo, uma vez que mantem estruturas pedagógicas e de intervenção ainda pautadas pelo método difusionista e assistencialista de extensão. A falta de diálogo com as entidades contratadas, assim como o direcionamento das atividades a serem executadas inviabiliza a construção de ações coerentes com cada contexto e a promoção do protagonismo das famílias atendidas.

A única chamada que se diferenciou dessa tendência, segundo as impressões das instituições entrevistadas, é a Chamada Pública ATER AE onde mudanças referentes ao tempo de duração da chamada, como da possibilidade existente de um planejamento a partir das demandas das comunidades favorecem a construção coletiva da aprendizagem.

Este edital, lançado em outubro de 2013 pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) em conjunto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para seleção de projetos de ATER com foco na AE, tinha por objetivo *“consolidar e ampliar os processos de transição agroecológica existentes promovendo o desenvolvimento local e*

territorial assim como, os processos organizativos dos agricultores e agricultoras familiares que encontram-se em diversos estágios de transição para agriculturas mais sustentáveis”(BRASIL, 2013).

Segundo umas das instituições entrevistadas, a chamada de AE iniciou uma série de inovações, como a contemplação de espaços coletivos de diagnósticos e ações, como os intercâmbios e mutirões.

“A ideia de ter, além do acompanhamento técnico, mecanismos que permitam você ajudar a implementação da chamada, ao contemplar atividades de intercâmbio, espaços mais coletivos, de diagnósticos, uma serie de instrumentos que tem contribuído para que os editais sejam mais flexíveis para abordagens das quais a gente está colocando” (Téc-17)

Uma das instituições que acessou esta chamada aponta que esta diferencia-se das anteriores por ter sido construídas juntamente aos movimentos sociais e organizações que trabalham com a agricultura familiar:

“[...] as outras chamadas, elas eram de doze meses e essa chamada ela já é de 3 anos e ela não vem com as atividades pré-definidas, como as outras, que vinha já com tantos dias de campo, tantas visitas técnicas, tantas oficinas de produção de banana...dependesse de que cadeia produtiva era a chamada, né? Não! Essa chamada ela vem com os seis primeiros meses pré-definidos, que a gente chama de atividades pré-fixadas. Essas atividades vão desde a mobilização das famílias, reunião para selecionar as famílias, reunião com as famílias selecionadas. Depois tem uma visita, que é uma atividade individual, que é chamada de caracterização da UFP (unidade familiar de produção). E essas atividades culminam com o diagnóstico, que é um diagnóstico comunitário. E é a partir desse diagnóstico que a gente vai tá construindo junto com as famílias, num planejamento municipal que tem futuramente, quais as ações que a gente vai estar desenvolvendo nestes três anos” (Téc-13).

Outra novidade presente nesta chamada foi a permissão de haver agricultores compondo a equipe técnica dos trabalhos, como agricultores multiplicadores:

“Nesta equipe da chamada pública nós temos três agricultores que estão cadastrados no ministério como agricultores multiplicadores. Então, eles entram na equipe como sendo da equipe técnica mesmo. Isso faz um grande diferencial de diálogo, de agricultor para agricultor. É muito, muito massa mesmo, muito bom” (Téc-13).

Uma crítica apresentada sobre esta chamada refere-se à demora na liberação dos recursos:

“O trâmite que passa pela realização das atividades, encaminhamento para aprovação do fiscal do MDA, emissão da nota fiscal pela prestação do serviço e a efetivação

do pagamento, demanda tempo considerável e se torna financeiramente insustentável para a situação das Ongs que têm que arcar com todas as despesas das atividades iniciais e de pagamento de pessoal, tornando financeiramente insustentável” (Téc-13).

Destaca-se que as três instituições que acessaram este edital estão presentes no terceiro perfil de concepção e atuação em AE, o que corrobora a adequação de tal instrumento para a construção de abordagens mais dialógicas e construtivas no meio rural. Constata-se também que as instituições presentes no terceiro perfil apresentam diversas fontes de fomento, sendo as principais advindas da cooperação internacional, que oferecem maior autonomia na elaboração dos projetos e na forma de gasto dos recursos.

6.2. Estudo de Caso: A experiência agroecológica do projeto Redes ECOFORTE na Unidade de Referência Assentamento 17 de Abril-Restinga/SP

O Programa Redes Ecoforte compõe uma série de estratégias previstas pelo Plano Nacional de AE e Produção Orgânica (PLANAPO), conhecido sob a denominação de Brasil Agroecológico. Este plano constitui um instrumento da Política Nacional de AE e Produção Orgânica (PNAPO), promulgada em agosto de 2012, através do Decreto nº 7.794, lançada pelo governo brasileiro com o objetivo de ampliar e efetivar ações de promoção do desenvolvimento rural sustentável, impulsionado pelas crescentes demandas advindas dos movimentos sociais do campo, da floresta e da sociedade em geral por segurança e soberania alimentar, justiça social e preservação dos recursos naturais.

O primeiro ciclo do PLANAPO que abrangeu o período de 2013 a 2015 consiste em um amplo conjunto de ações públicas dividido em 4 eixos: Eixo I-Produção; Eixo II- Uso e Conservação de Recursos Naturais; Eixo III- Conhecimentos; Eixo IV- Comercialização e Consumo.

O Programa Ecoforte integra este primeiro plano no Eixo I e visa o fortalecimento e a ampliação das redes, cooperativas e organizações socioprodutivas e econômicas de AE, extrativismo e produção orgânica. Em 2014 é lançado o Edital de Seleção Pública nº 2014/005 - Redes ECOFORTE, no qual a Rede de AE do Leste Paulista –RALSP submete e consegue aprovação do projeto ora aqui analisado.

6.2.1. Contextualização da Região do Leste Paulista e a Rede de Agroecologia do Leste Paulista⁷

A região Leste Paulista - Alta Mogiana - situa-se sobre as bacias hidrográficas dos rios Piracicaba e Mogi Guaçu, representando uma região estratégica para o abastecimento de água. Esta região se destaca por estar entre as mais elevadas taxas de consumo de água para uso na agricultura paulista, tratando-se da maior área irrigada do Estado de São Paulo (57.308 hectares irrigados).

As culturas predominantes nesta região são olerícolas, frutíferas, grãos, cana-de-açúcar e pastagens e suas produções comportam uma série de práticas que representam sérios riscos ao ambiente e ao homem, como intoxicação dos trabalhadores rurais, degradação e contaminação dos recursos naturais, insegurança alimentar, êxodo rural, perda da biodiversidade, entre outros. Esse contexto evidencia a responsabilidade da agricultura convencional e agroquímica na geração desse quadro regional de degradação socioambiental.

Por outro lado, nesse território estão presentes mais de trinta mil agricultores familiares, que têm demonstrado interesse na construção de sistemas agrícolas mais equilibrados e sustentáveis. De acordo com o levantamento realizado pelos Conselhos Municipais e Regionais de Desenvolvimento Rural sobre as demandas dos agricultores desta região, destacam-se temas relacionados à recuperação de mata ciliar, práticas conservacionistas do solo, implantação de Sistemas Agroflorestais e Agrossilvipastoris, pasto apícola, diversificação da produção agrícola, organização social, manejo racional da água na agricultura, certificação orgânica participativa e processamento/agregação de valor dos produtos agrícolas.

Neste cenário surge, em 2005, a Rede Leste Paulista de AE, a partir de uma articulação interinstitucional para elaboração e aprovação do projeto na chamada MDA/MCT/EMBRAPA: "*Disponibilização e apropriação de técnicas para agricultores familiares brasileiros com enfoque na AE, por meio de redes de referência no Estado de São Paulo*". A criação de um Conselho Gestor favoreceu a consolidação dessa Rede através do aperfeiçoamento de processos e mecanismos de diálogo entre os atores envolvidos, sendo estes: organizações representativas de agricultores familiares, instituições de ensino universitário, pesquisa agropecuária e extensão rural.

Entre as ações já realizadas no âmbito da RALSP destacam-se a realização de cursos e dias de campo, a implantação de SAFs, a realização de diagnósticos socioambientais e

⁷ As informações apresentadas neste subcapítulo foram coletadas no Plano de Trabalho-Rede de AE Leste Paulista – Alta Mogiana, submetido ao edital Redes Ecoforte.

econômicos em algumas localidades rurais desta região e demais atividades direcionadas à construção de processos de transição agroecológica.

Contudo, de acordo com o Plano de Trabalho deste projeto, reconhece-se a necessidade do fortalecimento desses processos, uma vez que ainda persiste a dispersão e insuficiência de conhecimentos, da capacidade organizativa, de metodologias e de tecnologias adequadas para viabilizar a consolidação da transição agroecológica em direção à uma agricultura mais sustentável. Segundo o mesmo documento, a superação dessa realidade é possível através do *“desenvolvimento de um processo contínuo, integrado, com o envolvimento horizontal, transdisciplinar e multi-institucional que possibilite o diálogo de saberes e a construção coletiva do conhecimento, em direção à transição a um modelo de desenvolvimento territorial fundamentado na AE”* (Plano de Trabalho-Redes ECOFORTE, p.10).

Na intenção de contribuir para a superação desses desafios a RALSP submete um projeto para o edital Redes ECOFORTE, tendo sua aprovação no final de 2014.

6.2.2. Especificações do projeto Rede de Agroecologia Leste Paulista – Alta Mogiana

O objetivo do projeto aprovado no citado edital consiste no: “[...] o fortalecimento da Rede de AE do Leste Paulista - Alta Mogiana, através da implantação de 11 Unidades de Referência e com um conjunto de ações estratégicas que permitisse atingir um maior número de produtores familiares e consumidores em geral” (Plano de Trabalho-REDES ECOFORTE, p.11).

Parte-se do pressuposto de que as Unidades de Referência (URs) são constituídas por produtores agrícolas familiares, que já se destacam no cenário de produção agroecológica e orgânica, mas que precisam de apoio para multiplicar os próprios esforços em favor da transição agroecológica e do fortalecimento dos sistemas de produção mais sustentáveis. Neste sentido, as ações de comunicação e fortalecimento e estruturação dessas URs são vistas como potenciais atividades para a aproximação da população em geral com os produtores e um maior envolvimento deles no processo, como consumidores conscientes e cidadãos corresponsáveis.

A operacionalização do projeto baseia-se na constituição de um Comitê Gestor, da Coordenação do Projeto e das Frentes de Ação. O intuito foi integrar as ações entre as atividades e metas estabelecidas, favorecendo o fluxo de informações contínuo e efetivo entre os integrantes da REDE.

Para cada demanda técnica apresentada pelas URs foi criado um programa de capacitação nas respectivas temáticas, apoiando sua estruturação e contribuindo para a qualificação técnica dos produtores de seu entorno e de outras localidades da área de abrangência da Rede.

Tabela 3. Relação das Urs propostas no Projeto Rede de Agroecologia Leste Paulista-Alta Mogiana

| Unidades de Referência | Localidade |
|---|------------------------|
| Assentamento 17 de Abril (Fazenda Boa Sorte) | Restinga |
| Assentamento Milton Santos | Americana e Cosmópolis |
| Assentamento Sepé Tiaraju | Serrana e Serra Azul |
| Associação Cornélia | Sousas/Campinas |
| Associação das Mulheres Agroecológicas-AMA/Vergel | Mogi Mirim |
| Associação Piracaia Orgânica | Piracaia |
| Cooprafran | Arthur Nogueira |
| Meliponário Escola | Jaguariúna |
| Sítio Agroecológico | Jaguariúna |
| Sítio São José da Cachoeira – Entre Verdes | Amparo |
| Sítio Natureser | Caconde |

A metodologia prevista para estas formações técnicas teve por objetivo “[...] *contribuir para o fortalecimento da Rede como um todo, aprimorando e empoderando cada família, grupo de produtores ou comunidade envolvida nas temáticas a serem desenvolvidas e também em aspectos organizacionais e de gestão, tornando-os capazes de realizar diagnósticos, aprimorar os processos de organização, elaborar planejamentos estratégicos e planos de ação de acordo com a realidade e necessidade de cada processo produtivo local*” (Plano de trabalho-REDES ECOFORTE, p.21).

Após aprovação do projeto, houve muito atraso na assinatura do contrato e, conseqüentemente, o início da execução das atividades, ocorrendo somente no segundo semestre de 2015.

Além destes atrasos de ordem burocrática, houve alguns conflitos e dificuldades relacionadas às frentes de ação selecionadas para compor e executar o projeto, como também entre as próprias instituições envolvidas. Neste sentido, o desenvolvimento do projeto foi prejudicado pela falta de comprometimento e competência de alguns profissionais contratados

e também pela divergência de valores e entendimentos sobre a importância de tal projeto, de sua referência e intencionalidade política. Esta constatação advém da observação da pesquisadora ao participar das reuniões da Rede e da equipe responsável pelo projeto.

No segundo semestre de 2016, após uma série de reuniões e planejamentos para avaliar e dar encaminhamento às ações previstas pelo projeto, houve uma reorganização das equipes e frentes de ação. É a partir deste momento que este estudo de caso se inicia.

6.2.3. Contexto histórico do Assentamento 17 de Abril (Fazenda Boa Sorte), Restinga/SP⁸

A Fazenda Boa Sorte (Restinga-SP) pertencia à FEPASA (Ferrovia Paulista S.A) e destinava-se à produção de eucalipto. Devido à condição de inadimplência e consequente confisco pelo Governo do Estado, aliado à constatação de improdutividade por militantes de movimentos sociais, a primeira ocupação na fazenda ocorreu no dia 1º de janeiro de 1998, com aproximadamente 40 famílias. Após três meses de ocupação e a chegada de mais de 150 famílias, houve a ação de despejo com a alegação de produtividade na fazenda devido à existência de gados na propriedade. Segundo um dos agricultores entrevistados, estes gados pertenciam ao então Governador do Estado de SP, Sr. Orestes Quércia.

Por nove meses, aproximadamente, as famílias migraram por três propriedades da região (Horto de Batatais, Fazenda Areia e Fazenda Gigante) até voltarem para a Fazenda Boa Sorte no fim do ano de 1998 após a declaração do Governador Mário Covas sobre a destinação dos Hortos Florestais do Estado para a Reforma Agrária.

Neste momento, 160 famílias foram assentadas em lotes de produção de 12 hectares e área da agrovila para moradia. As pessoas, em sua maioria, eram trabalhadores assalariados e poucos tinham experiência com trabalho agrícola.

“[...] tem gente que com esse monte de terra, passou fome aqui dentro. Não conseguia trabalhar porque nunca pegou na enxada. Tem gente que nunca plantou uma cebolinha aqui” (Agr. 1).

Atualmente, estima-se que haja 190 famílias morando no assentamento.

A existência de muito eucalipto na fazenda e a possibilidade de rentabilidade sobre a venda da madeira e carvão foi indicado como sendo a causa de uma série de conflitos entre as

⁸ As informações apresentadas são o resultado da sistematização das entrevistas aplicadas aos agricultores e agricultoras do Assentamento 17 de Abril-Restinga/SP.

famílias assentadas. Disseram que, neste período, muito dinheiro circulou pelo assentamento havendo também o comércio de drogas, prostituição e assassinatos.

“Foi uma época legal, que realmente o pessoal ganhou bastante dinheiro, mas, infelizmente, muitos que ganhou dinheiro não soube segurar, foi gastando e aí rolava muita coisa, infelizmente teve algumas situações de morte, até mesmo essa questão da prostituição” (Agr. 2).

De acordo com um assentado, o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), ao ver que as famílias não tinham condições de fazer a gestão das madeiras, entrevistou e leilou o restante da madeira que ainda tinha na fazenda, em 2003.

“Os próprios assentados tiveram os desvios e o Itesp, na época, deu oportunidade para a gente administrar isso aqui duas vezes, mas não tivemos a capacidade de administrar, de vender e aplicar o dinheiro” (Agr. 4).

Após o assentamento das famílias afirmou-se que houve um processo de desunião e desmobilização destas para atuarem coletivamente. Ademais, devido à conflitos entre as lideranças locais houve um desmembramento do movimento, levando à divisão das famílias entre o MST (sessenta famílias) e o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) (noventa famílias), em locais separados no assentamento.

Atualmente, esta divisão diminuiu devido ao próprio enfraquecimento dos movimentos no assentamento, contudo, a desunião entre as famílias ainda persiste, sendo evidenciada pela existência de dez ou onze associações.

As formas atuais de comercialização restringem-se ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e venda direta, porém de forma individual, com cada família levando suas mercadorias para as cidades vizinhas ou vendendo no próprio assentamento.

O assentamento, atualmente, é cercado por plantações de cana-de-açúcar (Figura 3).

Muitas famílias já acessaram o PRONAF (Programa Nacional para a Agricultura Familiar), contudo, devido à ausência de acompanhamento técnico e orientações, o recurso foi usado para outros fins, como realização de benfeitorias nas moradias, compra de automóveis, alimentos, etc. Desta forma, não conseguiram pagar, posteriormente, o banco, causando endividamentos e até mesmo o abandono do lote.

Um agricultor informou que essa situação ainda ocorre, uma vez que, para acessar o PRONAF é necessário que a pessoa esteja assentada há dois anos e quando chega o recurso, esta já está endividada e com muitas coisas a fazer.



Figura 3. Entorno do Assentamento 17 de Abril, Restinga/SP

“Tem que fazer cerca e um monte de coisa que não dá [recurso] para nada... aí você acaba gastando o dinheiro. O dinheiro some, porque você já está devendo, já está com dificuldade. Tem que fazer um lugar para você morar, fazer a cerca, que se não fizer, não compra as vacas e se comprar as vacas, não tem cerca. Como vai fazer? Ou, se vai preparar as terras, o dinheiro some. Não tem jeito!” (Agr. 2).

Houve também um trabalho com um grupo de mulheres para fabricação de pães, organizado pelo INCRA. Contaram que, no início, o projeto teve um bom desempenho e conseguiram comprar várias máquinas e equipamentos. Contudo, após o afastamento de algumas mulheres, por motivos de saúde, o processo foi desmobilizado e parou.

Outro projeto iniciado foi para extração de óleos essenciais. Segundo as entrevistas, tratava-se de um projeto muito caro e o responsável pelo empreendimento no assentamento desviou recursos do mesmo e a obra não foi concluída.

Entre os anos de 2010 e 2011 a Embrapa Meio Ambiente-Jaguariúna/SP iniciou um trabalho com Sistemas Agroflorestais – SAFs com um grupo de famílias interessadas, através de um projeto custeado por recursos de Ementa Parlamentar. Foram implantados dois modelos de SAFs em lotes diferentes. Um deles não sobreviveu e o outro, chamado de SAF-Horta, é considerado uma referência atualmente, tanto pelos agricultores como por públicos externos que visitam a experiência.

Indicaram também a construção de uma caixa-d’água com captação de água de chuva no mesmo lote onde se construiu o SAF-HORTA por uma Ong da região. A intenção desta obra também era de servir de referência para outras famílias do assentamento como uma prática alternativa de captação de água.

Entre as atuais demandas indicadas pelos agricultores e agricultoras entrevistados destacou-se o acesso à água, maquinários e recursos para se plantar. Alegaram a falta de dinheiro para iniciar a produção ou criação, devido aos custos para o preparo do solo, compra de sementes/ mudas, animais, cercas, etc.

“Porque o pequeno agricultor e os assentados, ele tem muita dificuldade porque ele não tem dinheiro e para ele poder ter alguma coisa ele tem que gastar e ele não tem dinheiro para gastar. Para abrir as terras, arar a terra, fazer os plantios, se for mexer com leite, comprar gado, ou com café, não fica barato” (Agr. 2)

“Mas, eu queria plantar meu lote inteiro de feijão, milho, mandioca...não queria deixar tudo pasto. Mas não tenho dinheiro para gradear, calcarear..., mas eu queria tudo meu lote plantado de grãos” (Agr. 3).

As atividades que os agricultores e agricultoras indicaram ter interesse de desenvolver foram: aumento da produção de alimentos, criação de animais, extração de óleos essenciais e aromáticos e produção de ervas medicinais.

Citou-se também a necessidade de melhorias na estrutura no posto de saúde e nas condições de saneamento básico do assentamento, como a construção de fossas sépticas:

“As condições de saúde são bem precárias, não tem computador no posto de saúde, goteja lá dentro, não tem telefone, problema de instalação...” (Agr. 2).

Outra dificuldade apontada foi a questão da união entre as famílias e a falta de confiança entre eles, o que dificultaria a organização em coletivo.

“O problema daqui é o pessoal; [...] Nós é o problema. Não é unido. O que falta é a consciência do pessoal. O projeto foi feito e está sendo executado, mas o pessoal é que não se une” (Agr. 3).

“Uma das dificuldades era a gente estar mais organizado a nível da produção; [...] O assentamento hoje tem 11 associações. E um problema geral é a falta de confiança entre as pessoas” (Agr. 4).

Análise sobre a contextualização histórica e social do assentamento

Entre as informações acima apresentadas considera-se relevante destacar a condição de desunião entre as famílias assentadas e a ausência de organização social para a identificação e organização das demandas e conseqüente processo de mobilização para alcance destas necessidades. Alguns fatos citados, como os conflitos ocorridos no período de venda das madeiras existentes no assentamento, os fracassos vivenciados em projetos já desenvolvidos e causados por uma conduta inadequada de alguns assentados, como o desvio de recursos da obra

em questão, podem ter uma relação com esta configuração de desunião e desmobilização entre as famílias.

A necessidade de processos que propiciem a organização social, sendo inclusive esta uma demanda apresentada pelos agricultores, faz-se evidente para o enfrentamento das dificuldades (falta de recursos na produção, estruturas de moradias, posto de saúde) e alcance de objetivos (aumento e diversificação da produção/criação) que são comuns a todos.

A observação de campo permitiu constatar esse aspecto de desunião e desconfiança entre as famílias devido, principalmente, a ausência de parcerias para o trabalho diário e para a comercialização dos produtos.

6.2.4. Desenvolvimento do Projeto Redes ECOFORTE no Assentamento 17 de Abril, Restinga/SP.

A inclusão do assentamento no projeto Redes Ecoforte está respaldada pelo objetivo apresentado no respectivo plano de trabalho onde se aponta a intenção de dar continuidade e fortalecer ações em andamento pela RALSP. Conforme relatado acima, a partir de 2010, iniciou-se no assentamento projetos que visaram o desenvolvimento de práticas agrícolas ecológicas que consistiram, principalmente, na implantação de SAFs.

Segundo o Plano de Trabalho, foram previstas para esta UR as seguintes atividades:

- Instalação de sistemas de captação e melhoria da qualidade da água na UR;
- Instalação de 5 Sistemas Agroflorestais;
- Instalação de apiários e meliponários nas URs;
- Compra de ferramentas (podão, facões) e maquinários (roçadeira, motosserra).

De acordo com as entrevistas, a seleção e planejamento das atividades que estariam no projeto se deu, principalmente, pelo técnico da instituição responsável por esta UR:

“[...] ele mesmo já deu a sugestão do SAF. Também, isso, decerto já estava na cabeça dele, mas ele quis tirar alguma coisa das nossa opinião, né? Aí, ele falou: ‘Vamos montar. Você acha que tem umas pessoa ideal? O que você acha?’ Aí como ele já conhecia umas pessoa aqui, fomos selecionando as pessoas. Aí ele deixou para mim escolher essas pessoas que teriam então os SAF nos seus lotes” (Agr. 1).

“Nossa, tem tanta coisa que interessa. Mas o SAF era a coisa que mais estava engatilhado porque era a coisa que já vinha acompanhando” (Agr. 3).

A seleção das famílias que receberiam estes SAFs em seus lotes se deu, portanto, tanto por indicação do agricultor responsável pelo SAF-HORTA, como pela demonstração de

interesses destas famílias ao longo deste período da implantação do primeiro SAF, em 2011, até aquele momento.

Quando questionados sobre o real interesse dessas famílias em terem SAFs em seus lotes:

“Eu acho que essas pessoas, de acordo com a situação que está aqui, o que desse mais lucro é que iria se interessar. O SAF é só para quem gosta mesmo. Se viesse outros projetos que desse mais lucro eu tenho certeza que eles iam escolher o que desse mais lucro. Isso tem que gostar, senão, não faz” (Agr. 1).

“O SAF, por exemplo, é um projeto que vai passo a passo e as pessoas mais interessada consegue. Não é assim, para quem quer. Não é de qualquer jeito. Tem que ter o conhecimento primeiro, de qual a importância do SAF” (Agr. 2).

As falas acima demonstram que a opção pelo SAF, enquanto uma atividade prevista para a UR, foi devido, tanto à experiência desenvolvida anteriormente quanto à orientação dos técnicos responsáveis. Não houve, portanto, um processo de levantamento das demandas e consequente seleção das prioridades de ação com a comunidade e grupo local.

Se por um lado esta ausência de planejamento participativo possa prejudicar a construção de um projeto coletivo e o respectivo desenvolvimento do protagonismo das famílias, com uma atuação condizente às demandas locais, por outro lado, esta atuação direcionada detém uma possibilidade de rápida conversão e efetividade na demonstração de alternativas produtivas de bases ecológicas. O risco inerente a esta opção é a permanência de uma postura assistencialista dos técnicos e de dependência dos agricultores. Dependência tanto no plano de construção de alternativas e soluções para os problemas enfrentados, como dependência de serviços e materiais.

Sendo assim, pode-se aferir que a participação social no desenvolvimento do projeto, ocorreu mais no aspecto da disponibilização de informações e do acolhimento e execução das atividades. Não houve, portanto, aquele mergulho na realidade da comunidade, como pôde ser observado nos trabalhos desenvolvidos pelo terceiro perfil das instituições entrevistadas, onde busca-se olhar o contexto a partir das perspectivas dos atores locais. Com isso, perde-se a oportunidade de construção de alternativas diversas, desviesadas da racionalidade técnico científica.

Implantação, monitoramento e avaliação das atividades

O acompanhamento desta experiência como estudo de caso coincidiu com o início de implantação das atividades, ou seja, no fim do mês de dezembro de 2016. Foi possível

acompanhar a implantação de quatro SAFs, a instalação do apiário, os eventos de formação em manejo de SAF e compostagem, o planejamento para aquisição dos sistemas de irrigação e a entrega das ferramentas para o manejo dos SAFs.

Com base nas observações em campo foi possível constatar que a participação dos agricultores e agricultoras no desenvolvimento das atividades ocorreu apenas no nível operacional das mesmas. Do planejamento à implantação das ações, a equipe técnica se colocou como responsável pela definição dos procedimentos a serem adotados e aos agricultores a incumbência de realizar determinadas tarefas necessárias do projeto, como preparar a área de plantio, organizar as refeições nos dias de mutirão, regar as mudas, entre outras.



Figura 4. Entrega de ferramentas e maquinários para manejo dos SAFs



Figura 5. Evento de formação em manejo de SAF



Figura 6. Instalação de apiário

Figura 7. Apresentação de técnicas de compostagem com o grupo de mulheres

Quanto à forma e a técnica de se fazer os SAFs pode-se aferir, tanto pelas entrevistas quanto pela observação de campo, que foi seguido um modelo/prática adotado pela equipe da instituição. Foi possível acompanhar uma atividade onde o objetivo era apresentar os croquis de cada SAF que seria implantado. Nesta ocasião estavam presentes os agricultores e agricultoras envolvidos no projeto e equipe técnica.

Toda a explicação sobre os modelos de SAFs foi realizada pelos estagiários e pesquisadores da instituição através de apresentação em power point. Neste momento foi possível perceber que os agricultores e agricultoras opinaram sobre a variedade e quantidade/adensamento de espécies que gostariam que tivesse em seus lotes, pois a equipe, a medida que ia apresentando o croqui final, justificava a necessidade de alteração dos desenhos baseada em suas constatações a respeito das vantagens e desvantagens de cada modelo de SAF (mais adensado e menos adensado). Ressalta-se que esta atividade foi realizada no dia em que



os SAFs seriam implantados, e deste modo, não houve a possibilidade de discussão a respeito dos modelos e das alterações realizadas em cada modelo. A apresentação dos croquis significava apenas a demonstração dos modelos a serem implantados.

Durante toda a atividade foram raros os momentos que se abriu o espaço para as falas

dos agricultores e quando algum deles apresentava alguma questão ou sugestão sobre o assunto, o técnico responsável apresentava uma postura de desconsideração ou desatenção como, por exemplo, interromper a fala do agricultor ou iniciar uma conversa com outro técnico próximo a ele, deixando, nitidamente, de dar atenção ao agricultor que falava.

Esta postura, em particular, foi recorrente em todas as atividades que foi possível acompanhar. Houve, inclusive, situações onde essa constatação ficou evidente quando um dos agricultores, ao ser interrompido pelo técnico, retoma a palavra e diz que não havia concluído o assunto. E outra, onde o agricultor passa a falar em alto volume para não ser interrompido.

A falta de condições para propiciar a participação dos agricultores e agricultoras também foi evidenciada em outras ocasiões. A organização e condução das oficinas sobre as temáticas trabalhadas, como a disposição das cadeiras onde os agricultores e agricultoras ficavam sentados em fileiras e a equipe técnica na frente da sala, assim como o tempo de duração das oficinas e a linguagem utilizada pelos técnicos representam práticas que inibem a participação e reforçam a verticalidade na construção dos conhecimentos.



Figura 8. Oficina sobre a fisiologias de abelhas

A organização prévia para o plantio dos SAFs é também realizada apenas pela equipe técnica, como o cálculo da área, a definição da quantidade de mudas a serem plantadas, as

medições e estaqueamento do terreno, a compra de insumos e de mudas, entre outras. Até mesmo, na atividade de implantação dos SAFs, que foi realizada em mutirão, os agricultores e agricultoras apenas seguem as orientações da equipe, que se divide para orientar grupos de agricultores e agricultoras de como deve ser realizado o plantio.



Figura 9. Implantação de um SAF

A observação de Silva Junior & De Biase (2011) sobre este assunto faz-se muito pertinente na análise dessa situação apresentada:

[...] a relação entre extensionistas e agricultores/agricultoras tem sido frequentemente pautada por uma relação de superioridade e inferioridade, no qual o agente externo, treinado nos padrões científicos, é visto pelos comunitários como detentores únicos do saber e, por isso, propositores privilegiados dos projetos; a estrutura científica de formação de pesquisadores/pesquisadoras e extensionistas, fundamentada, geralmente, na hiper-especialização, dificulta severamente a compreensão de realidades muito complexas como as camponesas, indígenas ou etnicamente diferenciadas (SILVA JUNIOR & DE BIASE, 2011: 3-4)

Os agricultores entrevistados, quando indagados sobre o modo de se construir e manejar os SAFs, ressaltaram a predisposição em acatar as orientações advindas dos técnicos:

“Essa forma...a gente pensa de um jeito né? O jeito da gente, mas não é do jeito da gente. Tem as técnicas, tem a forma. Hoje é assim....a gente respeita muito, muito o pessoal da [instituição] que ajuda nós neste projeto. E o que eles fala: ‘ó tem que ser assim’, é a forma certa. Então, essa questão de como é que vai fazer, a metragem, a distância, eles discute com agente, mas a gente vai entender a forma que eles explicar. E é do jeito que eles explicar dessa

técnica para gente, que a gente vai trabalhar. A gente trabalha do jeito que, por exemplo, eles acham que tem que ser. Porque eles, realmente, têm a prática mesmo de fazer, eles sabem fazer e lógico que eles estão passando para nós esta experiência, que eles estudou, pesquisou, né? Então, a gente tem que respeitar a autoridade deles mesmo. Então, isso a gente respeita muito. Então, tudo depende deles. O jeito que eles achar que tem que fazer a gente vai acompanhando. E a gente vai discutindo e vai dando tudo certo” (Agr. 2).

Tanto a postura dos técnicos como do agricultor em questão nos remete às reflexões desenvolvidas por Bourdieu a respeito do *habitus*, como sendo o reflexo da interiorização, pelos sujeitos, dos valores, normas e princípios sociais que adequam as ações do sujeito à realidade objetiva da sociedade como um todo (ORTIZ, 1983:15). Devido a toda descrença nos conhecimentos populares e de legitimidade dos saberes técnico-acadêmicos, postos em prática no processo de modernização agrícola, desenvolveu-se este *habitus* onde, tanto o agricultor como o técnico atribuem pesos diferentes aos seus saberes e práticas.

Na fala acima, percebe-se o papel desigual que o agricultor atribui aos próprios conhecimentos e os dos técnicos, e a respectiva predisposição em aceitar toda orientação advinda dos mesmos. Por mais que os técnicos possam deter grande parte do conhecimento a respeito de SAFs (considerando que esta prática é incomum para aqueles agricultores), essa ‘crença’ em seus saberes, por vezes, destituída até de críticas, prejudica o processo de construção do conhecimento agroecológico, uma vez que este parte do reconhecimento e valorização do conhecimento popular, construído na prática e coerente com outras dimensões da vida social (economia, religião, política).

Esta constatação confirma a ressalva apresentada por Boaventura de Sousa Santos ao apontar a ambiguidade da Ecologia de Saberes diante do contexto atual, onde o reconhecimento da diversidade epistemológica tem que conviver com a existência de uma crença, compartilhada por esta mesma diversidade, na ciência como única forma de conhecimento válida.

“Essa dualidade faz com que o reconhecimento da diversidade cultural do mundo não signifique, necessariamente, o reconhecimento da diversidade epistemológica do mundo” (SANTOS, 2007:86).

A forma de superação dessa ambiguidade se encontraria no princípio da prudência que “[...] consiste em dar preferência às formas de conhecimento que promovam maior participação do grupo social envolvido na concepção, execução, controle e fruição da intervenção” (SANTOS, 2007:90), algo que, definitivamente, não ocorreu nesta experiência.

Contudo, considerando que esta fala possa não representar aquilo que o agricultor, realmente, pensa à respeito dos conhecimentos e técnicas advindo dos técnicos, o fato dele se

posicionar desta forma, supervalorizando o saber técnico e colocando-os, inclusive, com poder de autoridade sobre si mesmo, representa uma perda inestimável de possibilidades de construção de novos saberes, uma vez que aquelas famílias, pelo simples fato de terem vivenciado distintas experiências, os tornam sujeitos do conhecimento, capazes de refletir sobre a realidade e atuar sobre ela. Como já há, por parte dos agricultores, este distanciamento e abismo (mesmo que apenas discursivo) entre os saberes, a possibilidade de interação e troca se reduz consideravelmente.

Ademais, esta ausência de diálogo entre agricultores/agricultoras e técnicos prejudica o processo de construção do protagonismo e autonomia dessas famílias pelo fato de não propiciar que elas sejam agentes do conhecimento.

O desenvolvimento e execução das demais atividades previstas no projeto, como a instalação do apiário e os eventos de formação sobre apicultura e manejo de SAFs, seguiram a mesma lógica operacional e a mesma postura assistencialista.

A abrangência no projeto de outros assuntos relevantes para o assentamento não teve prioridade de tratamento, como a questão da organização social. Por mais que a equipe técnica constataste a situação de desunião entre as famílias e a necessidade de melhorar os processos coletivos de trabalho, esta questão foi pouco aprofundada, sendo ressaltada apenas nos momentos onde o trabalho coletivo se fazia necessário, como os mutirões para implantação e manejo dos SAFs.

Em relação à participação das mulheres, houve no projeto atividades que visaram propiciar espaços de discussão apenas entre as mulheres, uma vez que a participação destas se dava, na maioria das vezes, no preparo de refeições em dias de mutirão, colocando-se numa condição de apenas ajudantes. Contudo, estas atividades restringiram-se a somente três encontros devido à falta de interesse das mulheres.

Quando questionados sobre a qualidade de participação das mulheres no projeto, os agricultores afirmaram achar que havia uma participação igualitária de homens e mulheres, destacando-se, contudo, as divisões de trabalho entre cada gênero:

“Claro que quando é mais pesado [trabalho], é mais homens. Quando é uma coisa mais maneira, vai bastante mulher” (Agr. 1).

“Esse projeto de SAF aí, eu também percebi a participação das mulheres nos encontros. As mulheres estão ali, junto, não há diferença. Há uma igualdade ali em relação às mulheres, às crianças. Essa é uma vantagem no projeto” (Agr. 2).

Quanto ao monitoramento das atividades, principalmente dos SAFs, foi possível observar uma abertura maior para a participação, uma vez que os técnicos pediam informações

sobre o nível de mortalidade das espécies, a ocorrência de “pragas” ou doenças nas plantações, crescimento das árvores, ações de capina ou raleio realizado pelos agricultores, etc. Vê-se, contudo, que esta participação ainda se dava no âmbito de disponibilização de informações e não de um processo construtivo onde abre-se a possibilidade e incorpora-se a análise realizada pelos agricultores sobre os sistemas produtivos.

Nas atividades de monitoramento que foi possível acompanhar verificou-se a mesma postura de desconsideração do técnico pelas falas dos agricultores. Enquanto estes apresentavam suas observações em campo sobre o desenvolvimento dos SAFs, ou sobre a ocorrência ou não de abelhas sem ferrão no lote, o posicionamento do técnico consistia em desviar o assunto, interromper a fala ou sempre tentar corrigir e apresentar falhas na observação que os agricultores apontavam.

Na avaliação sobre as atividades realizadas e de execução do projeto, como um todo, diferentes dimensões de análise foram apresentadas.

Alguns agricultores apresentaram suas avaliações referindo-se à qualidade na execução das atividades e às possibilidades de renda advindas das mesmas. Neste sentido, mostraram-se satisfeitos com as ações, destacando que foi tudo muito bem planejado e organizado:

“Esse SAF, ele é bem planejado...com mapa, tudo certinho. Esse é excelente! [...] aquele meu, ficou bom, porque tem muita fruta no meio. Vai dar um SAF que vai dar para mim tirar uma graninha ali futuramente” (Agr. 1).

Destacou-se também a importância das atividades para a preservação dos recursos naturais:

“O Saf, a primeira coisa que eu vejo [importância], é a preservação, a plantação de árvores, porque da forma que é feito este trabalho do SAF, da agrofloresta, é bastante natural, você não usa veneno. A forma de fazer o plantio no meio das árvores, você está preservando a natureza, as árvores. Várias delas tem frutas para consumo humano e para o consumo das aves, dos bichos e, além disso, preservando a terra, e a terra é aquilo...se você tratar bem, ela te dá o retorno, porque tudo que a gente usa, que a gente tem, vem da terra, inclusive o alimento” (Agr.2).

Outro ponto da avaliação atribui-se ao aspecto da aproximação entre as famílias propiciada pelas atividades desenvolvidas. O fato de ter que unir as famílias para executar as atividades foi visto como algo positivo e importante para a comunidade.

“Nos últimos 10 anos, é o projeto que eu estou gostando mais. Não é um projeto que a gente tá tirando lucro nem nada, mas a forma da participação, da condução deste projeto. E

eu também acho que este projeto do Ecoforte vem para ajudar a gente. Porque se fosse para a gente fazer um SAF desse hoje, talvez a gente não teria condições de fazer. Ele custa dinheiro também. Além de ajudar a preservação, orientação, ajuda as pessoas a adquirir bastante consciência, ajuda a integrar as pessoas. Cria até mesmo uma confraternização nas reuniões, um ambiente alegre. Todo mundo, entende? É a satisfação de participar desse projeto, todo mundo tá satisfeito” (Agr. 2).

“Pra mim é um aprendizado mesmo. É um aprendizado de como você conviver junto com as pessoas, trabalhar com as pessoas. Fizemos vários trabalhos juntos, muitos cursos importantes, muito conhecimento” (Agr. 2).

Ao se referir ao trabalho com apicultura, um dos agricultores ressaltou a seguinte questão:

“As abelhas, eu acho que foi uma coisa muito importante porque tá unindo um grupo que não tinha. Trabalhando em união. Ontem, saiu o pessoal tudo junto à noite para trabalhar. Nós precisa muito dos grupo aqui dentro e nós não temos, por falta de confiança um no outro. Por falta de um projeto como esse...porque se não tem projeto, porque vai encontrar?” (Agri. 1).

Quanto às dificuldades e críticas surgidas neste período, citou-se o atraso na implantação dos SAFs e as conseqüentes dificuldades por ter se perdido o período das chuvas, e o atraso também para se instalar os sistemas de irrigação (extremamente necessários por conta do período de seca e da maturidade das mudas).

“Se nós tivesse plantando estas mudas, um mês antes, elas tinha pegado todas e estaria mais bonita. Para preparar a terra demorou um pouco. Quando eles autorizaram preparar a terra, veio muita chuva. Se tivesse antecipado um mês, tudo as planta estaria melhor. Porque elas sofreram muito com o sol. Então tivemos que regar com baldinho, não foi fácil. Ficou prejudicado, muitas mudas morreram, porque o sol de janeiro foi forte demais” (Agr. 2).

Pode-se aferir, a partir desta avaliação, que a percepção dos agricultores voltou-se para aspectos da produtividade e possibilidade de geração de renda, de preservação do meio ambiente e, principalmente, de relações sociais. Desde modo, tanto pela indicação nestas falas, como daquelas apresentadas nas entrevistas com outras instituições, contata-se que a promoção de espaços coletivos que propiciam a aproximação entre as famílias é de extrema relevância. É no resgate do tecido cultural e social que as estratégias de resistência e enfrentamento ao paradigma da Revolução Verde são geradas.

“O fato de existir essas redes sociais organizadas é tão importante quanto as tecnologias geradas agora, porque é a construção, reestruturação de um tecido social que

passa a operar preocupada com a produção de inovações, articulada para resolver seus problemas, mas também para garantir autonomia na produção de alimentos” (Téc-17).

6.2.5. Reflexões sobre o estudo de caso

Considera-se importante destacar algumas questões para a análise desta experiência enquanto uma possível proposta que orienta para um processo de transição paradigmática de desenvolvimento rural.

Embora o objetivo contido no edital do Programa Ecoforte seja “[...] *o apoio a projetos territoriais de redes de AE, extrativismo e produção orgânica, voltados à intensificação das práticas de manejo sustentável de produtos da sociobiodiversidade e de sistemas produtivos orgânicos e de base agroecológica*” (Edital de Seleção Pública nº 2014/005 -Redes ECOFORTE, p.2), portanto, com o enfoque no aspecto da produção, considera-se que o desenvolvimento de qualquer intervenção que se oriente pelos princípios da AE deva abranger as dimensões ambientais, sociais e econômicas do contexto local.

No caso estudado foi possível constatar que as atividades selecionadas para a UR não originaram de um levantamento das demandas dos agricultores e agricultoras do assentamento. Por mais que a equipe técnica responsável pela UR tivesse um breve histórico de atuação no assentamento, as atividades selecionadas não foram compatíveis com as demandas apresentadas pelos agricultores entrevistados.

Ademais, considera-se que o método de trabalho e a forma de atuação da equipe técnica não favoreceu processos de desenvolvimento do protagonismo e autonomia dos agricultores e agricultoras envolvidos no projeto. Embora tenham propiciado o conhecimento sobre formas alternativas de produção e conscientização sobre processos de preservação ambiental, a postura assistencialista e difusionista identificada nos técnicos responsáveis, reforçaram tanto a concepção de superioridade entre os saberes, como de dependência de recursos materiais e cognitivos.

Os próprios resultados apresentados pelos agricultores não tiveram consonância com os objetivos previstos no edital e sim com seus anseios por maior união e organização social. Por mais que este objetivo não estivesse respaldado pelas atividades propostas no projeto, o processo de aproximação e experiências de trabalho coletivo destacou-se como um resultado dos trabalhos na UR.

Sendo assim, pode-se aferir que o processo de empoderamento dos agricultores e agricultoras sobre as atividades desenvolvidas e também sobre a organização socioprodutiva foi prejudicado pela forma como a experiência foi conduzida.

Ao analisar esta experiência com as categorizações realizadas anteriormente sobre as concepções e modos de atuação em AE, pode-se relacioná-la com o primeiro perfil, onde a AE consiste enquanto práticas alternativas de produção, voltada a introdução de técnicas e manejo de base ecológica.

Considera-se que este modo de atuação não se caracteriza como um processo que orienta para a transição paradigmática de desenvolvimento rural, uma vez que sustenta os mesmos padrões de hierarquias de saber, de dependência de conhecimentos e recursos pelos agricultores e, conseqüentemente, de ausência de autonomia. Não se configura, portanto, enquanto uma estratégia de fortalecimento da agricultura familiar e enfrentamento ao modelo de desenvolvimento rural pautado sobre o paradigma moderno ocidental.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar a relação das atuais experiências agroecológicas desenvolvidas no Brasil com a orientação para uma transição paradigmática de desenvolvimento rural. Buscou-se avaliar o quanto estas experiências aproximavam-se da abordagem da Ecologia de Saberes, apresentada por Boaventura de Sousa Santos, enquanto uma proposta de diálogo e encontro da pluralidade epistemológica existente, a qual se atribui o potencial de transição paradigmática visto as diferentes cosmovisões e respectivas relações estabelecidas entre as sociedades e o ambiente, portanto, possivelmente distintas da racionalidade moderna ocidental onde a humanidade se vê separada da natureza e capaz de submetê-la a seus valores e interesses.

Entrevistou-se atores que atuam em distintas instituições e contextos e aprofundou-se a análise com a realização de um estudo de caso. Na investigação, procurou-se analisar as concepções e modos de atuação sob a perspectiva agroecológica, identificando-se também os desafios e potencialidades atribuídos as experiências realizadas.

A análise dos dados coletados permitiu uma série de constatações que se relacionam com o histórico e perfil de atuação das instituições, com a formação e motivação dos técnicos, com a presença e participação dos movimentos sociais e tempo de convivência com as comunidades trabalhadas.

Sobre o histórico e perfil de atuação das instituições pode-se concluir que tanto a manutenção de estruturas hierárquicas no quadro técnico e a persistência de orientações pedagógicas herdadas do período de suas formações, ou seja, orientadas pelo difusionismo e transferência tecnológica, condicionam ações correspondentes o que, inevitavelmente, dificultam a construção de conhecimentos a partir da pluralidade epistemológica existente. De modo inverso, as instituições formadas com propósitos voltados ao desenvolvimento de alternativas para a agricultura familiar, orientadas para a construção de maior sustentabilidade, autonomia e justiça social no campo, a disposição, motivação e capacidade para proporcionar o diálogo epistemológico foi, nitidamente, constatado.

Sobre a formação, experiência e motivação dos técnicos, pode-se constatar a forte expressão deste aspecto no direcionamento das experiências. Nas experiências identificadas com o potencial de transição paradigmática constatou-se que os profissionais apresentavam uma formação política alinhada a valores de justiça social, democracia participativa e sustentabilidade, sendo esta formação, em muitos casos, propiciada pela atuação junto aos movimentos sociais. Já nas experiências onde se identificou uma atuação mais distanciada desse

potencial de transição paradigmática, a formação dos profissionais restringia-se aos conhecimentos agrônômicos e a constatação de insustentabilidade de algumas técnicas de produção, ausentes, portanto, de um posicionamento crítico a respeito das causas dessa insustentabilidade. Desse modo, pode-se aferir que a compreensão a respeito da relação entre a produção dos conhecimentos técnico científicos (ao menos até o fim do último século) e uma orientação ideológica capitalista de desenvolvimento rural, determinam o modo de atuação profissional.

A observação a respeito da presença ativa dos movimentos e organizações sociais nas experiências está fortemente relacionada com a constatação anterior, uma vez que se verificou nesta interação a inclinação para o desenvolvimento de propostas dialógicas e construídas coletivamente. Esta ocorrência pode ser tanto o resultado de um posicionamento institucional alinhado com as propostas dos movimentos e organizações sociais e de preceitos éticos e pedagógicos próprios da instituição, como também o resultado da orientação reivindicada pelos movimentos sociais, principalmente.

A última constatação refere-se ao tempo de convivência existente entre as equipes de técnicos e as comunidades. Pode-se concluir, com base nas observações de campo, que quanto maior o conhecimento e intimidade entre os atores sociais envolvidos nas experiências, maior será a disposição para o diálogo entre estes e, portanto, de encontros epistemológicos. Esta constatação pode soar um tanto óbvia, contudo, faz-se de extrema relevância de consideração em futuros instrumentos de fomento a experiências agroecológicas. Deste modo, deve-se cuidar e prever para que haja continuidade nos projetos iniciados sob tais perspectivas, uma vez que este potencial de encontros epistemológicos se consolida ao longo do tempo.

Pôde-se concluir também que as fontes de fomento acessadas para a realização das experiências agroecológicas influenciam, fortemente, o desenvolvimento de processos dialógicos e construtivistas. Neste sentido, constatou-se a inadequação da maioria dos instrumentos da PNATER, ainda presos às estruturas metodológicas e operacionais orientadas pelo difusionismo e assistencialismo. Por outro lado, as fontes de recurso advindas de cooperações internacionais revelaram-se favoráveis ao desenvolvimento dos princípios agroecológicos, propiciado pela maior autonomia na elaboração dos projetos e na forma de gasto dos recursos.

Com base nestas constatações a respeito das experiências agroecológicas analisadas pode-se afirmar nas instituições públicas de ATER, assim como nas de pesquisa e desenvolvimento, prevalecem atuações ancoradas sob o viés difusionista com orientação para

a transferência de conhecimentos e tecnologias consideradas mais sustentáveis afastando-se, portanto, da proposta conferida a Ecologia de Saberes.

Nas experiências desenvolvidas pelo terceiro setor e que atuam juntamente a movimentos e organizações sociais da agricultura familiar, pode-se concluir que há uma orientação voltada para o encontro e diálogo entre a pluralidade epistemológica existente aproximando-se, portanto, dos elementos contidos na proposta da Ecologia de Saberes. Nestes casos, as experiências apresentam o potencial de transição paradigmática de desenvolvimento rural, uma vez que favorecem a emergência de distintas formas de compreensão da realidade e de organização socioprodutiva, notoriamente distintas das estratégias difundidas pelo paradigma moderno ocidental.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, E. M. **Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas.** Dissertação de Mestrado, 99p. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP; Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, 2009.
- ALMEIDA, M. W. B. **Marxismo e Antropologia.** In: BOITO Jr, A., TOLEDO, C. N. (orgs.) **Marxismo e Ciências Humanas.** São Paulo, Xamã/FAPESP/CEMARX, 2003.
- ALONSO MIELGO, A.M.; SEVILLA GZMÁN, E. **El discurso ecotecnocrático de la sostenibilidad.** Córdoba: Universidad de Córdoba/ISEC, 1994.
- ALTIERI, M. **Agroecología: bases científicas para una agricultura sustentable.** Montevideo: Nordan-Comunidad, 1999.
- ALTIERI, M. A.; TOLEDO, V. M. **The Agroecological Revolution in Latin America: recuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants.** The Journal of Peasants Studies, vol. 38, n.3, july, 2011, p. 587-612.
- ALVARENGA, L. **Bibliometria e arqueologia do saber de Michel Foucault – traços de identidade teórico-metodológica.** Ciência da Informação, v. 27, n. 3, 1998.
- ARL, V. A institucionalização da agroecologia no Brasil. In: DAMBRÓS, O.; ARL, V. Da extensão rural à construção social do conhecimento: um desafio para o desenvolvimento local sustentável. Ed. Ceagro: Laranjeiras do Sul-PR, 2015.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA. **Construção do Conhecimento Agroecológico.** Brasília: ABA, 2007.
- BALDIN, N., MUNHOZ, E. M. B. **Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária.** Anais X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE; I Seminário Internacional de Representações sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE. PUC, Paraná- Curitiba, 2011, p. 229-341.
- BARBOSA, A. G. **Encontros e desencontros da extensão rural brasileira na construção coletiva de conhecimentos e saberes.** In: THEODORO, S.H., DUARTE, L.G., VIANA, J.N. (Orgs). Agroecologia: um novo caminho para a extensão rural sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 236p.
- BETTO, F. **La crisis civilizatoria y el papel de la ética.** Revista América Latina en Movimiento: **Ante escenarios desafiantes** [Ed. Digital], 525 – 526, año 41, 2017, p.17-22.

- BONI, V. & QUARESMA, S. J. **Aprendendo a entrevistar**: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: www.emtese.ufsc.br
- BOURDIEU, P. **Esquisse d'une théorie de la pratique**. Tradução das partes: "Les trois modes de connaissance" e "Structures, habitus et pratiques". In: -. Esquisse d'une théorie de la pratique. Geneve. Lib. Droz, 1972. p. 162-89. Traduzido por Paula Montero.
- BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Org). Pierre Bourdieu: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983. cap. 2, p.46-81.
- BORDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand - Coleção Memória e Sociedade, 1989.
- BRANDÃO, C. R. **Comunidades aprendentes**. In: Encontros e Caminhos: Formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. FERRARO Jr., L. A.(Org.), Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. 358p.
- BRANDENBURG, A.; LAMINE, C.; DAROLT, R. Institucionalização do movimento agroecológico na agricultura: mercado e reorganização dos atores sociais. In: BRANDENGURG, A. et al. (Orgs). Redes de Agroecologias: Experiências no Brasil e na França. Curitiba: Kairós Ed., 2015, p. 87-110.
- BRASIL, Presidência da República. Decreto nº 7.794, de agosto de 2012. Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica -PNAPO.
- BRASIL, Presidência da República. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER. Brasília: MDA/SAF, 2010.
- BUTTEL, F. **Transiciones agroecológicas en el siglo XX**: analisis preliminar. Agricultura y Sociedad, Madrid, n. 74, p. 9-38, 1995.
- CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B., ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. 2ª ed. Rio de janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 788p., 2012
- CARTA DA 13ª JORNADA DE AGROECOLOGIA. Caderno de textos; 14ª Jornada de Agroecologia, Diálogos e Experiências. Paraná, 2015.

- CAPORAL, F. R. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil.** Tese (Doutorado)-Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, 1998. 517 p.
- _____; **Extensão Rural e Agroecologia:** temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. Brasília, MDA, 2007, 398 p.
- _____; **Agroecologia:** uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In: Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade. Org: CAPORAL, F.R.– Brasília, 2009, 111 p.
- _____; **Lei de Ater:** exclusão da Agroecologia e outras armadilhas. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Vol. 4, nº 1, Ago/Dez, 2011. Porto Alegre: EMATER-RS-ASCAR. pp.23-33.
- CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural:** contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004, 166p.
- CAREGNATO, R.C.A., MUTTI, R. **Pesquisa qualitativa:** análise de discurso *versus* análise de conteúdo. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2006. Out-Dez; 15(4): 679-84.
- CHAMBERS, R. **Foreword.** In: SCOONES, I.; THOMPSON, J. Beyond farmer first: rural people's knowledge, agricultural research and extension practice. Londres Intermediate Technology, 1994.
- COELHO, F.M.G. **A arte das orientações técnicas no campo:** concepções e métodos. Viçosa: Ed. UFV, 2005. 139p.
- COSTABEBER, J. A. **Transição agroecológica:** do produtivismo à ecologização. In: CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. (Ed). Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004, 166p.
- COTRIM, D. S. **O estudo da participação na interface dos atores na arena da construção do conhecimento agroecológico.** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre-RS, 2013, 244p.
- DAROS, C. A. **Gênese, desenvolvimento, crise e reformas nos serviços públicos de extensão rural durante a década de 1990.** Mundo Agrário, La Plata, v.13, n.25, p. 1-33, 2012.

- DE BIASE, L.; SILVA JUNIOR, R. D. **Diálogos entre Agroecologia e Antropologia**. Curso de Fundamentação para Projetos em Agricultura Sustentável, 2010.
- DE' CARLI, C. **O discurso político da agroecologia no MST: O caso do Assentamento 17 de Abril em Eldorado dos Carajás, Pará**. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 100 | 2013. Disponível em: <http://rccs.revues.org/5245>.
- DESCOLA, P. **A selvageria oculta**. In: NOVAES, A. (Ed.) *A outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p.107-24.
- ESCOBAR, A. **El “postdesarrollo” como concepto y práctica social**. In: Daniel Mato, (coord.), **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**. Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela - Caracas, 2005. pp. 17-31.
- FERRARI, E. A. Avaliação dos projetos de extensão tecnológica inovadora promovidos pelo edital MCT/CNPQ/MDA/MDS nº 36/2007. MDA; SAF; DATER. Brasília, agosto de 2011.
- FLORIANI, N.; FLORIANI, D. **Saber ambiental complexo: aportes cognitivos ao pensamento agroecológico**. *Revista Brasileira de Agroecologia*, Porto Alegre, 5(1): 3-23, 2010.
- FONSECA, M.T.L. **A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985. 192p.
- FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.
- GOODMAN, L. **Snowball Sampling**. In: *Annals of Mathematical Statistics*, 32:148-170, 1961
- GUIVANT, J. **Heterogeneidade de conhecimento no Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília: Embrapa. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*. v.14, n. 3, 1997. p. 411-447.
- GUZMÁN, E. Sevilla. **Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável**. In: ALMEIDA, J., NAVARRO, Z. *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 1997.
- GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. (Coord.). *Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible*. Madrid: Mundi-Prensa, 2000.
- HOISEL, B. **Anais de um Simpósio Imaginário**. São Paulo: Palas Athena, 1998.
- JACOB, L. B. **Agroecologia na universidade: entre vozes e silenciamentos**. Curitiba: Appris, 2016, 209p.

- KREUTZ, I.J., PINHEIRO, S. L. G., CAZELLA, A. A. **A construção de novas atribuições para a assistência técnica e extensão rural**: a mediação com reconhecimento da identidade. *Extensão Rural*, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, Ano XII, Jan – Dez de 2005. p. 41-67.
- KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- LACEY, H. **A agroecologia**: uma ilustração da fecundidade da pesquisa multiestratégica. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.29, n.83, 2015, p.175-181.
- LACEY, H.; MARICONDA, P. R. **O modelo da interação entre as atividades científicas e os valores na interpretação das práticas científicas contemporâneas**. *Estudos Avançados*, v.28, n.82, 2014, p.181-99.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M.A. **Técnicas de pesquisa**. 3ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 1996.
- LEFF, E. **Agroecologia e Saber Ambiental**. In: *Revista de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, Porto Alegre, v.3, nº. 1, 2002, p. 36-51.
- LEFF, E. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1976.
- LORENZI, B.R., ANDRADE, T.N. **Latour e Bourdieu**: rediscutindo as controvérsias. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, vol. 20, n. 2, 2011.
- MAZOYER, M.; ROUDART, L. **Histórias das Agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.
- MDA; SAF; DATER. **Política nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, 2007.
- MORAES, W.A. **Medicina e espiritualidade**-Mitopoética do adoecer e da cura. *Arte Médica Ampliada*, Ano XXX, n.3, Primavera 2010, 34-38.
- MORIN, E. **Por uma reforma do pensamento**. In: PENA-VEJA, A.; NASCIMENTO, E. P. (Org.). *O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- MUSSOI, E.M. **Extensão Rural**: Uma contribuição ao seu repensar. *Rev. Centro de Ciências Rurais*, Santa Maria, 15 (1):37-50, 1985.
- MUSSOI, E. M. **Enfoques Pedagógicos para uma Extensão Rural Agroecológica**, 2006. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br> . Acesso em 02 jun. 2014.

- NODARI, R. O.; GUERRA, M. P. **A agroecologia: estratégias de pesquisa e valores**. Estudos Avançados 29 (83), 2015, p. 183-207.
- NORDER, L. N.; LAMINE, C.; BELLON, S. **Agroecologia: Polissemia, pluralismo e controvérsias**. In: BRANDENGURG, A. et al. (Orgs). *Redes de Agroecologias: Experiências no Brasil e na França*. Curitiba: Kairós Ed., 2015. 284 p. 65-86.
- OLIVEIRA, M. M. **As circunstâncias da criação da Extensão Rural no Brasil**. Caderno de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.16, n.2, p.97-134, maio/agosto, 1999.
- OLIVEIRA, M.M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Recife: Ed. Bagaço, 2005.
- ORTIZ, R. (Org.) **A procura de uma sociologia da prática**. In: BOURDIEU, P. Pierre Bourdieu: sociologia. Tradução de Paula Montero e Alícia Auzmendi, São Paulo: Ática, 1983.
- PAULUS, G.; SCHLINDWEIN, S. L. **Agricultura sustentável ou (re)construção do significado de agricultura?** Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.2, n.3, jul./set, 2001.
- PENROD, J.; PRESTON, D.B.; CAIN, R.; STARKS, M.T. **A discussion of chain referral as a method of sampling hard-to-reach populations**. Journal of Transcultural nursing, vol 4. n° 2. April, 2003. 100-107p.
- PERROT, D. **Quem impede o desenvolvimento “circular”?** Desenvolvimento e povos autóctones: paradoxos e alternativas. Cadernos de campo, São Paulo, n. 17, 2008.
- PETERSEN, P. **Agroecologia e a superação do paradigma da modernização**. In: *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura* / NIERDELE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZANNI, F. M. (Orgs), Curitiba: Kairós, 2013.
- PETERSEN, P.; DIAS, A. (Org.). **Construção do Conhecimento Agroecológico: novos papéis, novas identidades**. Rio de Janeiro: Grafici, 2007.
- PETTAN, K. **A política nacional de assistência técnica e extensão rural (PNATER): percepções e tendências**. 2010. Tese (Doutorado em Faculdade de Engenharia Agrícola), UNICAMP, Campinas.
- RIST, G. **Le développement dans une perspective interculturelle**. Institut universitaire d'études du développement, Genève, 1985.
- SANTOS, B. S. **Introdução a uma Ciência Pós-Moderna**. São Paulo: Graal, 3ª ed., 2000.
- _____; **Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes**. Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 78 | 2007. URL: <http://rccs.revues.org/753>.
- SANTOS, B.S.; MENESES, M. P. (Orgs). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

- SARTRE, J. P. **Question de methode**. In: *Critique de la raison dialectique*. Paris, Gallimard, 1960.
- SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L.; COOK, S.; KIDDER, L. **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais**. 2ª edição. São Paulo: EPU, 1987.
- SEVILLA GUZMÁN, E.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. **Sobre la agroecología**: algunas reflexiones en torno a la agricultura familiar en España. In: GARCÍA DE LEÓN, M. A. (Ed.). *El campo y la ciudad*. Madrid: MAPA, 1996. p.153-197.
- SILVA, M.A.S.M. **Sobre a análise do discurso**. Revista de Psicologia da UNESP, 4(1), 2005.
- SILVA, A. W. L. **Identificando e superando dificuldades na relação cognitiva entre técnico e produtor rural**: uma abordagem baseada na “biologia do conhecer”. Revista Extensão Rural, DEAER – CCR – UFSM, vol.20, nº 1, jan- mar, 2014. p.37-55.
- SILVA JUNIOR, R. D.; DE BIASE, L. **Agroecologia como encontro de diferentes campos de conhecimentos e práticas**: contribuições teórico-metodológicas da antropologia. Cadernos de Agroecologia – Vol 6, n. 2, Dez. 2011.
- SILVA JUNIOR, R. D.; DE BIASE, L. **Na encruzilhada dos saberes e práticas**: inserções antropológicas sobre estranhamento e alteridade no interior da Agroecologia. Revista Brasileira de Agroecologia. Vol. 7, ed. 2, 2012. p. 3-18.
- SPAZZIANI, M. L; GONÇALVES, M. F. C. **Construção do conhecimento. Encontros e Caminhos**: Formação de Educadores Ambientais e coletivo educador. Brasília, p. 105-114, 2005.
- STELLA, A.; KAGEYAMA, P.; NODARI, R. O. **Políticas públicas para a agrobiodiversidade**. In: STELLA, A.; KAGEYAMA, P. (Coord.) *Agrobiodiversidade e diversidade cultural*. Brasília: MMA. 2006. p.41-56
- TRIVINOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação, São Paulo. Atlas, 1992.
- VIETTA E. P.; KODATO, S.; FURLAN, R. **Reflexões sobre a transição paradigmática em saúde mental**. Revista Latino-americana de Enfermagem, 2001, março; 9(2): 97-103. Disponível em: www.eerp.usp.br/rlaenf
- WEZEL, A., BELLON, S., DORE, T., FRANCIS, C., VALLOD, D. **Agroecology as a science, a movement or a practice**. A review. *Agronomy for sustainable Development* (published on line), 2009.